Silvéria da Aparecida Ferreira
Nikolas Corrent
Eduardo Alexandre Santos de Oliveira
(Organizadores)

HISTÓRIA:

relações de poder, cultura e representações

Ano 2023

Silvéria da Aparecida Ferreira
Nikolas Corrent
Eduardo Alexandre Santos de Oliveira
(Organizadores)

HISTÓRIA:

relações de poder, cultura e representações

Ano 2023

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

História: relações de poder, cultura e representações

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Soellen de Britto
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Silvéria da Aparecida Ferreira
Nikolas Corrent
Eduardo Alexandre Santos de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: relações de poder, cultura e representações / Organizadores Silvéria da Aparecida Ferreira, Nikolas Corrent, Eduardo Alexandre Santos de Oliveira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-1562-6
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.626231107

1. História. I. Ferreira, Silvéria da Aparecida (Organizadora). II. Corrent, Nikolas (Organizador). III. Oliveira, Eduardo Alexandre Santos de (Organizador). IV. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

APRESENTAÇÃO

A obra “História: relações de poder, culturas e representações” apresenta artigos científicos de diversas partes do Brasil, bem como aborda temas variados. Contudo, há em comum a noção de que a História é ampla e diversa, tornando-se assim singular diante de outras ciências e com potencial interpretativo fascinante.

A era moderna trouxe mudanças significativas nas relações de poder. No século XIX os historiadores esforçaram-se por conceder a História estatuto de legitimidade, no qual as interpretações históricas apresentavam a “verdade”, assim deveriam ser provadas, com datas, fatos e acontecimentos demarcados. Diante disso, a suposta verdade tratava sempre de questões políticas, econômicas e sociais a partir de fontes históricas escritas e oficiais, atribuindo destaque a personagens privilegiados na sociedade – pessoas ricas, grandes nomes políticos, homens e brancos.

No entanto, as relações de poder não são estáticas e estão sujeitas a mudanças ao longo do tempo. Da mesma forma, a historiografia está em constante processo de transformação, no qual a verdade absoluta é rechaçada e substituída por interpretações baseadas em vestígios históricos.

Assim como diz Michel Foucault, as verdades são construídas em épocas e locais específicos; e essas são consolidadas em meio às relações de poder. E é a partir de tais ligações que se constrói a cultura. No entanto, como os enfrentamentos de poder são constantes, nascem nessa cultura grupos diversos que findam por significar a história em perspectivas diferetes. Desse modo, têm-se a abordagem “História: relações de poder, cultura e representação”.

Tal abertura possibilitou a ampliação de abordagens, de fontes históricas e interpretações, abarcando inclusive as representações sociais, culturais, econômicas e as mais variadas formas de poder existentes.

Em resumo, a história, as relações de poder, a cultura e as representações estão intrinsecamente conectadas. O estudo desses elementos nos permite compreender como as sociedades se formaram, evoluíram e foram transformadas ao longo do tempo. Além disso, nos ajuda a analisar como as dinâmicas de poder moldam a cultura e como as representações podem ser usadas tanto para perpetuar quanto para desafiar as estruturas sociais.

Desta maneira, a obra apresentada neste livro corrobora com a escrita da História atual, na qual as representações midiáticas, as mentalidades de todos os grupos sociais e a diversidade cultural contribuem para a compreensão e interpretação histórica.

As discussões apresentadas demonstram a profundidade do debate historiográfico e a importância da interpretação das diversas manifestações culturais. Esperamos que a leitura contribua para sua compreensão crítica e autônoma da História.

Boa leitura!

Organizadores:
Silvéria da Aparecida Ferreira
Nikolas Corrent
Eduardo Alexandre Santos de Oliveira

SUMÁRIO

SUMÁRIO

FAMÍLIAS, FRONTEIRAS E PERSONAGENS NO ROMANCE NATURALISTA

Data de Submissão: 22/05/2023 *Data de aceite: 03/07/2023*

Giovana Meireles da Rosa Carlos[1]
Programa de Pós-Graduação em História da UFSM
Santa Maria, RS
http://lattes.cnpq.br/9718169015430297

RESUMO: Neste capítulo abordaremos os conceitos de famílias, fronteiras e personagens a partir do romance naturalista ‘O Cortiço’ (1890) de Aluísio de Azevedo. Nosso objetivo é explorar as interlocuções entre os três conceitos através da análise das personagens e suas trajetórias na narrativa. A metodologia envolve a história social das ideias associada a alguns aspectos da teoria da narrativa, ao relacionar perfil social - perfil literário, suas possibilidades e limitações. Portanto, explora-se a relação entre história e literatura por intermédio das contradições e desafios enfrentados pelas personagens do romance azevediano.
PALAVRAS-CHAVE: Naturalismo; Rio de Janeiro; Cortiço; Personagens.

FAMILIES, BORDERS AND CHARACTERS IN THE NATURALIST NOVEL

ABSTRACT: In this chapter we will approach the concepts of families, borders and characters from the naturalist novel ‘O Cortiço’ (1890) by Aluísio de Azevedo. Our objective is to explore the interlocutions between the three concepts through the analysis of the characters and their trajectories in the narrative. The methodology involves the social history of ideas associated with some aspects of narrative theory, by relating social profile - literary profile and its possibilities and limitations. Therefore, the relationship between history and literature is explored through the contradictions and challenges faced by the characters in Azevedo´s novel.
KEYWORDS: Naturalism; Rio de Janeiro; Tenement; Characters.

1 I FAMÍLIAS, CONCEITUANDO

Cidades não são compostas apenas por aglomerados de prédios, casas e ruas, são também as pessoas que ali

1 Bolsista Capes/Ds e mestranda em História pelo PPGH da Universidade Federal de Santa Maria.

vivem, suas ideias sobre o mundo e seus desejos, seus trabalhos e momentos de lazer, suas oportunidades e as relações que estabelecem entre si, os conflitos de interesse e as disputas econômicas, suas organizações políticas e insatisfações, sua literatura, música e arte, dentre tantos outros aspectos.

A malha urbana cresce exponencialmente na cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XIX, fenômeno semelhante ocorre em São Paulo. Se pudéssemos passear pela cidade antiga encontraríamos cortiços, comércios, lojas de roupas, fábricas, repartições públicas, cafeterias, teatros, jardins, feiras, praias, botequim, entre outros.

A diversificada capital do império chama atenção de estrangeiros e nacionais, por sua irreverência e monumentalidade, por sua gente e cultura. O Rio de tantas faces em que se encontra um pedaço dos Brasis em cada esquina, em cada acorde de viola, em cada aroma de cozinha. Ou, dos arquipélagos que compõem o Brasil, como escreve Luís Augusto Fischer. Um Brasil multifacetado que pode ser rastreado na Corte.

No cotidiano do cortiço azevediano mapeamos diversas relações sociais entre as personagens. Dentre elas estão as relações familiares ou de parentesco. Nesse sentido, percebe-se a formação de alguns núcleos afetivos no romance. Sintetizamos os enlaces a partir deste esquema triangular:

- Romão-Bertoleza-Zulmira;
- Jerônimo-Piedade-Rita;
- Pombinha-Leónie-pretendido de Pombinha
- Miranda-Estela-Henrique

Todos os triângulos enfrentam crises e alianças em suas dinâmicas narrativas. Comecemos em ordem. Romão utiliza Bertoleza para enriquecer no comércio e com os aluguéis das ‘casinhas’. Quando atinge seu objetivo é necessário descartar a escravizada. Ela não poderia mais estar ao lado de um burguês, de um investidor capitalista. Essa é a perspectiva oferecida pela personagem de João Romão, uma perspectiva excludente e utilitária.

Ao se livrar de Bertoleza o português se aproxima da família de Miranda, uma família rica que vive no sobrado ao lado do cortiço. O objetivo de Romão é pragmático, casar-se com Zulmira (filha de Estela e Miranda), frequentar os mesmos ambientes, ter acesso às mesmas mercadorias e possibilidades.

Jerônimo e Piedade são dois portugueses que buscam no Brasil melhores oportunidades de trabalho. Contudo, o português se apaixona pela sedutora Rita Baiana, símbolo de sensualidade, aroma e beleza do Brasil. Diante deste encantamento Jerônimo abandona sua esposa e filha, além de perder o posto de trabalhador ideal que antes detinha.

Pombinha é a flor do cortiço, aquela que lê as cartas para os moradores analfabetos, descrita enquanto a metáfora da beleza feminina, muitíssimo admirada e querida por todos. Sua mãe pretende que ela se case com um moço correto, que forme uma família.

Entretanto, ao se aproximar de Leónie, uma prostituta de origem francesa, a jovem desiste do matrimônio e inicia na prostituição.

Miranda e Estela mantém um casamento de falsas aparências e interesses, sustentado pela conveniência e pelo compromisso assumido outrora. Estela trai o marido com Henrique, um jovem estudante de medicina que vive com a família de Miranda no sobrado. Miranda dribla razoavelmente bem a situação, uma vez que, a esposa lhe garante prestígio, segurança financeira e status.

O que todos esses enlaces possuem em comum? Aparentemente eles demonstram a fragilidade dos laços afetivos, a transitoriedade dos encontros amorosos em contraposição ao ideal de família. Nesse contexto, os romances fornecem detalhes importantes para a reconstrução das subjetividades, que englobam as expectativas e experiências possíveis em uma determinada época, conforme menciona Koselleck em Futuro-Passado.

O esquema acima poderia ser aumentado se olhássemos para outras narrativas do período e posteriores. Nessa lógica, a literatura brasileira oferece um repertório extenso sobre as relações familiares, amorosas, de amizade, que estão atreladas às demandas econômicas e políticas do país.

Nossa literatura está repleta de famílias estendidas como a fornulada por Azevedo, famílias negras como as debatidas por Carolina Maria de Jesus, famílias indígenas mencionadas por Ailton Krenak, famílias burguesas como as inventadas por Machado de Assis e Lispector, famílias proletárias como as de Graciliano Ramos, famílias conflituosas como as de Fagundes Telles, famílias sertanejas como as elaboradas por Guimarães Rosa.

Quando estudamos o fenômeno de constituição familiar pode-se explorar temas como casamento e sexualidade, violência e interesses econômicos, prostituição e normatização, costumes e valores, normas e rupturas, parentalidade e afeto, divertimento e lazer, entre outros temas.

Ao longo do século XIX as relações familiares, políticas e econômicas eram influenciadas pela pessoalidade do poder na monarquia, fenômeno no qual a troca de favores, a fidelidade e a proteção são aspectos decisivos. Esse processo ocorria, com ainda mais força, no Rio, devido à vinda da família real portuguesa em 1808 para o Brasil, fator que transformou profundamente a estrutura do antigo porto-cidade colonial.

Com a mudança dos membros da família real e agregados a capital passou por um processo de modernização. Foram criados jardins, novas praças, bibliotecas, teatros, instituições, bancos, entre outros. Desse modo, a corte concentrava o aparato burocrático do poder monárquico, bem como inúmeras oportunidades de emprego nos setores públicos e também privados.

Com tantos atrativos o Rio permite uma relação do indivíduo com a cidade que se diferencia bastante dos sertões brasileiros - da pampa meridional, da região amazônica, do litoral nordestino, das lonjuras do pantanal, dentre outros. Cada região deste vasto país, por seu modo e estilo, molda as identidades dos sujeitos através dos espaços urbanos/

rurais/mistos experimentados e a concepção de temporalidade que se constrói a partir das experiências.

De uma perspectiva macro para a micro percebe-se que a família realiza um forte movimento na ontologia do ser social, na fundação do sujeito moderno. Ela forja uma identidade do 'eu' por meio de mecanismos de regulação, controle e normatização de corpos, ideias. A teia familiar compõe um horizonte a partir do qual compreendemos a sociedade e a nós mesmos.

Entretanto, ela não é a única influência diante do indivíduo em constituição, visto que, existem outras instituições, contatos e práticas que moldam o comportamento humano, influenciando-nos a agir de determinada forma, tomar certas decisões, criando possibilidades de atuação em sociedade ou/e limitando certos avanços.

Temos um exemplo interessante da lógica que rege a ideia de família a partir da opinião de Riobaldo sobre duas mulheres com as quais se relaciona. O protagonista de Grande Sertão Veredas diferencia as mulheres para se ter uma prole/casamento e mulheres para ter apenas relações sexuais. Nhorinhá, a personagem feminina, representa a mulher para se relacionar sexualmente:

> Nhorinhá tem ao seu lado direito Otacília, a santa familiar da casa-grande, mais bem preparada para as bodas oficiais e a prole do que para o amor sexual, como funções distintas para mulheres de diferentes extratos sociais. Aqui, não se inova em nada com relação às práticas tradicionais brasileiras, como Riobaldo deixa claro ao pôr as duas lado a lado. (RONCARI, 2004, l. 2229)[2]

A 'santa familiar' mencionada é um dos pilares da ideia de família ao longo do século XIX e XX. Está vinculado ao matrimônio e ao amor idealizado. A ela caberá, segundo as concepções culturais do contexto, a organização do lar, o cuidado com os filhos e com o marido, bem como o zelo pela moralidade familiar. A personagem de Riobaldo reproduz, na ficção, os valores da sociedade de seu tempo.

Por outro lado, há sujeitos que se formam distantes do eixo familiar originário, estabelecendo outros laços sociais. Há aqueles que rompem com a suposta homogeneidade do núcleo familiar paternalista. Este é o caso de Riobaldo. Sobre este aspecto diferencial Roncari menciona:

> O que significava que Diadorim já estava pronta e destinada: ela recebia do pai a linhagem e a herança de que carecia Riobaldo, que estava ainda por se fazer. Ele só tinha carências e a necessidade de superá-las: a sua origem, 'escuro nascimento', que não lhe dava raízes familiares nem sobrenomes, só o conhecemos pelo nome e apelidos; o destino comum e nômade reservado aos homens pobres; a dependência da proteção de padrinhos; a ausência de modelo paterno, que lhe transmitisse a autoridade, capacidade de decisão e de mando para a realização da sua ambição de chefia; a sua condição, que o levava a procurar a mudança de classe pelo casamento; além da falta de coragem. É o próprio Riobaldo que descreve a sua condição de mediania [...]

2 'l': refere-se à posição/localização da citação no Kindle-Amazon.

(RONCARI, 2004, l. 569)

2 | CIDADES, METRÓPOLES, MODERNIZAÇÃO

As fronteiras nas cidades orientam as dinâmicas das relações sociais, limitando ou expandindo as possibilidades. Há fronteiras espaciais estabelecidas a partir do tipo de moradia, do tipo de trabalho, do tipo de vestimenta, do estilo da oralidade, do acesso à educação. Tais fronteiras estão alicerçadas em preconcepções reforçadas pela cultura hegemônica. Conforme aponta o historiador Chalhoub, este processo também pode ser chamado de modernização excludente.

Em São Paulo há a elaboração do código de posturas do município de 1886 em que se proíbe a construção de cortiços (OLIVEIRA, 2009, p. 184). O Rio passa por um processo semelhante com os polêmicos movimentos 'bota-abaixo', nos quais as habitações populares eram demolidas pelo poder público sob a prerrogativa da higienização e do progresso. Sobre o ideal de progresso das elites cariocas, Miskolsci escreve:

> O progresso, portanto, é um ideal de civilização futura a ser alcançada por meio da evolução humana. Seu culto por nossa elite modernizante do XIX mostra – ao mesmo tempo – a avaliação negativa sobre seu próprio povo e as esperanças nutridas no futuro, vislumbrado em um olhar dirigido à Europa, em especial à França [...] (MISKOLSCI, 2013, l. 213)[3]

Nessa perspectiva, as cidades passam a ser pensadas pelas autoridades públicas como monumentos, símbolos de poder e réguas do progresso de uma nação, ou, de seu retrocesso. Na lógica das elites econômicas e políticas a modernização envolve a 'limpeza' do centro da cidade. Aos mais empobrecidos pelo sistema de exploração e espoliação restam às margens, às periferias e morros.

A média de construção de prédios em São Paulo era a seguinte: "1840-1872 - 25 prédios ao ano / 1872-1886 - 310 prédios ao ano / 1886-1893 - 1.613 prédios ao ano." (OLIVEIRA, 2009, p. 176). O Rio passa por um processo semelhante ao paulista na virada do século XIX-XX. Desse modo, a ocupação massiva de duas grandes metrópoles brasileiras ocorre de forma tentacular em direção ao centro com espaços vazios entre os bairros populares durante o processo inicial de modernização.

3 | FRONTEIRAS

As fronteiras culturais designam espaços de transições, alianças e contatos entre os indivíduos, entretanto, esboçam também limitações e dificuldades de acesso. Estes limites sociais, por sua vez, impossibilitam a ascensão econômica-social e a melhoria das condições materiais de vida de grandes parcelas urbanas no Brasil. Miskolsci afirma que:

> Em fins do século XIX, entre as aspirações de progresso e os temores de

3 'l': Posição/localização da citação no aplicativo de leitura Kindle-Amazon.

> degeneração racial, a elite brasileira nutria o desejo de criar uma "civilização nos trópicos". Esse ideal político, intelectual e econômico contribuiu para acontecimentos como a Abolição da escravatura, a Proclamação da República e, sobretudo, a consolidação de uma espécie de projeto nacional tão modernizante quanto autoritário. Nascia, assim, o sonho do Brasil como construção futura, desejo hostil ao seu passado e, fato que pretendo aprofundar, também hostil à sua população, recusada e temida como parte do que se queria superar. (MISKOLSCI, 2013 l. 193)

Nessa perspectiva, os diferentes grupos atuam a partir de certa identificação, mas também há exclusão a partir dessa demarcação de fronteiras socioculturais. A personagem Bertoleza é um exemplo de como a racialização impede o acesso aos bens de consumo, ao lazer, à instrução educacional e à alimentação básica. A escravizada é representada constantemente 'em mangas de camisa', realizando um trabalho árduo que beneficia apenas Romão.

Nesse sentido, percebe-se como o processo de racialização restringe a atuação social, política e econômica de ex-escravizados. Sobre o caso da escravidão:

> No final de 1880, em uma série de artigos publicados em A Província de São Paulo sob o título "Os abolicionistas e a situação do país", o médico Luís Pereira Barreto, um dos fundadores do positivismo no Brasil, alertava os partidários da abolição da escravatura para o que descrevia como perigosa "onda negra" que despejaria na sociedade "uma horda de homens semibárbaros, sem direção, sem um alvo social" (apud Azevedo, 1987, p. 68). Três anos depois, Sílvio Romero, em seu ensaio "Joaquim Nabuco e a emancipação dos escravos" trazia ao discurso um temor latente nas elites: "o Brasil não é, não deve ser, o Haiti" (ibidem, p. 70). Emergia o espectro da sangrenta revolta em São Domingos, onde os negros se rebelaram contra a escravidão em fins do século XVIII, declararam a independência do país em 1804 e ainda colocaram em prática os princípios da Revolução Francesa, causando transtornos fatais para os senhores de escravos, suas famílias e propriedades. Na visão de muitos, nada garantia que o mesmo não se passasse no Brasil, pois aqui, como em toda América, se sucederam os quilombos, os assaltos às fazendas, as revoltas individuais ou coletivas, assim como as tentativas de grandes insurreições. (MISKOLSCI, 2013, l. 318)

Esse tipo de exclusão social acima referido assola a cidadania plena no país até a contemporaneidade. Entretanto, apesar da imensa desvantagem no jogo social não se pode supor que estes grupos marginalizados ocupem apenas papéis de submissão. Michel Foucault nos alerta para a concepção de que o poder circula entre diversos grupos, de distintos modos, com intensidades múltiplas.

O suicídio de Bertoleza, após descobrir que seu companheiro falsificara sua carta de alforria, pode ser interpretado como um ato de rebeldia, de protesto contra o sistema que a escravizara, de autonomia trágica diante da opressão. Nessa lógica, entende-se que há soberanias sobrepostas no romance, disputas nunca encerradas no campo do devir histórico brasileiro, marcadas pelos múltiplos legados da escravização nos trópicos.

4 I PERSONAGENS

A narrativa de Azevedo apresenta diversas personagens. A interpretação das personagens permite-nos elencar perfis sociais em diálogo com a sociedade oitocentista carioca. Nesta seção nosso foco será em descrever e analisar as personagens masculinas do romance. Sobre a composição múltipla das personagens Trentin e Seeger afirmam:

> A personagem é uma unidade complexa, na qual confluem diversas camadas de sentido; ela é, simultaneamente, um ser ficcional, um artefato, um símbolo e uma sintoma. A personagem é um ser ficcional na medida em que apresenta certas características que a definem como habitante de um mundo representado, análogo, mas inconfundível com o mundo empírico. (SEEGER; TRENTIN, p. 19, 2022)

As personagens de um romance constituem eixos essenciais para nosso estudo, uma vez que, carregam em si os conflitos, contradições e expectativas de seu tempo. Também podem se caracterizar enquanto propostas de identidade ao leitor, modelos de conduta, balizadoras da ação de quem lê.

Ou, gerar efeitos contrários, de repulsa, condenação e desprezo. Uma personagem emblemática como Madame Bovary, de Flaubert, dividiu corações e mentes. Bovary, um ser de ficção, levara seu criador aos tribunais franceses, acusado de imoralidade por incentivar o adultério com seu romance.

Os acusadores de Flaubert/Bovary argumentavam que se o romance continuasse em circulação o resultado provável seria a "[...] possibilidade de contágio mimético." (LACAPRA, 1982, p. 22, tradução nossa). Era preciso censurar Bovary. Por quê? O autor concorda com Bovary? Eis a questão. Nessa lógica, as autoras constroem o raciocínio - com o qual concordamos - de que é necessário:

> Compreender a relação da personagem com o mundo, mais especificamente, de compreender que vínculos as personagens guardam com determinadas realidades sócio-históricas e de que modo a ficção elabora, transforma e ressignifica essas realidades. (SEEGER; TRENTIN, p. 21, 2022)

Situar as personagens historicamente consiste em um duplo movimento, por um lado, decodificar elementos de imaginação criativa do autor/autora e por outro, mergulhar nos entrelugares do perfil social - perfil literário das personagens. Nesse movimento interpretativo pode-se identificar personagens que atingem maior, mediano ou menor grau de complexidade dentro da narrativa. As autoras mencionam Capitu, famosa personagem machadiana:

> Capitu torna-se uma personagem complexa pela maneira ambigua, parcial e frequentemente contraditória como o narrador a figura (ora mediante seu ressentimento de marido traído, ora mediante sua forte paixão por ela). As ações de Capitu não podem ser previstas pelo leitor - tal como ela surpreende Bentinho com uma possível traição, acaba surpreendendo também o leitor no decorrer da história. Essa categoria de personagem tende a simular as contradições da natureza humana e suas complicadas relações afetivas

> e sociais. Como já se deduz desta breve análise, o tipo de narrador é fundamental para o modo de figuração da personagem. (SEEGER; TRENTIN, p. 32, 2022)

No Cortiço há algumas personagens mais exploradas pelo autor, sendo elas: Romão, Jerônimo e Miranda, na esfera masculina. Rita Baiana e Pombinha, na esfera feminina. Em o “Bom Crioulo”, outro romance naturalista bastante reconhecido, temos Aleixo e Amaro, dois marinheiros de diferentes origens que estabelecem um relacionamento bastante conturbado. Já em o “Ateneu” de Raul Pompéia há a relação de controle e regulação das masculinidades entre Sérgio - jovem estudante de uma escola de elite e Dr. Aristarco - diretor da instituição de ensino.

As personagens dos romances naturalistas permitem-nos acessar espaços privados de convívio, como o cortiço, o barco (Bom Crioulo) e a escola (O Ateneu). As pesquisadoras afirmam que o espaço privado é “[...] povoado pelas escolhas de seus moradores, naturalmente confirma preferências pessoais, comportamentos e estilos de vida.” (SEEGER; TRENTIN, p. 39, 2022).

E, elas prosseguem ao citar “[...] a casa em que um homem vive é um prolongamento deste. Descrevê-la é descrever o seu ocupante.” (SEEGER; TRENTIN apud WELLEK; WARREN, p. 39, 2022). Neste trecho percebe-se uma interlocução entre espaço e identidade, que pretendemos explorar em outra seção.

5 I JOÃO ROMÃO ENRIQUECE

Romão representa o exemplo de imigrante português que enriquece ilicitamente, tendo por objetivo inserir-se na elite da cidade. Bertoleza é uma personagem essencial na jornada do português em direção ao êxito econômico e social. Juntos eles constroem as primeiras casinhas do cortiço por meio do furto.

Ao longo da narrativa Romão passa a lucrar suficientemente bem através da pedreira, do cortiço e da venda/armazém. Com isso, Azevedo fornece um exemplo da formação de um complexo econômico em torno das habitações populares. Os/as moradores utilizam boa parte dos serviços prestados pelo português em razão da proximidade, também poderiam obter trabalho por intermédio de Romão. Resumo da ópera:

> Entretanto, a rua lá fora povoava-se de um modo admirável. Construía-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia; subiam os aluguéis; as propriedades dobravam de valor. Montara-se uma fábrica de massas italianas e outra de velas, e os trabalhadores passavam de manhã e às Ave-Marias, e a maior parte deles ia comer à casa de pasto que João Romão arranjara aos fundos da sua venda. Abriram-se novas tavernas; nenhuma, porém, conseguia ser tão afreguesada como a dele. Nunca o seu negócio fora tão bem, nunca o finório vendera tanto; vendia mais agora, muito mais, que nos anos anteriores. Teve até de admitir caixeiros. As mercadorias não lhe paravam nas prateleiras; o balcão estava cada vez mais lustroso, mais gasto. E o dinheiro a pingar, vintém por vintém, dentro da gaveta, e a escorrer

> da gaveta para a burra, aos cinquenta e aos cem mil-réis, e da burra para o banco, aos contos e aos contos. (AZEVEDO, 1890, p. 23)

A história de Romão explicita algo relevante dentro da consolidação do capitalismo financeiro no Brasil. O português tem seu enriquecimento pessoal narrado em detalhes através das lentes de um escritor com sentimentos antilusitanos latentes. O antilusitanismo era frequente em um Brasil pós-independência, uma vez que, era necessário distanciar-se da antiga metrópole para constituir um senso de nacionalidade distinto. Nas grandes cidades muitos portugueses dominavam o comércio varejista - armazéns, padarias, vendas, bares - promovendo nos brasileiros uma sensação de desfavorecimento, de usurpação.

6 | JERONIMO SE APAIXONA

Jerônimo, outro português imigrante, no começo da narrativa é o exemplo de trabalhador ideal. Acorda cedo, dorme cedo e coordena os demais trabalhadores na pedreira de Romão. Corrige os medianos, parabeniza os bons. Entretanto, no decorrer da história o temperamento do português se modifica em decorrência do contato apaixonante com Rita Baiana.

Jerônimo também representa o ideal de um homem de família. Casado, pai, responsável e provedor. Azevedo escreve sobre noites em que Jerônimo tocava em seu violão as modinhas de sua terra natal, nostálgico e absorto pelas saudades de Portugal no dedilhar das cordas. Acompanhado de Piedade - sua esposa - formando um casal típico, harmonioso.

Contudo, ao conhecer Rita Baiana o imigrante inicia seu processo de transformação cultural. Quando Jerônimo se apaixona por Rita, gradualmente, abandona os costumes portugueses mais tradicionais, torna-se desleixado com a esposa e inclina-se totalmente à paixão.

Candido afirma que a personagem 'abrasileirou-se' aos olhos do narrador, uma vez que, seus hábitos, pensamentos e comportamentos passam por modificações significativas. Azevedo menciona o costume de tomar café quente, consumo excessivo de álcool, da utilização da mandioca na culinária como características genuinamente brasileiras. Também se refere aos banhos diários, conversas com amigos até altas horas da noite. Todas essas mudanças ocorrem sob influência da baiana, tendo por objetivo conquistá-la, inserir-se em sua realidade.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo estabelecemos algumas relações entre os conceitos de famílias, fronteiras e personagens no romance naturalista. Desse modo, as contradições e possibilidades das personagens literárias estabelecem uma relação dialógica com o mundo social que as produz. Seus espaços de experiências forjam o conceito central de

‘cortiço’ em Azevedo, seus horizontes de expectativas apontam para os usos políticos da linguagem, conforme escreve Koselleck.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. **O Cortiço**. E-book, São Paulo: Panda Books, 1ª ed, (1890), 2017.

OLIVEIRA, M. Uma Senhora na Rua do Imperador. In: **Brasil Imperial (volume III) 1870-1889**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

LACAPRA, D. **Madame Bovary on Trial**. Kindle Edition, Cornell University Press, New York, 1982.

MISKOLCI, R. **O Desejo da Nação: Masculinidade e Branquitude no Brasil de Fins do XIX**. Annablume, São Paulo, 2013.

RONCARI, L. **O Brasil de Rosa: Mito e História no Universo Rosiano**. Editora Unesp, São Paulo, 2004.

SEEGER, G; TRENTIN, R. **A Personagem na Narrativa Literária**. Editora UFSM, Santa Maria, 2022.

KOSELLECK, R. **Futuro-Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Ed Contraponto; PUC-Rio Rio de Janeiro, 2006.

CAPÍTULO 2

EDUCAR PARA FORMAR CIDADÃOS: EDUCAÇÃO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX NO PIAUÍ

Data de aceite: 03/07/2023

Lorena Maria de França Ferreira
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Parnaíba – Piauí
http://lattes.cnpq.br/9548572381548856

RESUMO: Durante os primeiros anos da República Brasileira foi desenvolvida a educação por meio da escola, como aparelho de educacional do Estado. Juntamente com a educação existia o desejo e a necessidade de criação de uma população que tivesse conhecimento de seu pertencimento a nação e seu papel de cidadã, dessa maneira o presente trabalho tem como objetivo expor a aspiração do governo do Estado do Piauí e dos educadores, nas três primeiras décadas do século XX, em formar e educar as crianças e jovens para a criação de uma população moldada pelo modelo de civilidade europeia e de cidadã. Para isso são utilizadas as produções do poder público estadual, como as Mensagens dos Governadores do Estado à Assembleia Legislativa (1900-1930), Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Piauí (1910), A Instrução Pública no Piauí (1922), o Programa do Ensino Primário (1927), e também a memória de Antônio Sampaio Pereira, em Velhas Escolas-Grandes Mestres (1996).

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Cidadã. Criança.

EDUCATING TO FORM CITIZENS: EDUCATION IN THE FIRST DECADES OF THE TWENTIETH CENTURY IN PIAUÍ

ABSTRACT: During the first years of the Brazilian Republic, education was developed through the school, as an educational apparatus of the State. Along with education there was the desire and need to create a population that was aware of its belonging to the nation and its role as a citizen, in this way the present work aims to expose the aspiration of the government of the State of Piauí and of educators, in the first three decades of the 20th century, in training and educating children and young people to create a population shaped by the model of European civility and citizenship. For this, the productions of the state public power are used, such as the Messages of the State Governors to the Legislative Assembly (1900-1930), General Regulation of Public Instruction of the State of Piauí

(1910), Public Instruction in Piauí (1922), the Primary Education Program (1927), and also the memory of Antônio Sampaio Pereira, in Velhas Escolas-Grandes Mestres (1996).
KEYWORDS: Education. Citizen. Child.

A CONSTRUÇÃO DA CRIANÇA COMO SUJEITO

À infância foram atribuídas diferentes significações que se modificaram com o tempo. Aos poucos foi sendo percebida pelo meio social, recebendo atribuições e importância na família e no Estado. Assim revelando o caráter novo que a mesma foi adquirindo com as transformações na vida privada e no meio social. Houve uma crescente inquietação dos diferentes órgãos sociais, como a família, o Estado e a Igreja (ARIÈS, 1981), sobre essa fase da vida, em especial quando se referia à educação, não apenas entendida como meio de obtenção de conhecimento intelectual, mas também como meio de disciplinar o corpo.

A criança se forma socialmente como um sujeito diante das mudanças nas relações sociais com os seus membros familiares e com as mudanças nas configurações com o trabalho fosse ele em ambiente doméstico ou público. Ela que antes ocuparia espaços secundários no seio familiar ou social, foi aos poucos para o centro.

Dessa forma, é importante salientar esse processo de construção através do livro *História social da criança e da família* (1981) de Philippe Ariès possibilitou o conhecimento da formulação de duas teses sobre a infância nas sociedades tradicionais e industriais. A primeira tese refere-se inicialmente à velha sociedade tradicional, essa que via mal a criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida ao seu período mais frágil, sendo a criança logo misturada a vida juntamente com os adultos, na qual partilhava de seus trabalhos e jogos.

Em qual as crianças pequenas eram vistas como se elas fossem animaizinhos que serviam para animar as pessoas. Se essas morressem, como aconteciam frequentemente, alguns poderiam ficar desolados, no entanto esse sentimento não era compartilhado por todos que consideravam a vida dessas como efêmeras e que não deveriam se sensibilizar tanto com seres passageiros.

Não havia a percepção da infância como uma fase especifica da vida humana, as crianças não eram percebidas como seres frágeis, em plena formação e que dependiam de cuidados e atenções especiais. Não havendo assim instituições que se voltassem exclusivamente para elas, muitas sendo, desde muito cedo inseridas no mundo do trabalho, dividindo assim os espaços com os adultos.

A inexistência de ambientes para o acolhimento das crianças como a escola, proporcionava que essas vivessem em ambientes de sujeitos mais velhos e por isso tivessem experiências no cotidiano que fossem para outras idades que não as suas. Mas isso não seria um problema, logo que não haveria o entendimento da necessidade de direcionamento das experiências por idades ou fases do desenvolvimento humano.

Além disso, a família não tinha a função afetiva, mas isso não quer dizer que não existisse o amor, mas sim a de conservação dos bens e a prática comum de um ofício. A família se configurava mais como um grupo social ao qual se pertencia, sendo um instrumento de inserção ao meio social. As trocas afetivas e as comunicações sociais eram feitas fora da família, em um meio composto de vizinhos, amigos, mulheres e homens. No entanto, no fim do século XVII e início do XVIII houve o reconhecimento da família longe da vida coletiva, próxima da vida privada.

A segunda tese desenvolvida mostra o caráter assumido pela criança e pela família nas sociedades industriais. O autor com essa tese possibilita o conhecimento sobre essa nova criança que sai do meio privado e passa aos poucos ocupar novos ambientes como a escola, entendendo que:

> A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles [...] Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização (ARIÈS, 1981, p.11).

A separação da criança passa a ser entendida como o momento de moralização dos homens, promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado. Mas ela não teria sido possível sem a cumplicidade sentimental das famílias, uma afeição entre os pais e os filhos – essa se exprimiu, sobretudo através da importância que passou a ser dada a educação.

A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar tal importância que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor. A revolução escolar e o sentimental se deram com um malthusianismo demográfico, de uma redução voluntária da natalidade, bastante evidente no século XVIII. Dessa maneira, a criança ganha maior visibilidade quando é percebida como continuadora da linhagem do nome familiar.

A infância passa a ser vista como momento de aprendizagem, incorporação de práticas e valores que faziam parte do cotidiano e que também deveriam ser conduzidas até a vida adulta, condicionando e definindo assim os papeis de cada um no corpo social. Com isso, o aprendizado das crianças tinha o sentido de ensinar a elas também a se movimentarem em um mundo heterogêneo e estratificado. Na qual as pessoas eram marcadas por relações de gênero, pela condição social e por questões raciais, as crianças deveriam aprender, como também incorporar as diversas condições sociais que separavam as pessoas em homens e mulheres; em ricos e pobres; em senhores e escravos.

A aprendizagem da vida prática era importante para dar continuidade a toda engrenagem produtiva da propriedade e às relações de poder e mando, para os meninos as práticas sexuais também tinham importância central no aprendizado de ser homem. Philippe Ariès expõe também a atitude moral tradicional com relação a alguns jogos,

brincadeiras e divertimentos, que ocupavam um lugar tão importante nas sociedades antigas. Uma preocupação, antes desconhecida, de preservar sua moralidade e também de educá-la, proibindo-lhe os jogos então classificados como maus, e recomendando-lhe os jogos então reconhecidos como bons.

Em *História das crianças no Brasil (2006)* Mary Del Priore releva os mais diversos estudos sobre a infância, realizados por historiadores brasileiros. A gama de questões é ampla, e vai do período colonial brasileiro até o século XXI, mostrando-nos as diversas experiências vividas pelas crianças. A autora ainda reitera que a infância foi reinventada ao longo do tempo, desde a expansão marítima portuguesa, no qual o papel da criança era diferente do que entendemos na contemporaneidade. Pois esta era percebida apenas como mais um dos integrantes do gene familiar, apesar das novas descobertas e dos antigos costumes.

A partir de Pedro Vilarinho Castelo Branco em *Com afeto e disciplina (2005)*, os literatos apontam novas formas de perceber e dizer as crianças na sociedade. Um aspecto revelador da nova sensibilidade para a idade infantil que eles procuravam difundir na sociedade, diz respeito à objetivação dos infantes como seres frágeis, inocentes, que tinham direito de serem protegidos, dessa forma, os pais deveriam direcionar aos filhos a atenção, o carinho e as expectativas. Em síntese, os literatos procuravam acentuar o caráter único de cada filho, mostrando que cada membro do meio familiar era insubstituível e que ele necessitava de carinho e atenção da família, para a sua formação em quanto sujeito no meio social.

Algo que pode ser percebido no também existiam os discursos sobre a infância os quais ganhavam um maior destaque aqueles produzidos pelos literatos, como Pedro Vilarinho Castelo Branco (2005) demonstra que existiam duas vertentes de argumentos os quais apontavam para as novas formas de percepção das crianças no meio social. Uma delas tentava criar a significação da criança como ser frágil o qual teria que ocupar o lugar central da família, fazendo com que a mesma voltasse seus esforços e possibilidades, que a criança atingisse uma vida adulta propicia ao sucesso social. Já a segunda vertente pretendia retirar do poder patriarcal a responsabilidade do ensino infantil, sendo transferida ao poder público do Estado.

A infância no século XX aos poucos foi recebendo uma maior evidencia ao ser percebida como uma das fases da vida humana, sendo essa às vezes como a que determina a formação ou não de um cidadão. No Brasil, a infância, de forma incipiente, foi se atrelando a ideia de educação, pois nesse período o país agregava aos seus discursos a noção de progresso não apenas econômico, mas social e intelectual.

Assim, a pedagogia ganhou espaço juntamente com o processo de urbanização nas cidades brasileiras, devido à criação da necessidade de formação de espaços os quais direcionassem a população a obtenção de padrões modernos de civilidade e também de educação. Com isso, a inserção da instrução pedagógica nas cidades do Piauí aconteceu

de maneira gradual, lenta, o que implicou na tardia expansão do ensino para todas as regiões, desde os centros urbanos às áreas interioranas do Estado.

A FORMAÇÃO DO CIDADÃO PELA EDUCAÇÃO

Nas primeiras décadas do século XX a educação foi uma das preocupações do poder público do Estado do Piauí tanto na capital quanto no interior. Diante disso, houve a defesa quanto à obrigatoriedade de ensino, como na afirmação do governador Álvaro Osório Mendes em 1905, o qual defende que enquanto não existisse e fosse decretado o ensino obrigatório pouco se evoluiria quanto à instrução pública (ESTADO DO PIAUÍ, 1905). Essa educação estava ligada a ideia de educar as crianças, essas que ocupariam os ambientes escolares que se espalhariam pelo território piauiense.

A necessidade de se instituir o ensino das primeiras letras no Piauí passou a se configurar nos novos discursos sobre a importância de se educar as crianças. Os ensinos de pedagogias e dos códigos possibilitariam a formação de cidadãos preocupados com a instrução intelectual, com a higiene e com a qualidade de vida local, através do conhecimento moral e cívico. Assim, a infância passou a ser alvo principal dos pedagogos e das instituições locais, pois essa se configura como fase inicial e mais propícia a prender os ensinamentos.

De acordo com Itamar Sousa Brito em *História da Educação no Piauí (1996)* o Regulamento de 1910 sofreu influência de intelectuais que integravam a Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública, sendo essa uma instituição privada que foi importante para a expansão do ensino pelo Estado. A mesma contou com a presença de Antonino Freire, que era nesse período o governador do Piauí, e também Matias Olímpio, o qual era Secretário do Estado do Governo. Esses viam na instrução pública a solução necessária para a resolução dos problemas sociais do Estado, devido esse ainda se encontrar com grande parcela da população classificada como analfabeta.

Então, o Regulamento visava modificar o ensino do Estado a partir de determinações que deveriam ser cumpridas. Essas iam desde as formas de inspeções das escolas, até a pedagogia adotada, como de acordo com Capítulo Segundo do artigo 10 no qual “o ensino público ministrado pelo Estado tem por fim preparar a mocidade para o bom desempenho dos deveres de cidadão” (ESTADO DO PIAUÍ, 1910, p.12). Evidenciando que a educação infantil deveria proporcionar a formação de cidadãos piauienses, os quais compreenderiam suas funções na sociedade.

Além disso o Regulamento de Instrução Pública recomendava que a relação do professor com seu aluno fosse afetuosa. Isso se dava a partir da necessidade de se instituir um ensino no qual era necessário que o aluno se sentisse mais seguro por quem estava sendo educado, não acontecendo assim um temor ao professor. Dessa forma, o professor, como revela o Regulamento de 1910, deveria assumir uma nova posição diante do seu

aprendiz, o qual deixaria para trás a pedagogia baseada no uso da força, das punições e do medo para formar cidadãos (ESTADO DO PIAUÍ, 1910).

> Art. 142. A disciplina escolar deve repousar essencialmente na afeição dos alunos ao professor e ao ensino, devendo por sua vez o professor mostrar-se afetuoso para os alunos, de modo a serem estes dirigidos, não pelo temor, mas pelo conselho e persuasão amistosa. Art. 143. Aos alunos é expressamente proibido praticarem quaisquer atos que deponham contra a boa educação e os bons costumes, devendo os professores serem solícitos em lhes explicarem, por meios brandos, os inconvenientes da pratica de tais atos (ESTADO DO PIAUÍ, 1910, p. 48-49).

Os alunos eram orientados a não praticarem atos que pudessem ser considerados contra a manutenção de uma educação de qualidade e de bons costumes, para isso determinava-se que o papel do professor seria determinante, pois o mesmo além de orientá-los também tinha como aplicar os métodos de correção. Para tal ensino caberia ao professor que além do ensino nas escolas também o colocasse em prática em seu cotidiano, em especial em ambientes de grande visibilidade social. Assim educaria os alunos através de sua própria educação ao praticar atitudes entendidas como corretas de acordo com os parâmetros educacionais defendidos pelo Regulamento de Instrução Pública de 1910 (ESTADO DO PIAUÍ, 1910).

Em 1911 o governador Antonino Freire da Silva discorreu sobre a Lei Orgânica do Ensino a qual consistia em dar uma completa autonomia aos institutos de instrução pública secundária e superior e também no banimento de diplomas acadêmicos, sendo assim substituídos por certificados de estudos. Em mensagem governamental do mesmo ano, o governador defende que contribuiria para a educação e também prepararia cidadãos aptos para lutarem pela vida, evitando que acontecesse simplesmente a instrução. Visava a formação de alunos que não fossem apenas mantidos pelo poder público do Estado, desejava autonomia para expansão do ensino e a sua continuidade após a conclusão do ensino primário.

No ensino de história também caberia ao professor explicar a criança o lugar onde esta nasceu e os demais integrantes de sua família. O ensino da história local serviria para que o aluno tivesse conhecimento sobre os lugares que faziam parte de suas histórias de vida como casa paterna, cidade, vila ou bairro, Estado e Nação (ESTADO DO PIAUÍ, 1927, p.13).

Dessa maneira, o Programa de Ensino também se refere quando ao ensino da história do Estado do Piauí na disciplina história, esse se configuraria como um momento no qual o aluno teria uma noção sobre o Estado, sendo indispensável para que o mesmo pudesse criar um sentimento, um vínculo com o lugar, além de também proporcionar a compreensão da história nacional e a formação do culto à Pátria, criando o patriotismo nas crianças.

O ensino infantil através das disciplinas e da atuação do professor tinha como um

dos seus objetivos, além de educar o corpo, os comportamentos e o físico, a criação de identificação com uma nação que estava sendo construída nas primeiras décadas do século XX. Isso se deu a partir das disciplinas escolares como as de história e de geografia, as quais ensinavam quanto a nação e também quanto ao Estado. Além disso, a atuação do professor como meio de criação do sentimento foi essencial, pois o mesmo fornecia o uso de ideias criativas como formação de contos imaginários sobre o Brasil, os seus fatos e personagens históricos, como também ensinava o hino nacional e a contemplação da bandeira nacional (ESTADO DO PIAUÍ, 1927, p.13).

E além dessas disciplinas o Programa destacava a Instrução moral e cívica a qual estava presente em todos os anos do ensino primário. Ela era defendida nos currículos escolares por ser dada a importância atribuindo para criar cidadãos. Era baseada na ideia de respeito mútuo entre os alunos.

O ensino para civilizar e formar cidadãos também está presente na obra de Antônio Sampaio em sua memória Velhas Escolas- Grandes Mestres (1996) no qual mostra a educação no Piauí nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Esse período mostra a substituição da mão de obra masculina pela feminina para ser professora na educação infantil, assim como a expansão do ensino para o interior do Piauí.

Ainda em sua obra de vida ele trata do ensino dessas professoras as crianças do interior no qual são ensinadas a permanecerem em filas na escola antes de começar as aulas para que cantassem o hino do Brasil mesmo que de forma decorada e sem muito pensar nas palavras proferidas. Dessa maneira, ele mostra que com a atuação do Estado com o uso de professoras formadas pela Escola Normal tentava se formar uma população com traços de cidadãos e com identificação com a nação brasileira.

Além das formas de ensinar no jornal Diário do Piauí (1914) Abdias Neves, ele revela a importância que deveria ser dada ao corpo infantil na educação, pois a ideia de desenvolvimento físico estava relacionada com a de possíveis guerras e conflitos nas primeiras décadas do século XX, devido ao processo de industrialização e as competições comerciais, as quais gerar conflitos entre as potências econômicas e industriais. Outra causa que dava maior visibilidade ao corpo era a ideia de que a existência de corpos sadios e vigorosos em uma nação proporcionava que esta tivesse bons cidadãos, os quais se constituiriam como a segurança nacional.

> É necessário retemperar o físico, torná-lo apto a resistência, fortalecê-lo para a luta. E se dos cuidados à primeira infância depende, em grande parte, essa resistência; se eles competem aos pais, o professor pode fazer muito no sentido de lhes preencher a falta, ou de secundá-los, praticando com os alunos a educação física, indireta ou direta (NEVES, 1914, p.2).

Dessa maneira, o ensino obtido no ambiente escolar não deveria se limitar a fornecer apenas os conhecimentos científicos, e nem tão pouco apenas criar cidadãos que se identificassem com a história e os ideais de uma nação, mas deveria nesse período se

destinar também a formação de alunos que pudessem pensar por si mesmos e compreender aquilo que lhe eram ensinados. Esse ensino possibilitaria, antes de tudo, a sobrevivência e manutenção desses cidadãos no meio social, no qual conseguiriam se perceber como sujeitos atuantes.

Diante das novas formas de educar a infância nas primeiras décadas do século XX foi possível perceber o desejo e o empenho do poder público para que acontecesse o desenvolvimento do ensino pelo Piauí, criando assim medidas que possibilitassem a educação não apenas intelectual, mas também moral cívico e físico. Eles articulavam escola, pedagogia e corpo.

CONCLUSÃO

Através dos traços observados a partir da educação infantil no Piauí que estava em processo de consolidação e expansão durante as primeiras décadas do século XX é possível perceber a preocupação e dos desejos do poder público do Estado do Piauí e de intelectuais na formação de uma população moldada pelos ideais de civilidade europeia e pelas concepções sobre a aquisição de um povo cidadão.

A formação de um povo cidadão tinha como pilar fundamental de obtenção de um povo sob os moldes de civilidade, pois desde os fins do século XIX no Piauí, e também do Brasil de forma geral, o ensino passou a ser entendido como ferramenta de consolidação de modelo de povo brasileiro civilizado e com ideias de pertencimento a nação. Isso, poderia enquadrar o Brasil no modelo de República que tanto se almejava consolidar.

Sendo assim é possível observar para além dos desejos de formação de uma população cidadã, existiam os esforços para a consolidação da educação e até mesmo como, apesar de certas vezes sem efeito, a tentava de se criar a ideia de pertencimento a nação brasileira e a identidade dessas crianças com o Estado e a Nação.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1981.

BRITO Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Com afeto e disciplina: a invenção da infância entre a literatura e a história. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz (Orgs). **História: cultura, sociedade, cidade.** Recife: Bagaço, 2005.

DEL PRIORE, Mary (Org.). História das crianças no Brasil. 5. ed. São Paulo:Contexto, 2006.

ESTADO DO PIAUÍ. Governador, 1905. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes. Teresina: Tipografia do Piauí, 1905.

ESTADO DO PIAUÍ. Presidente da Câmara, 1910. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Presidente da mesma, Manoel Raymundo da Paz. Teresina: Tipografia do Piauí, 1910.

ESTADO DO PIAUÍ. **Programa do ensino primário**. Teresina: Tipografia do Piauí, 1927.

ESTADO DO PIAUÍ. **Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Piauí**, 1910.

ESTADO DO PIAUÍ. **Regulamento Geral de Instrução Pública do Estado do Piauí**, 1910.

NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia 1. **Diário do Piauí**, Teresina, ano 4, n 92, 26 abr. 1914, p 2.

OLIMPIO, Matias et al. **A instrução pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

PEREIRA, Antônio Sampaio. **Velhas Escolas – Grandes Mestres**. Teresina: COMEPI, 1996.

CAPITÃO AMÉRICA COMO REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS ESTADOS UNIDOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Data de aceite: 03/07/2023

Giovanna Gomes Antunes

Isabella Lima Serrano

Tatiana Machado Boulhosa

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A Teoria do Soft Power foi desenvolvida no início dos anos 2000 por Joseph Nye, cientista político estadunidense, parte da corrente liberal das Relações Internacionais. Segundo Nye, *soft power* é uma ferramenta de poder, que abrange aspectos ideológicos, sociais e culturais. O autor o descreve como um poder influente sem o exercício de domínio por meio da força. Essa influência deve ser exposta como inclusiva para qualquer pessoa no mundo. O *soft power* pode ser compreendido como uma maneira de exercer influência e alcançar resultados positivos na política internacional sem recorrer a ameaças ou violência.

Uma das vertentes do *soft power* é a vertente cultural, que se relaciona às maneiras como determinadas sociedades usam de produtos culturais como forma de construir seu poder e sua influência sobre outras. A vertente cultural é baseada na capacidade de atrair e inspirar seus consumidores por meio das expressões culturais, ideológicas e patrióticas de uma nação incorporadas aos seus bens culturais, de forma a propagar sua influência, sua reputação internacional e criar conexões duradouras com pessoas de todo o mundo. Ao produzir e exportar esses bens culturais, filmes, músicas ou histórias em quadrinhos, o país cativa o público, pessoas de todo o mundo e molda suas percepções, valores e ideias de acordo com a mensagem que carrega.

Uma das maiores manifestações do *soft power* é a construção de super-heróis, bem como de seus vilões, que são, na maioria das vezes, a oposição de valores e de posturas transmitidas nas histórias, sejam elas em quadrinhos ou nas telas. De acordo com Joseph Campbell em *O Poder do Mito* (1988), a ideia de heróis, bem como

a ideia de um vilão surge a partir da necessidade social e de um determinado contexto histórico. Assim, segundo Campbell, "chamar alguém de herói ou monstro depende de onde se localiza o foco da sua consciência" (1988, p. 135), que, por sua vez, se transforma de acordo com provações e revelações.

Ainda segundo o autor, o propósito e as ideias de um herói têm um fim próximo, já que "a vida hoje é tão complexa, muda tão rápido, que não há tempo para que qualquer coisa se cristalize, antes de ser descartada" (1988, p. 142). Em qualquer situação, porém, o herói parece ser importante. Isto porque ele é inovador e supre a carência de uma sociedade que precisa de uma imagem poderosa com uma intenção de atuar em prol de um bem maior, que se encontra em sintonia com seu tempo. O vilão, por sua vez, destoa dessa sintonia. O herói dá sua vida por algo maior que ele mesmo, ao contrário do vilão, que está disposto a sacrificar a vida de alguém por algo em que ele acredita.

Segundo Campbell (1988), o herói consegue superar as condições humanas diferentes em nosso cotidiano. Ele é notadamente moral, diferente do anti-herói, uma figura que fica entre o herói e o vilão, cujos compromissos morais são questionáveis, como Robin Hood, que rouba dos ricos para dar aos pobres. É verdade que, seguindo essa definição, o vilão e o anti-herói se aproximam, já que o vilão, como os anti-heróis têm também a moral questionável, como afirmamos anteriormente. Contudo, o vilão vai além do anti-herói. Ele não tem algo que o redima, uma atitude que "compense" sua falha ética. Além disso, o vilão é o antagonista do herói, ele representa o inverso dos valores do herói que luta pela nossa sociedade, que tem clareza de sua ideologia e que assume o papel de defensor do bem maior. O vilão recebe o fardo de destruir esses elementos.

Isso posto, não fica difícil entender como o próximo passo da discussão é a maneira como a ideologia está presente e atrelada a diferentes heróis e vilões e como, por extensão, ela aparece em cada personagem das histórias em quadrinhos, objeto dessa análise, imputando às ações das personagens as crenças de seus criadores que são comunicadas aos leitores como parte de um universo ficcional.

Em *O que é ideologia* (2001), Marilena Chauí define o conceito de ideologia, a partir da proposta teórica de alguns pensadores; nominalmente Destutt de Tracy, Karl Marx, Auguste Comte e Émile Durkheim. Segundo Chauí, foi Destutt de Tracy, em seu livro *Éléments d'idéologie* (1801) (*Elementos de Ideologia*), quem utilizou o termo pela primeira vez. Nesta obra, De Tracy compara o funcionamento do corpo humano com o meio ambiente como um fenômeno natural e anota que essas relações se estabelecem a partir de uma leitura filosófica, a que ele chamou de ideologia. Sua tese ressalta os sentidos responsáveis pela formação de nossas ideias, tais como querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e o recordar (memória). Usa das ciências físicas e químicas como aprendizado para "formar um bom espírito", que seja observador, capaz de compor e recompor fatos, sem vadiar em especulações que não sejam concretas.

O discurso ao Conselho de Estado de 1812 de Napoleão Bonaparte foi a origem da

conotação negativa dos termos “ideologia” e “ideólogos”. A nova atribuição de significado das palavras, feita por Bonaparte, foi mantida por Karl Marx, concretizando enfim a ideia de que um ideólogo “é aquele que inverte as relações entre ideias e o real” (2001, pg. 11). Essa lógica também se aplica à ideologia que se torna um conjunto de ideias que desconhecem o real.

Auguste Comte, em *Cours de Philosophie Positive* (1877) (*Curso de Filosofia Positiva*), atribui dois significados ao termo ideologia. Por um lado, ele a conservou como um estudo filosófico-científico que analisa a formação das ideias partindo das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, como propunha Destutt de Tracy; por outro, ideologia é entendida como uma “opinião geral”, um compilado de ideias que na época faziam sentido, que seriam as explicações encontradas sobre os fenômenos naturais e humanos. Ideologia, aqui, seria um sinônimo de teoria de conhecimentos científicos produzida pelos sábios, que as filtravam, organizavam e corrigiam, rejeitando apontamentos religiosos e metafísicos, para assim controlar a prática dos homens e fazê-los obedecer às teorias por eles criadas.

Émile Durkheim, que, em seu livro *Regras para o Método Sociológico* (1895), define ideologia como “todo conhecimento da sociedade que não respeite tais critérios” (idem). Define também ideológico como “uma sobra de ideias antigas, pré-científicas (...) preconceitos e pré-noções (...) individuais “noções vulgares” (...) fazem parte de toda a tradição social onde está inserido” (CHAUÍ, 2001, p. 13).

Para este trabalho, que pretende usar a personagem do Capitão América como uma representação das vontades do governo estadunidense, entendemos que a melhor definição do termo “ideologia” a ser adotada é a de Karl Marx, porquanto compreendido como um conjunto de ideias propostas pela classe dominante (o governo estadunidense e a Marvel) que estimula e convence, convenientemente, a classe dominada (os leitores) a segui-las de forma a repassar os mesmos interesses e pontos de vista, construindo uma harmonia de ideias entre todos. Isso se dá, através de algumas etapas, são elas: a naturalização dos temas; a universalização que se dá pela imposição deles; e a abstração em que o conflito de ideias é apagado para a manutenção da harmonia.

O livro *Para Ler o Pato Donald* de Ariel Dorfman e Armand Mattelart (1971) reforça essa leitura e é essencial para entender sobre comunicação em massa e indústria de entretenimento americano. Na obra, os autores pretendiam denunciar a ideologia imperialista que dominava as aparentemente inocentes histórias infantis da Disney: observam que relações parentais diretas não existem, como os personagens são movidos apenas pela ambição do dinheiro e como não se estabelecem relações de amizade desinteressadas. Concluem que, a partir das histórias do Pato Donald, Walt Disney consegue transformar suas criações e símbolos em uma reserva cultural para o mundo todo, utilizando os quadrinhos como meio de propagação de ideologias. Através dos seus personagens ele apresenta os valores culturais dos Estados Unidos para o mundo, o que entendemos ser uma prática análoga ao que acontece com o super-herói Capitão América, que também

carrega seus valores e se torna um símbolo de uma cultura.

O padrão de comunicação em massa que o universo Disney criou para todos os receptores ao redor do mundo com diferentes ideologias conseguirem se sentir representados é algo único e prova que o entretenimento é uma forma de *soft power*, ou seja, influencia indiretamente o comportamento e interesses dos indivíduos, principalmente as crianças. E é com esse conjunto de conceitos que procuramos aqui analisar o fenômeno dos quadrinhos do Capitão América.

O CAPITÃO AMÉRICA E A LUTA CONTRA O NAZISMO

De origem judia, o ilustrador, roteirista e editor de histórias em quadrinhos Joe Simon nasceu em 1913 em Rochester, Estados Unidos. Jacob Kurtzberg, ou como ficou conhecido, Jack Kirby, é filho de imigrantes judeus poloneses. Nasceu em 1917 em Nova York e foi desenhista, roteirista e editor de histórias em quadrinhos. Juntos, Joe Simon e Jack Kirby, deram vida em 1941 a um dos super-heróis mais aclamados do mundo, o Capitão América.

O Capitão não é a primeira criação de nenhum dos dois artistas. Na editora *Timely Comics*, durante 1930 e 1940, a chamada época de ouro dos quadrinhos, Joe Simon participou da criação de diversos universos, como a *Newsboy Legion*, o *Guardião, Boys' Ranch* e os *Boy Commandos*. Jack, por sua vez, trabalhou em diversos estúdios, mas foi na Fox que seu futuro na indústria mudou quando conheceu Simon e seu trabalho deslanchou. De lá, ele desenhou para a *Timely*, onde assinou pela primeira vez com o nome artístico Jack Kirby. Desde então, decidiu trabalhar exclusivamente com seu parceiro Simon.

Como vimos, dessa parceria surgiu o Capitão América, um super soldado defensor na nação americana, cujo primeiro quadrinho foi escrito e produzido em dezembro de 1940, pouco menos de um ano anotes da superpotência norte-americana entrar na Segunda Guerra Mundial.

Simon e Kirby, que também criaram as personagens Bucky e Toro, importantes ajudantes do Capitão América, chegaram a produzir dez edições do super-herói para a *Timely*; porém entraram em conflito com a editora e foram demitidos. Logo depois, se mudaram para a DC, na época conhecida como *Detective Comics*. Sua personagem, o Capitão América, ficou na editora *Timely*, que, posteriormente passou a se chamar Marvel e continuou a publicar suas histórias. Kirby faleceu em 1994 e somente em 2003 Simon e a Marvel chegaram a um acordo sobre o licenciamento do personagem e o reconhecimento dos dois autores sobre o super-herói.

Analisando os inimigos do Capitão América ao longo das décadas, podemos afirmar que em cada momento histórico em que surge um conflito político dos Estados Unidos, surge um vilão relacionado à potência inimiga; o que é particularmente verdade quando pensamos nas décadas de 1940 e a partir da década de 1950, para nazistas e comunistas.

Na capa do primeiro quadrinho do Capitão América o herói foi desenhado dando um soco cruzado da direita em Adolf Hitler, não um vilão fictício, mas um vilão real. Segundo Joe Simon, um dos criadores do personagem. foi Hitler quem deu o impulso para o personagem: “os quadrinhos que estavam indo muito bem na época eram aqueles com vilões inteligentes neles, então comecei procurando o vilão perfeito”, escreveu Simon em sua autobiografia *My Life in Comics* (2011). Ele continua:

> Eu pensei comigo mesmo: Vamos ter um verdadeiro vilão ao vivo. Adolf Hitler seria o contraste perfeito para o nosso próximo novo personagem, o que com seu cabelo e aquele bigode de aparência estúpida e seu passo de ganso. Ele era como um desenho animado de qualquer maneira (SIMON, 2011).

Seguindo esta linha de raciocínio, o quadrinista deu vida a um super vilão recrutado e criado por Hitler, o Caveira Vermelha, o maior inimigo do Capitão América. Na época da ascensão do Terceiro Reich, ele ainda era conhecido como Johann Schmidt e trabalhava como carregador no hotel em que Hitler estava hospedado. Quando eles se encontraram acidentalmente, o líder nazista disse que poderia torná-lo um nacional-socialista melhor, tomando para si o desafio de treinar aquele que viria a ser seu maior admirador e aliado.

Hitler deu a Johann um uniforme único e uma máscara em formato de um crânio vermelho, dando início a identidade do Caveira Vermelha. Ele era encarregado de ser a personificação da intimidação nazista, além de agir como chefe das atividades terroristas e espião. Excepcional nas execuções das tarefas, o Caveira Vermelha devastou grande parte da Europa no início da Segunda Guerra Mundial e chamou atenção dos Estados Unidos, que resolveram combatê-lo com a “Operação Renascimento”. Esta operação criaria um soldado equivalente em força e habilidades de combate, capaz de enfrentar tamanha crueldade, o Capitão América.

Os rivais se encontraram em diversas batalhas ao longo de toda a Segunda Guerra Mundial. Os embates terminaram com a vitória do Capitão e o Caveira Vermelha soterrado sob os escombros de um prédio bombardeado e exposto a um gás experimental. O grande inimigo do Capitão permaneceu ali por décadas, até ser resgatado, em *Tales of Suspense Vol. 1* número 79 de 1966, por uma organização criminosa chamada Hydra, que se tornaria o lar de sua vilania e a continuação dos planos de Hitler de conquista do mundo, passando, claro, pela eliminação do Capitão América.

Ainda na época da Segunda Guerra Mundial, a Hydra, ganhou espaço e causou grandes estragos semeando o caos e a desordem. A versão moderna da organização foi criada pelo agente nazista Wolfgang von Strucker com o apoio do Caveira Vermelha. Os dois juntaram forças com uma sociedade secreta japonesa e assim formaram a base da Hydra, no Japão. De acordo com a entrada do Japão no *Marvel Atlas* número 1, aconteceu pelo menos antes de agosto de 1945. Em *Fury* número 29 estabeleceu o exílio de Strucker no Japão em 1943. A referência de *Fury* número 1 aos eventos que aconteceram em 1944 deve ser considerada um erro de continuidade.

A organização foi nomeada em homenagem à criatura mítica grega. A hidra mitológica possuía diversas cabeças e, sempre que uma era cortada, cresciam outras duas no lugar. A ideia era referenciar a imagem da invencibilidade da organização e suas centenas de líderes e apoiadores.

O primeiro líder da Hydra, o Hydra Supremo, foi quem criou o lema da organização com influências nazistas: "Salve Hydra! Hydra Imortal! Jamais seremos destruídos! Corte um membro e mais dois tomarão seu lugar! Não servimos a ninguém, exceto ao mestre - como o mundo em breve nos servirá! Salve Hydra!". O lema possui um termo derivado da língua alemã o "Heil Hydra" (Salve Hydra), ou no inglês "Hail Hydra", referência direta à saudação nazista "Heil Hitler", remetendo às origens da organização e a adoração pelo líder nazista.

A organização passou por muitas mudanças, a começar pelos líderes. Com o bombardeio americano à sua base japonesa, a Hydra tornou-se descentralizada, dificultando sua localização e combate. Após o fim da guerra, Strucker recrutou ex-oficiais nazistas, reconstruiu a Ilha Hydra, e, em *Nick Fury vs. S.H.I.E.L.D. Vol 1* número 3, adquiriu superarmas, o que fez com que a organização tivesse uma presença importante em todo o mundo, com agentes em diversos países, despertando a atenção de vários governos, em *Nick Fury*, *Agent of S.H.I.E.L.D. Vol 3* número 20.

No mundo do Capitão América existem outras organizações nacionais de destaque. O próprio herói está ligado ao governo estadunidense a partir de uma dessas organizações fictícias, a SHIELD, um instrumento de inteligência internacional, com agentes altamente treinados e que protegem os interesses dos Estados Unidos ao redor do globo. A SHIELD se tornou importante obstáculo para a Hydra que, por sua vez, infiltrou, ao longo das décadas, agentes seus na organização, tomando eventualmente o poder e implodindo a instituição.

Além da Hydra e do Caveira Vermelha, um dos grandes vilões do herói foi o Soldado Invernal, que na verdade é Bucky Barnes, o melhor amigo do Capitão América. Barnes foi dado como morto após tentar desarmar uma bomba no Ártico. Entretanto ele sobreviveu e foi resgatado pelos soviéticos, que substituíram seu braço perdido no acidente por uma prótese biônica. Barnes sofreu lavagem cerebral para se tornar uma arma de destruição em massa comandada pelos russos. Enviado para aniquilar o Capitão América, sua missão foi malsucedida. Barnes recuperou a memória e passou a atuar do lado dos mocinhos, os heróis norte-americanos (ou, pelo menos, ligados aos Estados Unidos). Outros vilões soviéticos que aparecem nos quadrinhos são *Os Protetoratos do Povo*, um grupo que conta com cinco integrantes. Este esquadrão apareceu pela primeira vez no quadrinho número 320 da Revista *Avengers*, em 1990. *The Avengers*, Os Vingadores, são um grupo de super-heróis, de que o Capitão América faz parte. Eles se juntam periodicamente para combater grandes ameaças. Outro quadrinho que é possível visualizar todos os integrantes do esquadrão é o 353 publicado em 1989.

Enquanto a Guerra Fria estava acontecendo, outro novo vilão surgiu nos quadrinhos

da Marvel. Electro era um fiel agente comunista que possuía poderes elétricos. Carregando o símbolo do movimento comunista no peito, a foice e o martelo, o personagem enfrentou o Capitão América pela primeira vez em 1954, na revista *Captain America Comics* número 78. Ivan Kronov (Electro) foi submetido a um experimento militar para ganhar superpoderes. Quadrinhos depois, Electro se juntou ao vilão Caveira Vermelha contra o Capitão América. Um vilão era comunista e outro nazista. Se analisarmos historicamente, veremos que a união dos dois contra o Capitão não faz qualquer sentido, já que são duas posições políticas opostas. Entretanto, a Marvel faz essa aliança utópica dos personagens para mostrar como o Capitão é forte e não importa se os vilões são comunistas ou nazistas, todos estão contra o super-herói e ele precisa se defender e proteger a nação.

ECOS DE UMA GUERRA FRIA: O CAPITÃO ENFRENTA OS COMUNISTAS

Na década de 1950, nos EUA, à exceção do Caveira Vermelha, os vilões eram os soviéticos comunistas, também chamados de russos comunistas ou apenas de comunistas. Eles eram tidos como maus por natureza. Segundo McClure (2014) “eles não são confiáveis, pois se infiltram na sociedade americana e tentam destrui-la de dentro para fora” (2014, p. 7). Trata-se, percebe-se rapidamente, de uma leitura típica da Guerra Fria. A Guerra Fria foi um dos grandes acontecimentos da segunda metade do século XX. Configurou-se como uma disputa ideológica e geopolítica que aconteceu entre 1947 e 1991, entre as superpotências da época: A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os socialistas, e os EUA, os capitalistas. Ambos os países tinham seus aliados: a URSS comandava o chamado Bloco Oriental com a Romênia, Alemanha Oriental, Bulgária, Polônia, Hungria e Tchecoslováquia, e os Estados Unidos lideravam o Bloco Ocidental, composto pela França, Reino Unido, Bélgica e Alemanha Ocidental. Havia também o Movimento dos Países Não Alinhados, composto por nações que, como sugere o nome, não se alinhavam nem à URSS, nem aos EUA.

Podemos considerar o fim da Segunda Guerra Mundial como o marco inicial da Guerra Fria. Além das diferenças ideológicas, o período foi marcado também por grande desenvolvimento bélico e tecnológico, por uma corrida espacial que pretendia desbravar o universo e por uma sensação de incerteza do futuro. Conforme um lado avançava, o outro respondia. No Ocidente, “os americanos assegurados da ‘expansão soviética’ pelo mundo apanharam para si o papel de ‘guardiões do planeta’, no âmbito de afastar qualquer que seja o inimigo da nova paz mundial” (PICCININ, 2017, p. 2).

Além dos recursos tradicionais, que incluem os exércitos, as grandes potências utilizaram também nesse processo, um artifício de poder muito recorrente nas Relações Internacionais, o *soft power*, que consiste em “uma atração intangível que possui o poder de persuadir um Estado a concordar com os propósitos do outro, sem a necessidade de ameaça explícita ou benefícios monetários, mas através de ativos” (NYE, 2004). Ao longo

da Guerra Fria, o *soft power* foi usado de diversas formas e por ambas as superpotências, articulado em recursos culturais e intelectuais que visavam, entre outras coisas, constituir a vilanização do oponente perante aos demais países do mesmo bloco ideológico e à sua própria nação. Neste artigo, damos foco ao *soft power* americano, pois é a partir dele que o nosso principal objeto de estudo, o Capitão América, é derivado.

Os Estados Unidos apropriaram-se de meios midiáticos, tais como a indústria cinematográfica de Hollywood, as histórias em quadrinhos, os desenhos animados etc. Todos eles possuíam e ainda possuem alcance global, alta aptidão de vendas e, principalmente, capacidade de influência dos propósitos político-ideológicos estadunidenses, que foram moldados para convencer o telespectador da vilania, naquele momento, da URSS e mantê-los de acordo com os ideais do país. Também se utilizando desses meios, os EUA conseguiram persuadir o Ocidente a crer em sua altivez e na crueldade da URSS, construindo uma imagem perfeitamente ajustada às formas de julgamento americanas, fazendo o telespectador desejar o fim e o combate à URSS, bem como na ideia de que a salvação dos males do comunismo seria o próprio Estados Unidos.

No período pós-Guerra Fria, quando o Capitão América e os Estados Unidos haviam vencido os vilões soviéticos, houve um período em que não havia um vilão real para retratar nas histórias em quadrinhos, então tivemos uma série de vilões com pouca presença política. Até que, em 1995, um escândalo político abalou os Estados Unidos e fomentou o surgimento de um grande vilão para a sociedade estadunidense e para o herói da Marvel: o próprio governo e as crenças do Capitão na estrutura do poder americano.

O chamado escândalo Lewinsky foi um caso político sexual envolvendo o então presidente dos Estados Unidos Bill Clinton e uma estagiária da Casa Branca, Monica Lewinsky, que mantiveram um caso extraconjugal, de 1995 a 1997. O caso foi investigado. Clinton, em princípio, negou as acusações. Contudo, frente às provas e com o decorrer da investigação, assumiu ter mantido a relação com Monica Lewinsky. A investigação levou o presidente a ser destituído em 1998, em primeira instância. Em seguida, porém, ele foi absolvido das acusações. Mesmo tendo sido absolvido, Clinton viu sua popularidade cair e a desconfiança do povo americano aumentar em relação à sua figura e ao governo como instituição.

Esta posição se refletiu nos quadrinhos com as declarações do Capitão América, de que ele seria, naquele momento, um “homem sem pátria”. A edição 451 de *Captain America Comics*, de maio de 1996, ilustra o uniforme do Capitão rasgado e abandonado em uma árvore isolada e traz a frase “a man without a country” (um homem sem pátria) estampada na capa, representando a desistência de Steve Rogers de ser o Capitão América por insatisfação com o governo estadunidense.

A DÉCADA DE 1970 E AS DECEPÇÕES DE STEVEN ROGERS

Na década de 1970, o grande vilão também foi o governo norte-americano, por conta de outro escândalo político envolvendo o então presidente Richard Nixon, acusado de ser conivente com a espionagem promovida pelo Partido Republicado ao Partido Democrata na véspera das eleições de 1972.

O que aconteceu foi que houve a denúncia de um roubo ao Edifício Watergate, em Washington, onde se localizava o gabinete do Partido Democrata. Investigações apontaram que não se tratava de um roubo, mas de uma tentativa de espionagem. Quem confirmou o fato foi Mark Felt, uma fonte do FBI, que tinha conexões com a Casa Branca. Também foi revelado que o procurador geral, John Mitchell, controlava um fundo secreto para coletar informações sobre membros do Partido Democrata. Logo, ficou evidente que todo o esquema era comandado pela cúpula americana.

Richard Nixon, que estava no fim de seu primeiro mandato e era favorito à reeleição, possuía um comitê de estratégias instalado na Casa Branca. Uma das forças tarefas criadas por Nixon, para evitar o vazamento de informações que poderiam prejudicá-lo, era chamada de “encanadores da Casa Branca”, que tiveram um papel no Caso Watergate, já que um de seus membros G. Gordon Liddy, foi transferido para o comitê da reeleição com a tarefa de espionar o Partido Democrata. Daí saiu a ordem para a invasão (o suposto roubo) do edifício Watergate, em busca de documentos que pudessem prejudicar a campanha política deles.

Apesar desse escândalo, a moral de Nixon não foi seriamente afetada, já que ele venceu as eleições de 1972, derrotando os democratas. Mas em 1973, quando o Senado começou a investigar o caso, que foi acompanhado por milhares de americanos pela televisão, as coisas mudaram de figura, já que foi revelado o encobrimento dos vínculos do caso Watergate com a Casa Branca por Nixon; o financiamento ilegal da invasão em troca de favores políticos; uma rede de espionagem e conspiração da Casa Branca, com o lema de que “os fins justificam os meios”, bem como um sistema de escutas telefônicas que Nixon teria instalado no Salão Oval.

A renúncia de Nixon aconteceu em agosto de 1974. O processo mostrou a independência dos poderes americanos e marcou profundamente a relação do público com a política, já que o povo perdeu a confiança que tinha no Poder Executivo, que talvez nunca tenha sido plenamente recuperada. Vários funcionários do departamento de justiça, incluindo o promotor do caso Watergate, o procurador-geral adjunto e o procurador-geral foram demitidos ou renunciaram sob pressão da Casa Branca. Houve uma forte condenação por parte do povo, acusações de golpe de governo. Iniciou-se então, um processo de *impeachment* de Nixon, após as revelações feitas pelas gravações. Ele foi acusado de obstrução de justiça e abuso de poder, porém ele renunciou antes, e foi perdoado pelo seu sucessor Gerald Ford, decisão que causou grande desilusão em parte da sociedade.

Esta desilusão transbordou para o herói dos quadrinhos, representante da nação estadunidense que optou por abdicar de sua identidade e a tornar-se o Nômade, ainda que temporariamente, na edição número 176 de *Captain America and the Falcon*. Só depois as circunstâncias o levaram a assumir mais uma vez o escudo e o antigo vermelho, branco e azul.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CAPITÃO AMÉRICA

O Capitão América passa uma imagem ao confrontar e derrotar seus inimigos ao longo das décadas, ou seja, o super-herói com mais de 70 anos de histórias, representa e protege um dos países com a população mais patriota do mundo, os Estados Unidos e leva consigo um discurso sobre esse patriotismo. Carregando a bandeira do país com apenas um escudo, o personagem remete à ideia que os EUA não atacam, apenas agem em legítima defesa e que o fazem sempre com base em seus valores fundadores: liberdade, democracia e respeito para com o próximo.

Ao longo das décadas, os EUA passaram por diversos conflitos. Nas histórias que circundam esses momentos, Steve Rogers está sempre pronto para lutar; o personagem vai além da força e da inteligência e combate com honra, integridade e confiança. Retratado como um grande líder que inspira seus companheiros e todos a seu redor, o Capitão América teria tudo para ser a tradução do *soft power*, uma forma de exercer poder e influência sem necessariamente utilizar a força, mas do discurso e das imagens; nele, os Estados Unidos são um herói vitorioso sobre seus oponentes. De fato, o Capitão América foi o símbolo da justiça e da liberdade, uma ferramenta ideológica do governo estadunidense, utilizado para aflorar o patriotismo e buscar impor um dever moral e uma posição política de defesa da pátria norte-americana para com seus cidadãos. Além disso, a personagem também fazia parte da construção da ideia de hegemonia americana ao redor do globo, impondo uma visão de que os Estados Unidos representavam o “bem”, e a URSS, os nazistas e diversos outros inimigos políticos do país, representavam o “mal” e deveriam ser destruídos pelo Capitão América, indiretamente os EUA. De forma geral, o Capitão América contribuiu para consolidar a “identidade norte-americana” enquanto “guardiões do mundo”, representando “verdadeira democracia”. Contudo, não podemos também esquecer de que, em algum momento, esse cenário mudou e o Capitão se questionou, questionou ao seu governo e tornou-se, ele mesmo, uma espécie de vilão para o *establishment*.

A influência do Capitão América dentro dos EUA está atrelada aos valores fundantes da identidade americana como liberdade, justiça e igualdade. Estes valores também levam os americanos a formularem uma visão política no contexto de guerras em que os Estados Unidos estão envolvidos, de defensores desses valores que, para eles, fazem parte de quem eles são e do representam para si e para o mundo. E eles funcionam muito bem quando as cosias vão bem. Contudo, há momento em que eles se abalam e, nesses

momentos, também o Capitão se abala e se torna mais um problema do que uma solução para o *soft power*.

Além disso, precisamos lembrar que, se Steve Roger carrega consigo todos os valores norte-americanos e que, para muitas pessoas, isso não é um problema, já que ele defende a liberdade e a justiça, independentemente da nacionalidade ou do local em que acontece o conflito, para outros tantos, essa postura gera um afastamento do personagem. Podemos afirmar que a popularidade do Capitão América é considerável na maior parte do globo e que a maioria das pessoas o reconhecem como um símbolo norte-americano. Contudo, é importante destacar também que ele é recebido de diferentes formas dependendo da força da política externa americana no país em questão e das formas que suas relações tomam. No Oriente, um espaço bastante plural em termos culturais, políticos, econômicos e diplomáticos, a popularidade do personagem varia muito e está ligada, como dissemos, à forma como os Estados Unidos, com seu poderio militar e sua tendência imperialista é vista.

O artigo *Captain America: The Man with No Face* (2011), de Eric Adams, aborda as discussões sobre como as diferentes culturas locais aceitaram e interpretam o personagem na China, lembrando que o país é permeado por camadas de censura de produções culturais estrangeiras. Segundo o autor, o Capitão América é conhecido em alguns círculos de fãs chineses, que, por sua vez, compreendem sua imagem como positiva, mesmo que o discurso oficial atribua ao personagem a representação do papel dos Estados Unidos como uma superpotência global. No Japão, por sua vez, o Capitão América é muito popular entre os fãs de quadrinhos e filmes de super-heróis. Alguns japoneses veem o personagem como o herói americano e símbolo da cultura pop dos Estados Unidos. No entanto, outros remetem o personagem como uma representação do poder militar estadunidense, e como um símbolo de imperialismo cultural; não são, contudo, majoritários. Adams também argumenta que, embora o personagem seja muitas vezes visto como um símbolo do poder militar dos Estados Unidos, ele também é um defensor dos direitos humanos e da justiça, o que pode ser apreciado em muitas partes do mundo e que talvez explique por que ele acaba sendo popular mesmo em espaços um tanto quanto inesperados.

> Em uma época em que a imagem dos Estados Unidos no mundo muitas vezes é prejudicada por controvérsias políticas e conflitos militares, o Capitão América oferece uma esperança de que a nação ainda possa representar algo positivo e inspirador (ADAMS, Eric, 2011).

CONCLUSÕES

Analisando a relação que se estabelece entre as histórias em quadrinhos do Capitão América e o governo norte-americano, podemos concluir que os quadrinhos foram utilizados em determinados momentos históricos como um instrumento do *soft powe*r estadunidense. Ainda que o personagem tenha perpetuado fortes críticas ao governo norte-americano nas

décadas de 1970 e 1990, e lá tenham se afastado desse objetivo, hoje em dia, retornamos a um discurso um pouco mais patriótico e vemos que os quadrinhos voltam a ser uma das muitas ferramentas desse poder não bélico, porém poroso, nem tanto por conta de sua narrativa, mas por conta do ávido consumo de parte dos leitores espalhados pelo mundo, que, muitas vezes, estão culturalmente distantes de Steve Rogers.

Percebemos que, em relação às políticas internacionais, ideologias e discursos patrióticos, as histórias do Capitão América se baseiam no contexto histórico e na posição política dos Estados Unidos em relação a esse contexto, definindo o espaço das narrativas, bem como o ambiente de entretenimento como um elemento de imposição de valores sociais e políticos. Assim, o que percebemos é que os inimigos de cada época são relevantes para o momento em que as histórias são publicadas, com uma espécie de desenvolvimento de um "inimigo da década", até que o próprio governo norte-americano se torna o vilão e o povo se torna desiludido com suas posições. Como mostrado no livro de Joseph Campbell, *O Poder do Mito* (1988), vilões e heróis podem transpassar a linha do bem e mal e depende do olhar do telespectador ou de quem está narrando a história rotular os personagens.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Eric. **Captain America**: The Man with No Face. Popular Mechanics, New York, v. 188, n. 3, p. 26-27, mar. 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino. **Dicionário de Política**. Vol. 1. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília – UNB.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 2014.

CHAGAS, Luciana Z. **Capitão América:** interpretações sócio-antropológicas de um super-herói de histórias em quadrinhos. In: SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª ed São Paulo: Brasiliense, 2008.

DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. **Para Ler o Pato Donald**. 2ª ed. Paz e Terra. 1971.

MARTINELLI, Caio Barbosa. **O Jogo Tridimensional:** o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/conjgloblal/article/view/47424. Acesso em: 18 abr 2023.

ROBINSON, Jerry. My Life in Comics. Milwaukie, Oregon: Dark Horse Comics, 2011.

SANTOS, Aline Martins. **A Segunda Guerra Mundial na Linguagem dos Quadrinhos**. Capitão América: "A Sentinela da Liberdade" ou "O Defensor da América para os Americanos"? In VI congresso de História da Mídia-200 anos de Mídia no Brasil. Historiografia e tendências, 2008, Niterói. Anais do VI Congresso Nacional de História da Mídia, 2008. Disponível em: https://xdocz.com.br/doc/a-segunda-guerra-mundial-na-linguagem-dos-quadrinhos-283qgpy9deo6. Acesso em: 18 abr 2023.

SANTOS, Rafael de Souza. **História e o Ensino de História nos quadrinhos do Capitão América.** 2019. Trabalho de conclusão de curso de licenciatura em História. Universidade Federal de Sergipe - Centro de Ciências Humanas - Departamento de História. 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/12075. Acesso em: 18 abr 2023.

CAPÍTULO 4

MICRO-HISTÓRIA E SEUS USOS: RELATOS DE VIAGENS COMO FONTES HISTORIOGRÁFICAS

Data de submissão: 02/05/2023 *Data de aceite: 03/07/2023*

Lucas Cairê Gonçalves
Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná
http://lattes.cnpq.br/6934160187448979

RESUMO: Os séculos XIX e XX foram marcados por diversos paradigmas historiográficos com diferentes métodos e teorias. Urgia-se um dever do historiador em elaborar um método que completasse lacunas que não eram possíveis com as teorias até então presentes. A escola dos Annales, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, renovaram a visão histórica até então positivista, ampliando significativamente o leque do que poderia ser considerada como fonte. Influenciada por esse processo de diversificação das fontes, a micro-história desenvolvida na segunda metade do século XX surge como uma alternativa para o estudo crescentes dessas novas fontes historiográficas. Para tanto, o objetivo do presente trabalho foi realizar um estudo teórico-metodológico da Nova História Cultural e da Micro-história e como trabalhar, a partir delas, analisando fontes como relatos de viagens. Por se constituírem em sua maioria uma escrita em primeira pessoa, esses relatos permitem uma imersão do leitor com o que foi escrito, provendo informações valiosas acerca do contexto social, cultural, econômico e político de um determinado local.

PALAVRAS-CHAVE: Micro-História; Nova História Cultural; Ciência Natural; Naturalistas;

MICROHISTORY AND ITS USES: TRAVELS ACCOUNTS AS HISTORIOGRAPHICAL SOURCES

ABSTRACT: The 19th and 20th centuries were marked by different historiographical paradigms with different methods and theories. There was a sense of duty for the historians to develop a method that could fulfill gaps that were not possible with the present theories. The Annales school, a historical movement founded in 1929 by Marc Bloch and Lucien Febvre, renewed the positivist historical vision from the 19th century, significantly expanding the range of what could be considered a historiographical source. Influenced by this process of source diversification, the micro-history emerged in the second half of the 20th century as an alternative for the growing study of these new sources. Therefore, the objective of this

study was to carry out a theoretical-methodological study of the New Cultural History and Microhistory and how to use them to analyze sources such as travel accounts. The fact that these accounts were mostly written in first person, allows the reader to immerse themselves in what was written, providing valuable information about the social, cultural, economic and political context of a particular place.
KEYWORDS: Microhistory; New Cultural History; Natural Science; Naturalists;

INTRODUÇÃO

A produção historiográfica, assim como outras produções científicas, necessita de um processo, uma teoria, um método científico que norteia quem arrisca a se aventurar nesse caminho. Esse método, contudo, não é uma estrutura imóvel, pelo contrário, é um processo maleável, influenciado fundamentalmente pelo tempo-espaço em que se encontra: um determinado método poderia ser eficiente para cientistas formularem e provarem questionamentos no alvorecer do período iluminista, no século XVIII, contudo, hoje, em pleno século XXI, tal método já não é suficiente. É necessário que haja uma adaptação para suprir as demandas do presente espaço-tempo.

Assim como variam os métodos, também a constituição das características da história varia. Como resultado, postulou-se uma questão primordial e que até os dias de hoje não apresenta uma única resposta, embora uma gama de cientistas se propusera a respondê-la: O que é história? É partindo desse questionamento que variadas correntes historiográficas se constituíram não só no intuito de responder essa pergunta, mas como diversas outras que surgiram a partir desta: por que se deu isso? Qual era o interesse? Como era? Por que era assim? Etc. Essas correntes também recebiam forte influência do pensamento político, filosófico, econômico, do tempo e espaço. Por exemplo: a corrente historiográfica positivista se fundou a partir dos pensamentos do filósofo Auguste Comte; a corrente marxista do sociólogo Karl Marx; entre outros exemplos. É importante ressaltar que algumas dessas correntes dividiam o mesmo tempo espaço, não há uma linearidade em que o início de uma corresponde ao fim de outra. Elas convivem, se influenciam, confrontam-se, uma não é superior ou inferior a outra, cada uma cumpre o papel no qual foi designada e cabe ao cientista escolher qual ou quais delas o agradam.

Nesse cenário de crises, buscou-se novas alternativas que pudessem auxiliar no problema. Uma dessas alternativas foi a produção de uma história com ênfase na cultura. Vale ressaltar que a história focada em aspectos culturais já se mostrava presente no meio científico, desde o século XVIII já se encontram histórias da cultura humana ou de certos povos, regiões. Todavia, foi com a chamada “Nova História Cultural” que houve uma ampliação expressiva do número de fontes, de pesquisas, de temáticas, de produções.

Para a elaboração desse trabalho, realizei uma divisão em três partes na qual acredito ser mais satisfatória para o desenvolvimento do mesmo. A priori, abordei brevemente a temática da nova história cultural e da história natural; no segundo momento tratei acerca

da micro-história, temática fundamental para o desenvolvimento desse trabalho; e no terceiro momento, apresentei características metodológicas referentes aos relatos de viagens, centralizando em três naturalistas em particular: Alfred Russel Wallace e o casal Louis e Elizabeth Agassiz.

NOVA HISTÓRIA CULTURAL E HISTÓRIA NATURAL

De acordo com Peter Burke (2008), a nova história cultural se preocupou em construir um ideal de identidade tanto individual quanto coletiva. Segundo ele, nesse período cresceu o interesse pelos chamados "documentos ego", que eram em sua essência documentos escritos em primeira pessoa: diários, cartas, narrativas de viagem, autobiografia etc. O interesse nessas fontes não se limitava apenas ao conteúdo, ampliavam os horizontes para uma observação da maneira como era escrita, a época, a posição social, o sentimento presente, era feita análise de uma certa "auto-apresentação" de quem e para quem se escrevia. Para Burke (2008), a inclusão do gênero "documento ego" atiçou o interesse de historiadores que buscam representar pessoas que diziam possuir uma identidade, mas na realidade eram completamente diferentes, por exemplo: encontram-se relatos de mulheres que, com o intuito de participar de incursões belicosas, trajavam-se de homens para serem aceitas no exército.

Desde a antiguidade grega, já havia a preocupação em estabelecer e desenvolver a ciência, e dois nomes, dentre vários outros, se destacam: Platão e Aristóteles. As teorias desses dois filósofos estendem suas influências nas mais diversificadas áreas, como física, matemática, filosofia, biologia etc. Platão postula que a essência do homem é imutável, ou seja, ela é fixa em sua forma, seu espírito, sua estrutura, e isso também se aplica a outros seres que desde que foram concebidos, se mantém da exata forma. Ao contrário de Platão, Aristóteles apresenta que a matéria se direciona seguindo um fluxo da natureza, e para isso ela não pode se manter estática, já que a natureza se diversifica conforme o tempo e espaço. As postulações que esses dois filósofos gregos desenvolveram influenciaram amplamente o estabelecimento de novos conceitos, sendo, durante séculos, "professores" e direcionadores de pensamentos que perpassam a Idade Média, a Modernidade e fincam raízes até os dias de hoje.

Paralelo a esses pensamentos, é válido mencionar a força e importância que a Igreja Católica atuava na mentalidade do homem. O Criacionismo, em especial uma "Teologia Natural", ditava os pensamentos considerados "legítimos e válidos", até boa parte do século XVIII e XIX, onde, embora se mostre presente uma "ruptura" com os pensamentos religiosos e a ciência, muitos naturalistas como Louis Agassiz e Charles Darwin mantiveram por períodos ou até mesmo durante uma vida, a influência religiosa em seu universo científico. Pensava-se que a grandiosidade e a variabilidade natural, não podiam ser explicadas cientificamente, e para isso se creditava como mais uma das grandiosas obras de um ser

todo poderoso: Deus. Esse ser magnificente havia traçado a história de todos animais e plantas, estabelecendo suas características e suas particularidades.

A História Natural, assim como outras terminologias, é um conceito elaborado para designar um conjunto de ciências consideradas "naturais", como biologia, botânica, zoologia, ecologia etc. O termo "História Natural" foi amplamente empregado e difundido no período dos séculos XVIII e XIX, período em que grandes pensadores como Georges-Louis Leclerc, o conde de Buffon, e Louis Agassiz buscaram compreender e atribuir um sentido específico a esse termo tão genérico.

A MICRO-HISTÓRIA

Dentre esse universo de correntes historiográficas, uma em particular se apresenta de forma essencial tanto para a elaboração desse trabalho: a micro-história. A micro-história é algo relativamente recente, surgiu em meados das décadas de 1970 e 1980, sendo Carlo Ginzburg e Giovanni Levi seus principais representantes[1]. Ela é uma das múltiplas respostas à crise anteriormente mencionada, um rearranjo de teorias e metodologias para os problemas latentes que se instauraram na gama historiográfica. Foge do escopo de métodos anteriores que davam notoriedade a grandes feitos e grandes pessoas, enaltecendo os valores das culturais regionais e saberes locais. O foco da preocupação não é necessariamente a compreensão das representações, mas sim a ampliação dos horizontes de observação do historiador. Como cita Giovanni Levi (1992): "Era mais importante refutar o relativismo, o irracionalismo e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos." A prática da micro-história consiste em analisar uma fonte material a partir de um "microscópio", ou seja, diminuem-se as escalas cronológicas, geográficas, para um escopo de observação dos detalhes. Para exemplificar, segue um breve relato de um ensaio em que a micro-história está presente: a carnificina ocorrida contra os camponeses na comuna francesa de Romans, durante o carnaval de 1579 e 1580, cujos desdobramentos influenciaram-na revolução francesa no ano de 1789. Esse exemplo citado advém da obra de Emannuel Le Roy Ladurie (2002), a partir de um estudo da vida camponesa se cria um panorama de como as insatisfações e as reivindicações se perpetuaram ao longo dos séculos e exerceram grande influência no desenvolvimento de uma revolução de grande escala. Nesse sentido, a micro-história preenche lacunas que outros planos não conseguiam ou mesmo não davam tal relevância, mas que partindo de uma premissa de observação do plano micro da vida cotidiana, torna-se possível a obtenção de informações valiosas que enriquecem tremendamente nossa historiografia. Carlo Ginzburg (1989) também apresenta uma consideração importante para o trabalho do historiador com seu Paradigma Indiciário. Ginzburg pressupõe que a realidade está repleta de pequenos detalhes que necessitam de um crivo delicado

1 A lista de representantes da micro-história é extensa. Cabe menção a autores como Natalie Zemon Davies, Emannuel Le Roy Ladurie, Jacques Revel, entre outros.

para vislumbrá-los. Ao identificar e analisar essas particularidades, é possível verificar a realidade em uma profundidade inabitual, captar sinais que escaparam aos olhos de uma análise mais superficial. Ginzburg comenta que a partir do século XIX novos paradigmas e métodos foram surgindo, se colocando entre o racionalismo e o irracionalismo. Um desses é o método Morelliano. Giovanni Morelli[2] expôs que ao analisar uma obra de arte, não se deve focar nas características ensinadas pelas escolas artísticas, mas sim nos detalhes menores e característicos de cada artista. Morelli é comparado a Sherlock Holmes[3] no que concerne a análise dos pormenores, como dedos, orelhas, narizes, tal como um perito criminal. Além de Morelli, Freud também ressalta que esses mínimos detalhes são o que revelavam a diferença entre a originalidade e a falsificação, ou seja, um conjunto de princípios e procedimentos centralizados nos mínimos detalhes refletem em uma visão mais ampla do objeto.

O autor Jacques Revel (1998) discorre que a micro-história não constitui precisamente como uma escola. Segundo ele:

> O caráter extremamente empírico da abordagem explica que mal existia um texto fundador, um mapa teórico da micro-história. É que ela não constitui um corpo de proposições unificadas, nem uma escola, menos ainda uma disciplina autônoma [...] A micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos. Ela pode ter, nesse ponto, valor de sintoma historiográfico. (REVEL, p. 16)

Para Revel, a micro-história ganhou espaço com a crise do antigo modelo de história social, em meados da década de 1970, apresentando características diferentes em seus objetivos e suas metodologias. Concomitante com Ginzburg e Levi, Jacques Revel aborda a expansão dos novos horizontes provinda da análise da documentação a partir de um plano micro, distanciando-se da história no plano macro que vinha sendo trabalhada há anos. Com efeito, a micro-história produziu redefinições de conceitos que o autor elenca da seguinte forma: redefinição dos pressupostos da análise sócio-histórica; redefinição da noção de estratégia social; redefinição da noção de contexto; à hierarquia dos níveis de observação. Revel indica que essa passagem para uma história no plano micro levantou uma problemática de ordem em que ela transfigurou a essência da informação e a conexão entre historiador e fonte. Analisando o material de maneira "microscópica" levanta-se a questão, a partir do estudo, de o que é relevante para desenvolver e o que não é.

RELATOS DE VIAGENS

O desenrolar da história cultural ampliou largamente o que se considera como fonte e as metodologias para o estudo dela. Desenvolveu novas segmentações de ramos historiográficos que hoje se tem uma infinidade de exemplos: a história das memórias; a

2 Giovanni Morelli foi um importante historiador da arte do século XIX.
3 Personagem britânico de ficção literária criado por Sir Arthur Conan Doyle, no século XIX.

história da fala; a história do corpo; a história das viagens etc. Não é novidade humanos migrarem de um ponto no globo a outro seja em busca de alimentos, seja em busca de melhores condições climáticas, catequização, e desde tempos remotos esses viajantes registravam oralmente e discursivamente as experiências adquiridas nos locais que visitavam. Os que mais se demonstram-se proveitosos a esse trabalho, são os relatos escritos dessas viagens. Comparáveis a diários, esses relatos tecem informações detalhadas sobre cultura, alimentação, costumes, estruturas, provocando uma imersão no leitor com a obra.

A obra de Mary Louise Pratt (1999) uma peça-chave no desenrolar do estudo dessas novas fontes. Fruto de um extenso trabalho de pesquisa, Pratt apresenta uma versão do imperialismo que foge dos modelos tradicionalmente trabalhados. Tendo como fontes principais os relatos de viagem, a autora apresenta um panorama de relatos de viajantes que, desde a segunda metade do século XVIII, cruzaram diferentes regiões do globo, bem como as diferentes camadas de interpretação de "Colônia" e "Império". Inserida em um contexto de uma "onda" com temáticas decolonialistas da segunda metade do século XX, a autora estabelece críticas aos modelos europeus acerca da visão de regiões colonizadas, em especial a África e América. Modelos estes que voluntariamente excluem a importância do papel dos nativos na transmissão de conhecimento para os cientistas. Ao analisar diferentes relatos de viagens, nota-se como esses naturalistas, ao chegarem em um novo continente, são auxiliados pelos conhecimentos e pelas experiências dos nativos, e que a partir dessa ajuda, desenvolveram seus trabalhos que foram levados para outras regiões. Esse fenômeno que a autora chama de "transculturação", reafirma a diferença de poder entre os colonizadores e colonizados, apropriando-se de materiais, os colonizadores constroem modelos de interpretações que assim serão considerados como "europeizados". Pratt questiona até qual nível a representação oriunda desse contato entre colonizadores e colonizados, bem como as relações que tiveram ao longo dessa experiência, retrata uma valoração europeia, uma romantização, de moldes que reafirmam o poder de um sobre o outro. Seguindo a linha proposta por ela, é notório que tribos nativas e escravos tiveram um papel fundamental no auxílio da criação científica desses naturalistas, mas que raramente se dá o devido crédito à essas populações "de baixo". O conhecimento científico de diferentes regiões, em sua maioria, se findava no campo teórico, a partir de livros, artigos, materiais coletados por terceiros. Há, então, uma problemática em sair do campo teórico em direção ao campo prático justamente pela falta de conhecimento empírico que esses naturalistas tinham, e por isso a importância do saber do povo local. O reconhecimento de áreas com maior risco de acidentes, perigos de animais, doenças, parasitoses, consumo de alimentos que são venenosos, regiões onde há conflito entre tribos, e diversos outros assuntos que devem ser levados em conta para se aventurar, e nesse papel, o conhecimento dos nativos é fundamental.

Entusiastas do campo da história cultural, os naturalistas se especializaram em

encontrar respostas para questões latentes da época nas mais variadas áreas científicas. Dentre essa gama de naturalistas, lidarei, nesse trabalho, principalmente com relatos de cientistas que viajaram ao Brasil no século XIX, em especial os que galgaram as regiões paraense e amazônica, tal e qual cartas, diários, desenhos, jornais, pinturas etc. Alfred Russel Wallace e o casal Louis e Elizabeth Agassiz viajaram ao norte do Brasil, em específico a Amazônia e o Grão-Pará[4], e realizaram suas pesquisas, análises e coletas, contudo, esses naturalistas se encontram em lados opostos da balança, seguindo e defendendo diferentes pensamentos biológicos: enquanto Wallace é entusiasta e defensor do evolucionismo, o casal Agassiz possui uma vertente mais fixista[5].

É dessa premissa em busca de comprovações que os diários e os relatos de viagens se tornam importantes instrumentos para a sustentação de ideias e pensamentos que os naturalistas desenvolviam. Vale ressaltar que os relatos de viagem não são invenções desse período do XVIII e XIX, eles se mostram na história desde tempos remotos, mas foi a partir da Escola dos Annales, de Marc Bloch e Lucien Febvre, que ele ganhou força como fonte histórica. A importância desses relatos se dá principalmente pela riqueza de informações e detalhes presentes na obra: desde vestimenta até organização arquitetônica, perpassando por alimentação, festas, rituais etc., tudo destrinchado nos fornecendo a experiência de nós mesmos termos participado do momento. Para o desenvolvimento desse trabalho, foi elencado como fontes principais os relatos de viagem de Alfred Russel Wallace “Viagens pelo Amazonas e Rio Negro” e de Luís e Elizabeth Agassiz “Viagem ao Brasil 1865-1866”.

WALLACE E CASAL AGASSIZ

Alfred Russel Wallace nasceu no dia 08 de janeiro de 1823 em Kensington Cottage, próximo a comunidade de Usk, em Monmouthshire, Inglaterra, sendo o oitavo de nove filhos de uma família bastante modesta. É interessante ressaltar, que, essa cidade de Monmouthshire se encontrava sob domínio e influência inglesa, sendo somente em 1974 definitivamente limitada como região do País de Gales. Aos 14 anos de idade, Wallace teve de abandonar os estudos para trabalhar com seu irmão carpinteiro, contudo, em 1845, teve contato com a obra de Robert Chambers “Vestiges, of natural history of creation”, essa obra mudou os rumos da vida de Wallace. No começo da década de 1840, Wallace começou a trabalhar na Collegiate School, na cidade de Leicester, cidade essa que detinha uma ótima livraria, e acredita-se que foi nesse local que ele conheceu o naturalista Henry Walter Bates. Outro livro, novamente, influenciou Wallace a, no final dos anos 1847 e começo de 1848, decidir por convidar Bates para acompanhá-lo até o Brasil, em especial na região norte do país. Esse livro era “A Voyage up the River Amazon”, de William Henry Edwards. Wallace e Bates partiram, então, de Liverpool no dia 26 de abril de 1848 e chegando, em 28

4 Após 1889 teve seu nome alterado para Pará.
5 Fixismo postulava que as espécies foram criadas por uma “força superior”, um “divino”, já adaptadas ao ambiente em que se encontrava, sem haver a necessidade de passarem por adaptações.

de maio, a Belém do Pará. Alfred Russel Wallace faleceu de causas naturais, aos noventa anos, no dia 7 de novembro de 1913.

A viagem de Wallace durou aproximadamente quatro anos, tendo ele visitado diversas cidades na região que compreendia o Grão-Pará, indo até a parte venezuelana da Amazônia, recolhendo, catalogando e classificando diversas espécies de insetos, peixes, animais, plantas, frutas, objetos etc. Wallace tomou nota, também, sobre as diversas populações indígenas da área na qual percorreu, descrevendo um relato antropológico de suas tradições, costumes, culta, alimentação, dos trabalhos, do artesanato. Essa foi uma viagem de importância tremenda para Wallace pois abriu caminho para que ele desenvolvesse a tese de que algumas barreiras naturais, como montanhas, rios, separavam espécies de mesma família bem como surgiam novas famílias, como pode ser observado em seu trabalho "On the Monkeys of the Amazon", publicado em 1852.
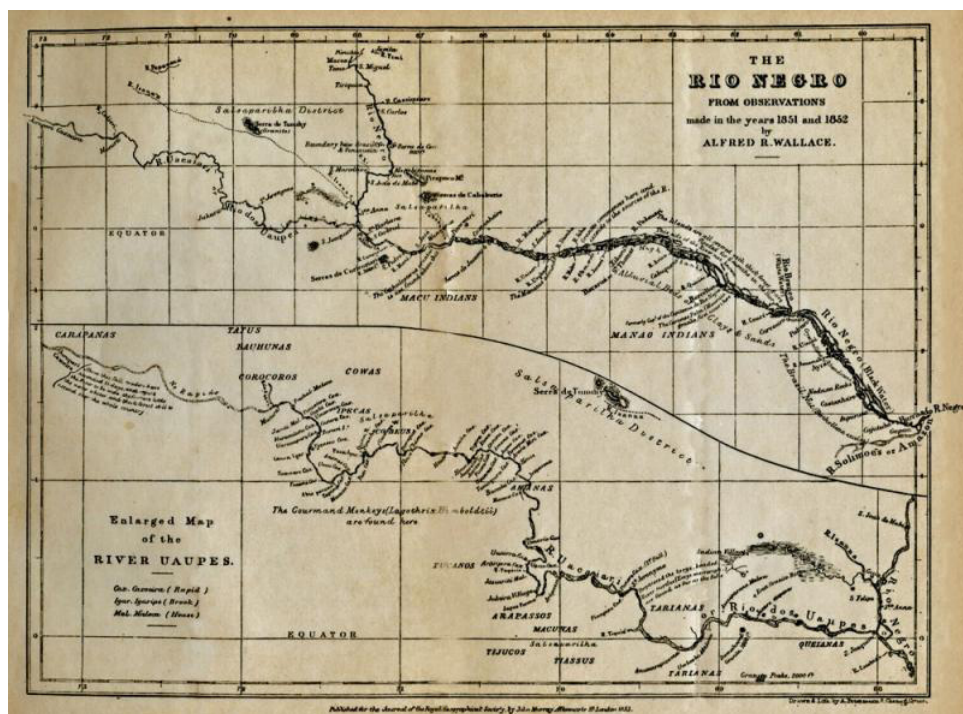
Figura 1. Mapa de observações do Rio Negro nos anos de 1851 e 1852.

Fonte: WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Notas de Basílio de Magalhães. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

Não obstante essa riqueza obtida com muito esforço por Wallace ao longo dos anos dessa viagem, uma tragédia ocorreu em sua volta para Inglaterra: o navio no qual Wallace, seus escritos, suas coletas e materiais se encontravam, pegou fogo, conseguindo Wallace salvar poucas peças de sua coleção. Mas Alfred Russel Wallace apesar de todo

esse empecilho, conseguiu publicar diversas informações de suma importância cientifica sobre o norte do Brasil, e com outra viagem realizada por ele para o Arquipélago Malaio, o consagrou como um dos noves mais importantes do naturalismo científico no século XIX até os dias atuais.

Jean Louis Rodolphe Agassiz nasceu em 28 de maio de 1807, em Môtier, no Cantão[6] de Friburgo, Suíça. Seu contato com o estudo naturalista se deu após a morte de Johann Baptist von Spix[7], o qual Agassiz ficou encarregado de catalogar os peixes coletados e deslocados do Brasil pelo naturalista, isso no ano de 1829. Desenvolveu diferentes estudos em diversas áreas como: paleontologia; geologia; geografia; zoologia etc. Dedicou grande parte de sua vida e seus estudos para o Museu de História Natural de Cambridge, nos Estados Unidos.

Dentre os anos de 1865 e 1866, o casal Jean Louis Rodolphe Agassiz e Elizabeth Cabot Cary Agassiz empregaram uma viagem para o Brasil com o objetivo de estudar a fauna e a flora brasileira, centralizando na Ictiologia[8], com o intuito de responderem questões latentes da época, como por exemplo a teoria de Louis que a América passou por um período glacial, mas principalmente a distribuição geográfica dos peixes seguindo seu caráter evolutivo, além disso, ampliar a coleção de peças para o Museu de História Natural dos Estados Unidos. O casal percorreu com ênfase na região Sudeste do Brasil, iniciando no Rio de Janeiro, e posteriormente na região Norte, seguindo o Pará, o Amazonas e seus tributários. Como resultado dessa viagem, o casal produziu seus relatos de viagens, escrito majoritariamente por sua esposa Elizabeth, com algumas inserções do próprio Louis. Diferentemente de Wallace, a viagem do casal foi amplamente auxiliada por, antes e durante a partida, instituições, empresas privadas e principalmente por figuras notórias, inclusive do então imperador do Brasil, Dom Pedro II.

Chegaram ao rio Amazonas no dia 20 de agosto, em uma embarcação dita por Agassiz (2000) ser "impossível gozar de maior conforto que o que nos cerca". Contava com amplo camarote para dormir, com cabines de vestir e banheiro anexados, mesa comprida para realizar refeições e vasto espaço para acomodar mais pessoas. Desde que teve contato com o rio, empenhou-se em angariar seus espécimes e registrá-los com anotações e desenhos. Para a obtenção desses animais, a pesca, mas principalmente o auxílio de pescadores indígenas, era o método mais empregado. Por onde passavam, os habitantes locais levavam diferentes espécies de peixes, os quais Louis Agassiz dedicava exclusivamente seu dia para catalogá-los. Em uma outra carta[9] enviada a sua mãe, Agassiz relata o sucesso de sua missão ictiológica quando deixou o Pará:

> Deves avaliar a minha surpresa quando obtive imediatamente de 500 a 600

6 Cantão é um nome dado a algumas divisões territoriais do continente Europeu.
7 Johann Baptist von Spix (1781-1826) foi um naturalista alemão de grande importância no meio científico. Visitou o Brasil no ano de 1817 e desempenhou seu estudo em ictiologia.
8 Ictiologia é o estudo dos espécimes de peixes, bem como seu desenvolvimento e sua distribuição geográfica.
9 Carta enviada no dia 7 de julho de 1866, poucos dias após iniciar a volta aos Estados Unidos.

> espécies e, finalmente, quando deixei o Pará, levava comigo cerca de 2000, isto é, dez vezes mais do que as espécies conhecidas antes de empreender eu a minha viagem. Grande parte desse sucesso cabe ao governo brasileiro que me forneceu, para os meus trabalhos, facilidades absolutamente fora do comum. (AGASSIZ, p. 506)

Embora nesse período em que visitaram a região norte do Brasil o clima fosse relativamente agradável, havia um grande problema nessa região, ou melhor, um pequeno problema: os mosquitos. É descrito por Elizabeth Agassiz a constância desses pequenos insetos e o perigo que eles representavam não só pelo incomodo diurno e noturno, que impossibilitava uma noite de sono tranquila a quem não usasse um mosquiteiro, mas principalmente pelas doenças que carregavam:

> Quando esses rudes habitantes da floresta[10] terminaram os seus preparativos noturnos, atiraram sobre a fogueira um pouco de lenha verde e apagaram as chamas; espessas nuvens de fumaça se elevaram, envolvendo as tendas com certeza para afugentar as legiões de mosquitos. Esses insetos são realmente temidos dos indígenas como dos estrangeiros; ao cair da tarde, não há um ponto do alto Amazonas que não seja invadido por chusmas de mosquitos e, durante o dia, uma pequenina mosca voraz, chamada ***pium***[11], não é menos incômoda. (AGASSIZ, p. 207)

Além do pium, o mosquito-prego, ou *Anopheles*, é bastante descrito ao longo do relato. A fêmea infectada desse mosquito é responsável pela transmissão da malária, uma doença endêmica que ocasionava febre intensa, cansaço, convulsões, hemorragias e poderia levar a morte. Não só esses mosquitos representavam perigo para esses viajantes, verminoses, insetos peçonhentos, cólera, tifo, disenteria e uma infinidade de outras enfermidades que demandavam constante atenção. Havia também o *mucuim*, uma espécie de carrapato-estrela causa bastante desconforto, pois se aloja embaixo da pele causando erupções cutâneas e uma coceira insuportável. Outra problemática não muito citada, mas nem por isso menos presente, são os acidentes que ocorriam corriqueiramente, quedas de árvores, amputações, afogamentos, fraturas etc.

Apesar de estarem mais bem equipados que se comparado a Wallace, contudo não estavam imunes das dificuldades em se conservar as espécies obtidas:

> [...] a decomposição se processa muito depressa neste clima, e se não se cuida imediatamente dos exemplares trazidos, era uma vez, estão perdidos. Para que se possa fazer uma ideia da riqueza das cores, é preciso que as aquarelas sejam feitas quando os animais estão bem frescos [...] (AGASSIZ, p. 255)

Devido ao clima quente e úmido presente na região norte do país, a decomposição se dava de maneira acelerada, de um dia para o outro ou de uma manhã para a tarde, caso não iniciasse os primeiros processos de conservação, o material se perdia. Além disso,

10 Elizabeth Agassiz chama de "rudes habitantes" um grupo indígena de Tonantins, um município do interior do estado do Amazonas, que encontraram por um tempo.

11 Mosquito do gênero *Simulium*, quase imperceptível a olho nu, mas a reação de sua picada pode ocasionar alergias, coceira extrema, oncocercose, leishmaniose, entre outras parasitoses.

moscas, formigas, pássaros e outros animais viam as peças de observações não como ciência, mas como alimento, por isso um cuidado de se manter as coleções em locais de difícil acesso a esses "aproveitadores". O álcool era a principal forma de armazenamento e conservação durante o processo de desenho e catalogação das peças.
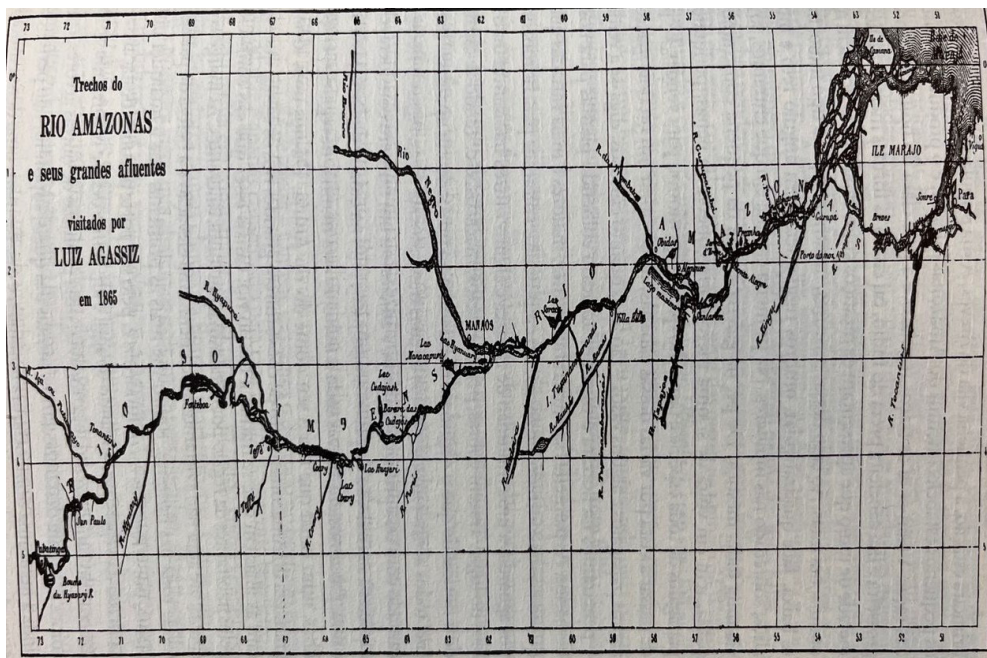
Figura 2: Trechos do Rio Amazonas e seus grandes afluentes visitados por Luís Agassiz em 1865.

Fonte: AGASSIZ, Luís e AGASSIZ, Elizabeth. *Viagem ao Brasil*: 1865-1866. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000

Agassiz obteve grande sucesso em conservar muitas espécies, em soma a isso, conseguiu despachar com segurança praticamente por completa sua coleção até o Museu de História Natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A micro-história forneceu ferramentas novas para o estudo de fontes inéditas que até então não eram reconhecidas como tal. A inserção desse novo método de estudo possibilitou um maior compreendimento de lacunas até então não preenchidas. Graças a essas novas fontes é possível desenvolver estudos pertinentes as mais variadas gamas historiográficas como a cultura, a economia, o gênero, a saúde etc.

A corrente naturalista científica que se desenvolveu ao longo do século XIX é um recorte amplamente estudado, mas que sempre cabe acrescentar algo. A importância dos estudos naturais fundamentarem alicerces nas mais diversas ciências como por exemplo

a botânica, a biologia, a paleontologia, ademais, o trabalho empregado pelos naturalistas, tanto no âmbito de registrar por meio escrito ou visual, mas principalmente as coletas realizadas impulsionaram a criação e disseminação de museus de história naturais, cuja produção científica teve um “boom” tanto no aspecto quantitativo quando no qualitativo. No Brasil, mediante esse movimento, a produção de diversos estudos científicos voltados para as áreas naturais, biológicas, geográficas, médicas etc., que estão presentes nos relatos, diários, cartas, publicações, ora aqui analisados, serviram de alicerce para o aperfeiçoamento dessas mesmas linhas que seguiam padrões que não contemplavam a magnitude da realidade. Posso citar, por exemplo, graças a viagem de cientistas, como do médico francês Alphonse Rendu que esteve no Brasil na primeira metade do século XIX, a transformação do pensamento médico-sanitário vigente nesse período, seguindo a teoria dos miasmas e passando para um pensamento de maior cientificismo acerca das causas de doenças e maneiras de tratamento.

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Luís e AGASSIZ, Elizabeth. **Viagem ao Brasil**: 1865-1866. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula – 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 93-125.

LE ROY LADURIE, Emannuel. **O carnaval de Romans**: da Candelária à Quarta-Feira de Cinzas (1579-1580). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. in: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

PRATT, Louise Mary. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Tradução: Jézio Hernani Bonfim Gutierre; revisão técnica: Maria Helena Machado, Carlos Valero. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

SITES ONLINES

http://wallacefund.info/

http://wallace-online.org/

CAPÍTULO 5

PROPAGANDA POLÍTICA E SACRALIDADE RÉGIA EM CASTELA DURANTE O SÉCULO XIII

Data de aceite: 03/07/2023

Almir Marques de Souza Junior

CONTEXTUALIZAÇÃO

Dois processos muito singulares marcam a história da Península Ibérica durante a Idade Média. São eles: 1) a expansãos territorial dos reinos cristãos empreendida entre os séculos XI e XV, que alguns insistem em chamar pelo termo "Reconquista"[1] e 2) a unificação do próprio reino de Castela e Leão, afirmando-se como potência peninnsular neste mesmo período. Há uma relação direta entre estes dois processos, bem como seus desdobramentos, que refletem diretamente no cotidiano da política peninsula.

Durante o século XIII em especial, ambos os processos ocorreram em concomitância, fazendo com que os reinos de Castela e Leão perpasassem momentos de grande trasnformação, pelo menos no que dizia ao recorte de suas fronteiras, mas também momentos de grande instabilidade política internamente. Isso porque a unificação das coroas ocorreu em meio a uma grande crise sucessória em ambos os reinos, sendo protagonizadas pelo mesmo indivíduo: o homem que ficou conhecido pelo título régio de Frenando III de Castela e Leão (1217-1252).

Fernando III ascendou à posição de rei inicialmente em Castela, em 1217. Sua mãe, Berengária, havia renunciado ao trono em favor do filho naquele ano, mas tal atitude gerou um cisão na aristocracia daquele reino. Isso porque Fernando era fruto de um matrimônio que havia sido anulado pelo papa Inocêncio III em 1204, uma vez sua mãe e seu pai (Afonso IX, rei de Leão) eram primos em segundo grau. Assim, parte da arisocracia castelhana preferiu apoiar o rei leonês Afonso IX ao invés de reconhecer seu filho como soberano.

1 A crítica ao termo "Reconquista" se da, principalmente, mas não unicamente, pelo fato dos Estados que se proclamaram reconquistadores tererm sido formados posteriormente à chegada muçulmana na Península Ibérica. Não obstante este significativo detalhe, grande perte destes Estados, como o próprio reino de Castela e Leão, veiculava a ideia de que seriam "herdeiros" ou "contuniadores" do reino visogodo de Toledo .Para maiores referências, ver AYALA, 2017.

O primeiro ano de reinado de Fernando III foi marcado pelos conflitos armados contra os aristocratas apoiadores dee seu pai. Somente após a pacificação interna do reino é que o monarca pode se concentrar em sua segunda empreitada: a coroa leonesa.

Uma vez que o pai de Fernando havia contraído um segundo matriônio após o fim de sua união com Berengária, desta segunda união havia tido apenas filhas que chegaram à idade adulta. Assim, no momento da morte de Afonso IX de Leão, em 1230, o único filho do sexo masculino que restara daquela linhagem era Fernando III de Castela. Após um acordo com suas irmãs (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2006.), Fernando assume o trono do reino de Leão, unificando os dois maiores reinos da Península Ibérica. .

Paralelamente a estes acontecientos, o território castelhano-leoês também se expandia para a região sul peninsula, historicamente ocupada por reinos muçulmanos chamados *taifas*. Entre os anos de 1225 e 1248 gimportantes regiões peninsulares como Jaén, Córdoba e Sevilha foram conquistadas e anexadas. Ao final do governo de Fernando III o único reino muçulmano que sobrara na península era o de Granada, nas montanhas do sul.

O sucessor de Fernando, Afonso X (1252-1284), teve a terefa de consolidar as consuistas feitas no reinado anterior. Assim, iniciou-se a produção de uma série de obras de cunho histórico e jurídico, com o objetivo de consolidar a unidade do novo território. Dentre estas produções, destacamos duas: o *Fuero Real*, obra de natureza jurídica que tentou se consolidar como um código legislativo comum para todo o reino (ou pelo menos para as regiões recém conquistadas) e a *Crónica General de España*, texto construido para ser uma narrativa pretensamente histórica da Penínnsula Ibérica iniciada nos primórdios da criação divina e finalizada na morte do Fernando III.

Dentro deste conturbado contexto histórico, mais especificamente nestes documentos citados acima, buscaremos identificar os traços de um discurso perpetrado pelo poder régio que busca criar uma aura de sacralidade em torno dos governanes castelhano-leoneses.

A PROPAGANDA POLÍTICA E A LEGITIMIDADE

No presente estudo, utilizaremos a noção de “propaganda política” para entender a difusão destas ideias. Quando nos referimos a esta noção, significa que tratamos aqui de um conjunto de ações e processo de comunicação através dos quais busca-se difundir uma narrativa específica acerca de algum elemento do meio político.

O enunciado discursivo presente nos documentos que mencionamos aqui precisa ser entendido como uma construção retórica cuidadosamente elaborada por homens que ou estava a serviço do poder central ou eram os próprios representantes. Justamente em função deste fato, não podemos ser ingênuos em acreditar que tais escritos eram desprovidos de intencionalidade. Muito pelo contrário, seus autores valiam-se de sua posição privilegiada no cenário político e de seu acesso aos recursos do Estado para

difundir suas próprias visões de mundo e de sociedade. Tais ações eram então conscientes e arquitetadas, visando influenciar a maior parte possível da população em seu favor de seus ideais.

Patrick Charaudeau já indicara que o exercício do poder caminhava junto da constante necessidade de legitimá-lo (CHARAUDEAU, 2006. p.19). Neste estudo, a legitimidade caminha lado a lado a construção e a veiculação de uma visão específica sobre o poder régio. O esforço de veiculação desta imagem da realeza mostrava-se, antes de tudo, como uma das formas de afirmação do poder.

Isso porque o exercício deste poder não se resumia a uma atitude unilateral por parte dos governantes, mas também da existência de outros atributos que partiam dos demais sujeitos envolvidos nas relações de dominação, ou seja, do restante da população. Mesmo assim, tal autoridade não se resumia a uma atitude unilateral da parte dos detentores do poder, mas dependia também da existência de outras atitudes que partiam dos demais sujeitos envolvidos nas relações de dominação (STOPPINO, 2004. p.937).

Desta forma, uma imagem propagandística do rei não decorria unicamente do modo como o governante gostaria de se mostrar perante todos. Ela englobava, principalmente, as próprias expectativas que os indivíduos ou grupos sociais faziam do poder ou do seu representante. As aspirações destes indivíduos em relação a seu líder mostravam-se (e ainda se mostram) como fator primordial para determinar o comportamento e a forma como a autoridade política se apresenta perante seu "público".

O SACRALIDADE RÉGIA NA HISTÓRIA POLÍTICA

Não há como tratar da questão da sacralidade e do aspecto sobrenatural da figura dos reis sem nos lembrarmos do marcante estudo de Marc Bloch sobre os reis taumaturgos (2005). A obra de Bloch, cuja primeira edição data de 1924, é ainda hoje um marco que possibilitou a renovação dos estudos do político, e o seu retorno à pauta de interesse do historiador. Ao longo de sua pesquisa, o autor resgata uma antiga crença, a de que os reis de França e da Inglaterra teriam uma suposta capacidade de curar doenças com o toque de suas mãos. Aliás, não se tratava de qualquer enfermidade. Aqueles monarcas eram especialistas na cura de uma doença específica, as escrófulas, que justamente por isso foi também chamada de "mal do rei".

Nos estudos de Bloch, a manifestação da sacralidade régia estava vinculada à prévia realização de um ato específico. Estamos falando justamente da cerimônia de unção régia, realizada por Davi no Antigo Testamento (I SAMUEL,16). Uma vez ungidos, aqueles homens não eram mais considerados pessoas comuns, mas passavam a ser dotados de poderes espirituais. Tal como Cristo, possuíam poder para efetuar curas e restabelecer a saúde de seu rebanho.

Na medida em que os reis franceses e ingleses eram marcados com a unção e

passavam a fazer parte da esfera do sagrado, sua autoridade também era elevada a um nível que tornava difícil, ao menos em teoria, a sua contestação. Tanto o homem como a própria instituição da realeza adquiriam uma posição superioridade frente aos demais poderes temporais dentro de seu reino.

Se esta cerimônia podia servir como uma fonte de significativo prestígio, principalmente para afirmar a superioridade dos chefes perante outras forças centrífugas intrínsecas ao reino (tal como o próprio Bloch também acreditava), ela também poderia se mostrar como uma valiosa ferramenta em uma conjuntura de rupturas. Senão vejamos: No caso franco, a unção de Pepino em meados do século VIII serviu como um verniz de legitimidade para a consagração da nova dinastia régia. Após terem destituído a linhagem merovíngia, os carolíngios viram-se diante da necessidade de amenizar o impacto que tivera sua usurpação com algum tipo de prestígio religioso.

SACRALIDADE EM TERRAS CASTELHANAS

Ao efetuar uma comparação dos aspectos e características sagradas entre as realezas do norte da Europa e a sua contraparte ibérica vemos manifestarem-se inúmeras discrepâncias que, se não forem analisadas com cuidado, podem conduzir a verdadeiros equívocos. O leitor que está habituado com os trabalhos de Marc Bloch e Jacques Le Goff[2], pode se deparar com uma grande estranheza ao perceber que os reis ibéricos, de maneira geral, não curavam doenças com o toque de suas mãos.

Mesmo a taumaturgia não era o único elemento ausente das práticas reais correntes. A própria cerimônia da unção foi praticada com pouquíssima recorrência durante toda a história dos reinos ibéricos, sendo alheia à grande parte dos monarcas que governaram depois do século VIII. Visando elucidar essa parente especificidade, os medievalistas que se dedicara ao estudo da realeza em terras espanholas se dividem em posturas divergentes.

Teófilo Ruiz propôs uma tese radical para explicar este fato (2004). Segundo ele, os príncipes de Castela, aos poucos, teriam percebido que o seu próprio poder não necessitava de valer-se dos rituais e cerimônias tradicionais para serem reconhecidos. Conclui o historiador que, na medida em que as bases sobre as quais aquele poder se sustentava foram se modificando, os governantes passaram a abandonar gradativamente os rituais e as insígnias sagradas.

Na mesma medida em que abandonavam tais "adornos" sacros, começavam a abraçar outros rituais de natureza majoritariamente secular, proporcionando a constituição de uma monarquia completamente dessacralizada. Em oposição à esfera sobrenatural, destacar-se-ia a crescente burocratização e laicização das estruturas de governo, que se

2 Destacamos três momentos das obras de Jacques Le Goff em que a temática mais se aproxima à nossa. São eles o próprio prefácio do livro *Os Reis Taumaturgos*, escrito postumamente ao autor em 1987; a grandiosa obra biográfica dedicada à São Luis em _________*São Luis*. Rio de Janeiro. Record:2002 ; bem como o artigo LE GOFF, Jacques. aspects religieux et sacrés de la monarchie française du X au XII siècle. In : BOUREAU, Alain . *La royauté sacré dans le monde chréatien.* Paris : École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1992.

voltavam mais para os aspectos “práticos” da vida administrativa (idem).

Ruiz já havia, anos antes, exposto sua tese em artigo de provocante título (1984), no qual enumera aquelas que considerava as principais evidências e os motivos mais aparentes que o fazem sustentar tal linha de pensamento. A primeira evidência alegada para afirmar a suposta ausência de sacralidade entre os príncipes de Castela era a forma e a ocasião em que tanto a coroação quanto a cerimônia de unção eram realizadas. Segundo Teófilo Ruiz, estes rituais seriam utilizados, na maior parte das vezes, para disfarçar a forma ilegítima com que alguns soberanos subiram ao trono. Este seria o caso de Sancho IV e dos primeiros membros da dinastia dos Trastâmara[3].

Confrontado com o fato de que aqueles não haviam sido os únicos homens a praticar os sagrados rituais régios, o autor argumenta que mesmo aqueles que não foram governantes ilegítimos, mas valeram-se de tal liturgia, não dependiam essencialmente dela para exercer sua autoridade. Ainda assim, havia o fato de que existia todo um conjunto de referências simbólicas e metáforas religioso-sagradas contidos tanto na literatura das crônicas quanto na iconografia produzidas a mando do poder real. Ruiz considerou tais elementos como a simples expressão de um senso comum:

> “Nós não podemos esperar que os governantes medievais ou seus agentes se abstenham de uma linguagem rica em símbolos e metáforas religiosas. Fórmulas e expressões sagradas, associações do líder com a divindade e o serviço da Igreja, eram parte intrínseca do panorama cultural medieval. Assim como nós administramos internamente os limites e restrições de nossa própria cultura, os homens e mulheres da Idade Média também o faziam. Isso é apenas senso comum (RUIZ, 2004, P.136 – tradução livre)

O historiador, ao encarar as formas pelas quais as sociedades se representam, por mais fantásticos ou pragmáticos que sejam os seus indícios, deve ter extremo cuidado para não encarar tais expressões como um amontoado de reações mecânicas cujo significado há muito se perdeu. Com isso, podemos incorrer por um terreno perigoso que pode nos levar tanto à desconsideração de elementos verdadeiramente preciosos para a compreensão daquele tecido social, como também podemos acabar por comparar aquele sociedade histórica com o nosso próprio tempo presente, enxergando neles atitudes que fazem parte do nosso cotidiano.

Em seu estudo, Ruiz parece ter sempre em mente as análises lançados por Marc Bloch dedicada ás monarquias inglesa e francesa. Desta maneira, seus argumentos soam muito como um índice daquilo que os reis castelhanos não possuíam, em comparação com um modelo pré-estabelecido. Ruiz ainda reforça que a força militar e o êxito das campanhas eram o elemento chave do poder régio da Península Ibérica no baixo medievo. Assim, o principal momento em que se demonstrava o poder dos monarcas era nos campos de batalha contra os muçulmanos que dominavam a “outra metade” da Península Ibérica.

3 O último rei da dinastia de Borgonha, Pedro I (1350-1369), morreu assassinado por seu meio-irmão Henrique de Trastâmara, que fez-se coroar como rei Hernique II de Castela e Leão (1369-1379).

Este autor aponta que foi justamente a luta contra os “infiéis” que se configurou no principal mito justificador da realeza (RUIZ, 2004).

Ainda que concorde com Ruiz, no sentido de creditar à função guerreira dos reis de Castela um importante papel na legitimação daquela realeza, creio que o autor exagere em suas conclusões ao afirmar que uma monarquia guerreira configurava-se como uma instituição desprovida de qualquer tipo de elementos sagrados. Seus argumentos soam muito como um inventário do despojamento de elementos sagrados da monarquia ibérica em relação à abundância de suas contrapartes de além-Pirineus.

José Manuel Nieto Soria tenta responder à questão da sacralidade castelhano por ouro caminho (NIETO SORIA, 1988). Este autor, por sua vez, aponta para a existência de uma “base teológica” para a monarquia ibérica na Baixa Idade Média (idem, p.44). Nela, existiriam múltiplos fundamentos ideológicos que apontavam para a presença do sagrado, mas tais fundamentos precisariam ser compreendidos dentro da experiência histórica específica do reino de Castela e Leão. Isso significava que tentar compreender o sagrado ibérico por um prisma específico das monarquias francas e saxônicas só levaria a distorções e confusão.

O conjunto destes fundamentos ideológicos seria recorrentemente corroborado pelo próprio discurso régio, manifestados nos documentos produzidos com a chancela da monarquia, ou seja, as leis e as crônicas. Para que tal intento se concretizasse, percebemos que toda a estrutura do estado, munido de seus “aparelhos de propaganda”(GUENÉE, 1981, p.71), tornou-se uma imensa emissora de mensagens dirigidas principalmente ao fortalecimento de sua aceitação.

Nieto Soria ainda chama a atenção para o próprio conceito que guardamos hoje acerca das noções de propaganda, pois evidentemente os mecanismos que “promoviam algo” no medievo não eram os mesmos dos dias atuais. Se estivermos interessados em investigar os mecanismos de divulgação do estado, então falamos de uma propaganda política que possuía veículos de divulgação próprios. Entre eles se encontrava a própria literatura produzida no interior da corte, como a prosa didática, destinada a instruir os futuros reis na arte de governar[4]; as obras de caráter jurídico, que não continham apenas leis, mas modelos de uma sociedade que se almejava construir; as crônicas ou histórias do reino, verdadeiros monumentos que, além resgatar ou construir uma memória que possui estreitas relações com o tempo presente, exaltava na mesma proporção os sentimentos de pertencimento a uma determinada unidade política.

Nieto Soria, por sua vez, apresenta uma hipótese inovadora acerca de como a consagração dos reis se desenvolvia na Castela baixo-medieval. Visando explicar as poucas referências documentais a tal ritual, o autor acaba por propor que em terras espanholas a

4 O rei de Castela e Leão Fernando III escreveu (ou mandou escrever em seu nome) um tratado similar a fim de deixá-lo a seu herdeiro, cuja obra intitulava-se “El libro de los doze sábios”. Editado já faz algumas décadas por. WALSH, John K (ed). *El libro de los doze sabios o Tractado de la nobleza y lealtad* Real Academia Española de la Lengua (Anejos del Boletín de la Real Academia Española, XXIX). Madrid. 1975.

unção se fazia de forma diferente do que em outros reinos:

> Esta unção régia possuía um caráter privado, como consequência da relação direta entre monarca e divindade, tendo os mesmos efeitos da unção pública e ritual que, assim, se fazia desnecessária (NIETO SORIA, 1988,P.62 – tradução livre)."

Em que pesam as escassas referências a tal ato, Soria ressalta que esta cerimônia não era de forma alguma estranha às autoridades do reino nos séculos XII e XIII, quando aparece como um dos rituais distintivos que marcava o caráter sagrado do vigário de deus na Terra. Não obstante a teoria desta unção privada recebida pelos reis, cremos que a chave do problema resida muito mais no campo da memória e da continuidade dinástica. Senão, vejamos: sabemos hoje que os reis de Castela do baixo medievo se afirmavam-se descendentes da antiga monarquia visigótica que havia se extinguido em princípios do século VIII, após a chegada das forças muçulmanas na Península. Sabemos também, com base em numerosos estudos, dentre os quais contamos o do próprio Marc Bloch[5], que em pleno século VII os reis visigodos já mantinham a tradição de serem ungidos (BLOCH, 2005. p.293).

Em seu balanço final, foram constatados diversos dados que apontam para a sacralidade intrínseca à casa régia castelhana. Ainda que não fosse possível identifica-la com um ritual regular como era o da unção, a crença em que os soberanos eram entidades tocadas pelo sobrenatural mostrou-se não só viva como presente em diferentes momentos da vida política dos reis de Espanha.

As análises de Nieto Soria merecem, aqui, um lugar de destaque. Enquanto os demais hispanistas já citados nesta seção apontam para a guerra e para a lei como sendo os principais fundamentos da ideologia que revestia a estirpe real castelhana, este autor nos trouxe uma nova perspectiva, ampliando os paradigmas. Soria compreende que a imagem guerreira do rei se enquadrava no interior de uma imagem maior, de cunho teológico, e que nela se localizavam inúmeros elementos sagrados e sobrenaturais (Idem, p.49).

Claro que muitas destas "propriedades" da realeza estavam ligadas diretamente à conjuntura histórica pela qual passava o reino em pleno século XIII: uma realidade marcada por violentos conflitos armados tanto em âmbito interno quanto externo, seguida por um contexto no qual seus reis se viram diante da difícil tarefa de ordenar seu próprio reino e de impedir que ele se esfacelasse, mais uma vez, em um conjunto de territórios independentes. Mas nem por isso o seu caráter sacro deve ser menosprezado, e tampouco devemos tomar outras casas régias de além Pirineus para servir de matriz de comparação para o caso de Castela. A compreensão de como se estruturava a sacralidade dos reis franceses e ingleses, exposta por Bloch, serve-nos de guia para perceber como o mesmo fenômeno – ou seja a concepção de uma monarquia sagrada – se estruturava no reino ibérico.

Ao contrário do que expôs Teófilo Ruiz, uma realeza guerreira não é expressão de

5 BLOCH. Op.cit. 2005. p. 293.

ausência de manifestação do sagrado, uma vez que a própria guerra pode ser concebida como um palco de manifestação dos poderes sobrenaturais, especialmente as guerras que envolviam, de alguma forma e em algum nível, um caráter religioso.

A SACRALIDADE ATRAVÉS DA GUERRA

Assumir que a força e o desempenho militar fossem apenas formas pragmáticas de sustentação do poder em um reino constitui, sem dúvida, uma perspectiva empobrecedora acerca do fenômeno da guerra na Idade Média. É evidente que a tentativa de monopolizar os meios de coerção física representava uma condição fundamental para a manutenção do poder político em boa parte das monarquias medievais, independentemente da existência de atributos mágicos. Ainda assim, a guerra era uma prática pela qual a relação entre Deus e o governante poderia ser exacerbada e estreitada, principalmente através do registro destas batalhas nas crônicas régias. Sendo assim, as lutas travadas contra os reinos muçulmanos peninsulares eram apresentadas, pelos registros históricos, como uma espécie de ação religiosa empreendida pelos monarcas de Castela e Leão.

Segundo o discurso veiculado pela realeza, ao expandir a fé cristã pelas armas, os monarcas castelhanos mostravam-se como realizadores de uma missão divina. Esta ação, além de expandir a fé católica e proteger (em caráter preventivo) o reino, plantava naquele meio a ideia de que o ofício régio possuía uma grandeza inigualável. Mais do que uma obrigação, esta ação militar em terras inimigas era vista também como um ato de fé perpetrado pelos governantes. Nieto Soria apontou que esta faceta da realeza guerreira em Castela fortalecia a própria instituição monárquica, na medida em que seus representantes eram apresentados como um modelo perante a sociedade (1988, p.80). O *rex christianissimus*, exemplo de rei cristão, seria aquele que se expunha a toda a sorte de perigos em nome de seu Deus e de sua fé. Para cumprir seu serviço divino, o soberano não se intimidava perante seus adversários.

> (...) el noble rey don Alffonso, tan gran coraçon auie que se fiziesse aquella batalha em que serien crebantados et abaxados los paganos, que serie grant seruitio pora Dios, que com esta entençion de caridad de la cristandade et del servitio de Dios, suffrie el em paç et em manssedumbre todas aquellas cosas em aquellas compannas (MENENDEZ PIDAL, 1955. P.269).

Tanto a conquista de novas terras como a defesa dos reinos cristãos caracterizava-se como parte deste pacto estabelecido entre a realeza e o Criador. Nestes episódios de conflito, os reis eram apresentados como figuras primordiais, verdadeiros cruzados perpétuos – na medida em que os conflitos se estendiam por gerações – devotando suas vidas ao cumprimento da missão que lhes havia sido outorgada. Este ministério dos reis não se resumia unicamente ao extermínio dos infiéis muçulmanos. Era necessário, em igual medida, repovoar e restabelecer a fé de Cristo nas novas possessões territoriais. Neste sentido, o discurso régio procurou enfatizar a transformação de antigos templos

islâmicos em igrejas cristãs. O relato das incursões militares adquire, neste momento, um tom de "regeneração" religiosa das terras e templos conquistados.

Se, por um lado, o soberano se empenhava em servir a seu Deus, Este, por sua vez, não deixava seus vigários desamparados. O auxílio dos poderes celestiais no decorrer das campanhas militares de cruzada na Península também é um marco da sacralidade monárquica castelhana. Mesmo que não existisse uma crença generalizada na capacidade dos reis de Castela de executar milagres, isso não quer dizer que a ação miraculosa fosse totalmente estranha a seus representantes. Os relatos de batalhas entre cristãos e muçulmanos estão repletos de episódios nos quais os poderes divinos agem em deliberado auxílio dos exércitos cristãos.

A presença do poder supremo nos campos de batalha não era a única forma de expressar aquela comunhão da realeza com o sagrado. Também era possível observar nas crônicas o milagroso aparecimento de santos cristãos, que se uniam aos exércitos da cristandade para lutar contra as forças islâmicas.

> Et dizen, asi commo los moros mismos afirmauan despues, que paresçio y Santiago en vn cauallo blanco et com senna balnca en la mano et com vn espada en la otra, et que andaua y com el vna legion de caualleros blancos; et aun dizen que angeles vieran andar sobre ellos por el ayre. [...] Los moros começaron luego a derramar lloro et foyr, et dexaronse uençer, boluiendo espaldas el que ante podie (MENENDEZ PIDAL, 1955. p. 727).

Com o intuito de evitar distorções acerca das bases da sacralidade régia castelhana, seria interessante estabelecer, neste momento, a distinção entre noções muito semelhantes, mas cujo sentido vem sendo regularmente confundido. São elas as de sagrado, religioso, eclesiástico e taumatúrgico (LE GOFF, 1992). O sagrado propriamente dito abrangeria tudo aquilo que garante um vínculo com o sobrenatural ou divino, vínculo tal que poderia revestir-se ou não de elementos oriundos da própria religião (âmbito religioso). Mesmo valendo-se da religião, não quer dizer que ele estará submetido à Igreja ou à sua ortodoxia, mas se assim o fizer fará parte também do plano eclesiástico. A taumaturgia, que já conhecemos, seria uma dentre diversas possibilidades de manifestação da esfera do sagrado. Estas manifestações não precisam estar necessariamente vinculadas a ritos oriundos da instituição religiosa, nem muito menos envolver um processo de execução de milagres para serem consideradas formas de expressão do sagrado.

Juntas, estas noções são passíveis de articulação com a finalidade de criar uma base de sustentação das representações sagradas, tal como aconteceu na monarquia francesa, mas é preciso considerar que a união de todos estes fatores não constituía uma regra para as demais casas régias. Evidentemente que a dimensão sagrada da realeza congregava instrumentos de diversas naturezas, sem se restringir exclusivamente a aspectos mágicos e sacerdotais. De forma geral, o caráter sagrado do poder no ocidente medieval marcava mais a existência de um vínculo entre o soberano e os poderes divinos. Segundo esta

perspectiva, os detentores da dignidade real são apresentados como intercessores ou mediadores designados pelas instâncias celestes para cumprir uma determinada função na terra (REVEL, 1992).

CONSIDERAÇÕES

A percepção da esfera do sagrado na realieza castelhano Leonesa do Século XIII está intimamente vinculada à elementos singulares do processo histórico pelo qual passou a península ao longo da Idade Média. O Século XIII em especial, trouxe para os governanes daquele reino a necessidade de reafirmar, frequentemente, o seu poder, diante dos frequenes ataques aos quais a autoridade do soberano foi colocada.

No caso de Fernando III, a ascenção à dignidade régia em condições pouco usuais tentou ser esmaecida pela construção da imagem de um rei guerreiro, que por mais que utilize da violência e das armas, o faz em prol de sua fé e de sua divindade.

Tendo em mente a conjuntura política pela qual o reino de Castela e Leão passava em meio ao século XIII, procuramos demonstrar como a lei e o direito podem ser utilizados pelos soberanos como instrumentos de propaganda em favor do poder central. Dessa maneira, percebemos como o *Fuero Real* e a *Crónica General de España* colaboraram para difundir as próprias visões acerca do poder régio que interessavam ao governante.

Indicamos como a redação destes documentos estavam impregnadas de um discurso que se esforça em mostrar o governante do reino como sendo portador de uma aura de divindade, a qual buscava vincular ao Supremo Criador a concessão do poder régio e sua subsequente obediência por parte dos demais poderes terrenos. Esta imagem de um rei "escolhido por Deus" para governar a terra em seu nome mostrava ainda que toda e qualquer recusa em obedecer aos ditames do monarca caracterizaria, além de desobediência, uma afronta aos poderes sobrenaturais e à uma suposta ordem divina.

A compreensão deste discurso perpassou pelo entendimento do próprio panorama política pela qual o reino de Castela e Leão passava em meados do século XIII. Em função da recorrência dos atos de insubordinação nobiliárquica e enfraquecimento do apoio da aristocracai, o rei enquanto líder político, com o intuito de não ter a sua autoridade enfraquecida, precisou recorrer a uma estratégia discursiva que buscou divulgar uma imagem sensivelmente distinta da monarquia.

É no bojo destes acontecimentos que percebemos a promulgação do *Fuero Real* a um grande número de regiões do reino. Tratava-se, naquele momento, de utilizar a lei para divulgar parte do conjunto de ideias políticas formuladas pela própria monarquia. O direito aqui mostra-se muito mais como instrumento propagandístico do que como reflexo de tradições e práticas perfeitamente sedimentadas. Seu próprio idioma de escrita, o castelhano, foi cuidadosamente escolhido para que pudesse alcançar um maior número de indivíduos.

A escrita da lei e da história nos mostraram não apenas as tentativas do poder central em moldar a visão da sociedade sobre as instituições, mas o seu estudo também serviu como um prisma para conseguir observar os conflitos e disputas internas à própria classe dominante do reino. Percebemos que a monarquia e a aristocracia medieval, por mais que fizessem parte de uma elite, não se constituíam como um bloco homogêneo. Seus interesses eram diversos e muitas vezes não caminhavam em paralelo. Por parte do monarca, a estratégia escolhida deixou claro que a evocação de sua superioridade nos documentos régios não se tratava de mero exercício retórico ou repetição de senso comum, mas sim da tentativa de marcar sua posição contra seus opositores. A teoria política foi apenas mais um palco desta disputa pelo poder.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (ed.); SOLALINDE, Antonio G.; CORTÉS, Manuel Muñoz; PÉREZ, José Gómez (col.). ***Primera crónica general de España que mandó componer Alonso el Sabio e se continuaba bajo Sancho IV en 1289***. 2 vol. Madrid: Seminario Menéndez Pidal & Gredos, 1955.

MONTALVO, Alonso Dias de (ed.). ***El fuero real de Espana***. Madrid: Real Compañia de Impresores y Libreros del Reyno, 1791. Disponível em https://books.google.pt/books?id=bd9GFv6DCAkC&hl=pt-PT&pg=PA6#v=onepage&q&f=false consulta feita em abril de 2020.

Bibliografia Crítica

AYALA, Carlos de. La Reconquista, ¿ficción o realidad historiográfica?. In: GORDO MOLINA A & CARRASCO, D.M. (orgs.) *La Edad Media peninsular. Aproximaciones y problemas.* Ediciones Trea, 2017, pp. 127-142

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos:* São Paulo: Cia das Letras, 2005.

FERNANDEZ ORDÓÑES, Inés. De la historiografía fernandina a la alfonsí. *Alcanate - Revista de Estudios Alfonsíes*, n. 3, 2002-2003

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X, el sábio*. Madri: Ariel, 2004.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Fenando III el sancto: el rey que marcó el destino de Espanha.* Sevilha: Fundación José Manuel Lara, 2006.

GUENÉ. Bernard. *O ocidente nos séculos XIV e XV, os Estados.* São Paulo: Edusp, 1981.

KLEINE, Marina. *El rey que es fermosura de Espanna: a imagem do poder real na obra de Afonso X, o sábio (1221-1284)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Histó-ria) – UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LE GOFF, Jacques. Aspects religieux et sacrés de la monarchie française du X[e] au XIII[e] siècle. IN: BOUREAU, A. e INGERFLOM, C. S. *La Royauté Sacré dans le Monde Chrétien*. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992. p. 19-28.

NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos Ideologicos del poder real en Castilla*. Madri: Eudema, 1988.

REVEL, Jacques. La royauté sacré: éléments pour un débat. IN: BOUREAU, A. e INGERFLOM, C. S. *La Royauté Sacré dans le Monde Chrétien*. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992. p. 7-18.

RUIZ, Teofilo Fabian. Une royauté sans sacre : la monarchie castillane du bas Moyen Âge. In: *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. 39[e] année, N. 3, 1984. pp. 429-453.

ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento politico em la Edad Media*. Madrid: Ariel, 1999.

CAPÍTULO 6

TRAJETÓRIAS POSSÍVEIS AO ESTUDO DA HISTÓRIA ECONÔMICA: ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS QUESTÕES E AS PRODUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS NO BRASIL

Data de submissão: 01/06/2023 *Data de aceite: 03/07/2023*

Lorena Maria de França Ferreira
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Parnaíba – Piauí
http://lattes.cnpq.br/9548572381548856

RESUMO: A História Econômica se desenvolve desde o início do século XX nas perspectivas sociais das ciências históricas, teorias e metodologias foram criadas para responder novos questionamentos sociais. Diante disso, este artigo traz algumas trajetórias possíveis pela História Econômica através das bibliografias produzidas no Brasil e no mundo, as quais apontam as mudanças das produções historiográficas ao decorrer do século XX, onde novas abordagens possibilitaram que a economia fosse percebida para além de números, mas como algo ligado ao social. Para isso se faz uso de apontamentos internacionais como Hobsbawm (2000) e nacionais Cardoso (1987), Barbosa (1988), Barros (2008) Arruda (2008), Flávio Saes (2009), Tomás Szmrecsányi (2004).

PALAVRAS-CHAVES: História. História Econômica. Historiografia. Bibliografia.

POSSIBLE TRAJECTORIES FOR THE STUDY OF ECONOMIC HISTORY: A BIBLIOGRAPHICAL APPROACH TO ISSUES AND HISTORIOGRAPHICAL PRODUCTIONS IN BRAZIL

ABSTRACT: Economic History has developed since the beginning of the 20th century in the social perspectives of historical sciences, theories and methodologies were created to answer new social questions. Therefore, this article brings some possible trajectories through Economic History through bibliographies produced in Brazil and in the world, which point out the changes in historiographic productions during the 20th century, where new approaches made it possible for the economy to be perceived beyond numbers, but as something connected to the social. For this, international notes are used, such as Hobsbawm (2000) and national notes Cardoso (1987), Barbosa (1988), Barros (2008) Arruda (2008), Flávio Saes (2009), Tomás Szmrecsányi (2004).

KEYWORDS: History. Economic History. Historiography. Bibliography.

A HISTÓRIA E A HISTÓRIA ECONÔMICA: DEBATES SOBRE A CIENTIFICIDADE E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Nos primeiros anos do século XX a história passou a ser questionada enquanto ciência, quais seriam as suas teorias e metodologias que poderiam a classificar como tal. Diante disso nos anos de 1920 forma-se a Escola do Annales na França com os seus principais idealizadores Marc Bloch e Lucien Febvre com novas ideias sobre a história e provocaram questionamentos sobre a forma positivista empregada por Langlois e Seignobos. O Positivismo sofreu duras críticas pelo uso excessivo das fontes e por ter como metodologia, pelo menos um ideal, a objetividade na produção da história, o que negava a existência da subjetividade do historiador. Com a Escola dos Annales novas ideias e metodologias foram divulgadas como possíveis dentro do campo histórico, como o uso de diferentes tipos de fontes que não fossem apenas as de destinações políticas produzidas pelos poderes públicos, o que provocaria novos olhares sobre a sociedade e a condução do historiador para um sujeito com suas subjetividades, o que geraria diferente forma de perceber as fontes, as informações, o passado e até mesmo o presente em que se desenvolvia a história.

Cabe aqui destacar que a Escola dos Annales se utilizou de sua força acadêmica para a formação de novas concepções sobre a ciência histórica e a formação de novos profissionais dentro das Universidades. Isso proporcionou debates sobre a história como ciência, em especial ao apontar as antigas concepções positivistas como limitadoras para o seu desenvolvimento o que provocou uma maior inserção nos debates historiográficos pelo mundo.

Questionamentos provocaram inquietações sobre o que seria história dentro do campo das ciências, assim O que realmente seria a ciência história? Deveria ela ser apenas uma reprodutora de informações ou um caminho de compreensão do passado pelo olha do historiador no presente? O que são as fontes e quais as metodologias para utilizá-las? Quais as informações deveriam ocupar as atenções dos historiadores? Vale ressaltar que essas questões surgiram em um momento de guerras no mundo europeu, em que se questionavam as relações humanas e o desenvolvimento das sociedades, economias e os poderes políticos. O homem passou a ser percebido de formas diversas em que não seria apenas personagem de uma série de acontecimentos, mas a formação da figura do sujeito como atuante.

Dessa maneira podemos trazer para a análise do desenvolvimento da História enquanto campo de conhecimento as contribuições de Cardoso (1987) que trata sobre o desenvolvimento da história social, evidencia que os fundadores da Escola dos Annales colocam o homem e suas atividades como o principal interesse do historiador, onde aconteceu o abandono dos personagens, grandes heróis e a exposição de guerras para se focar no homem em si. Como coloca Lucien Febvre "... o objeto de nossos estudos não

é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da atividade humana, mas o próprio homem, considerado no seio dos grupos de que é membro” (CARDOSO, 1987, p.349). Assim aconteceu cada vez mais o abandono do estudo da política e da economia como conhecimentos que deveriam ser separados do social para uma integração ou interseção entre os conteúdos abordados por historiadores.

Na década de 1950 ocorreu em Roma o X Congresso Internacional de Ciências Humanas em que Ernest Labrousse apresentou o que seria uma história social quantificada, em que apontava como possíveis fontes de pesquisa as fontes eleitorais, fiscais, demográficas e censos militares. Isso possibilitou que as fontes “numéricas”, seriais ou quantitativas tivessem significações para as análises históricas. Percebeu-se que o conhecimento quantitativo e dos dados econômicos seriam indispensáveis para o desenvolvimento do campo da história, no entanto surgiram questões sobre as análises de fontes que estavam sendo produzidas.

Uma das questões sobre a pesquisa em economia veio com as indagações sobre o risco de cometer anacronismo por entenderem que os modelos econômicos poderiam dar as mesmas respostas paras questionamentos diferentes sobre as sociedades ocidentais e orientais. Assim Cardoso (1987) aponta que para se entender a história, ela deve ser colocada no seu plano de singularidades sociais. Logo que

> para o estudo dos fatos sociais, pelo menos no estado atual da pesquisa, os limites cronológicos devem ser mais restritos. É preciso considerar sempre o espaço de tempo suscetível de ser percebido no curso da vida individual; período que corresponde seja à vida ativa e lucida – isto é, três gerações, ou seja, cerca de um século: pois cada indivíduo se beneficia com a experiência de seus pais e participa dos filhos. Nos países de evolução mais lenta, se as tradições ancestrais perpetuam-se por muito tempo, sem mudanças, talvez seja necessário considerar um lapso de tempo maior, mas isto não modifica os dados do problema: o quadro normal da história social vincula-se a um ritmo ligado ao estado biológico e à civilização que caracterizam o ambiente estudado (CARDOSO, 1987, p. 357)

Houve a aproximação da sociologia do conhecimento que possibilitou uma ligação entre o conhecimento diverso sobre o social pelos historiadores, que passaram a fazer interligações entre as ciências humanas, a antropologia, as ciências econômicas e outras ciências que ampliou o olhar dos historiadores para tudo o que fosse sobre o homem, que tudo deveria ser analisado e compreendido diante das singularidades.

Para o estudo da história se optou, algumas vezes, por uma antropologia econômica em que se questionam as lógicas econômicas e apresentam que existem “hábitos econômicos”. Passou-se a entender a economia como algo ligado ao social em que se pluralizou as possibilidades de análise a partir do entendimento que existem vários pontos unitários e singulares que devem ser analisados. Assim se multiplicaram as formas de racionalizar as sociedades e a economia ao perceberem que as racionalidades singulares sobre as minorias, étnicas e outras, são formas de representar o social que não fosse uma

forma global e genérica.

> Desse encontro nasceria, por certo, uma nova História Econômica, que se realizaria no espaço ampliado da dimensão histórica, recuperando a um só tempo a história das relações sociais de produção, da circulação e consumo de mercadorias, do universo mental e simbólico de produtores e consumidores. Um exemplo paradigmático desta possibilidade é a compreensão do consumo na sociedade pósmoderna, a partir do universo simbólico ligado às aspirações sociais. Esta História comportaria múltiplas entradas. Seria indiferente se o historiador partisse das bases materiais ou do universo simbólico, desde que o universal pudesse ser surpreendido no singular, e vice-versa (ARRUDA, 2008, p. 21).

Em uma palestra proferida por Barbosa (1988) em Seminários de Pós-Graduação do Departamento de História da USP em 1988, ele fez algumas considerações sobre a História Econômica, e diante do que já foi abordado até aqui é interessante analisar, logo que os caminhos percorridos pela História Econômica não foram calmos, mas sim cheios de obstáculos que até hoje repercutem na historiografia. Primeiramente que a disciplina se tornou independente entre os anos de 1870 e 1930, como já evidenciado posteriormente com as disputas de poderes acadêmicos e científicos na História. Isso aconteceu com a necessidade de abandonar o "método sincrônico" usado nos clássicos para o estudo de continuidades econômicas nas sociedades.

No entanto, o desenvolvimento da História Econômica teve também suas reações contrárias, nos anos de 1960 na Europa, às correntes neoclássicas e Keynesiana na História quantitativa, que foi denominada de "Nova História Econômica". Algo que perdurou nos anos de 1970 e 1980, pois alegavam que a História Econômica havia se ligado as formas de poder totalitários e doutrinas em que "esta ofensiva ideológica de pequeno-burguesia intelectualizada revelou-se uma nova cruzada "pela liberdade", em que eram combatidas as doutrinas "deterministas e proletárias" (BARBOSA, 1988, p.4).

Diante das criticas a História Econômica pelo seu desenvolvimento sem um objeto de pesquisa especificado, viu-se a História Social como uma possibilidade de análise, trouxe para o seu meio os processos de produções e distribuições de bens materiais. Assim se fez uso das explicações da cultura material para a sua consolidação no campo da história, mesmo não sendo a única forma de explicar as formas econômicas das sociedades como foi colocado ao longo do texto.

Para adentrar aos percursos da História Econômica é necessária trazer para a análise as discussões promovidas por Hobsbawm (2000) em uma palestra na faculdade de economia da Universidade de Cambridge em 1980, em que se destina aos historiadores e economistas para que ocorra uma maior integração ou reintegração entre eles. Evidencia que a economia necessita da história para as suas análises pois faz parte das ciências sociais, forma a "nova" história econômica ou "cliometria".

Hobsbawm chama a atenção para os modelos teóricos sobre a economia e a sociedade e um deles é o Capitalismo de Marx. O capitalismo formou uma geração

de economistas que consideravam a economia de mercado, o que teria momentos de desenvolvimentos e de instabilidades. Esses modelos teóricos estavam ligados mais as ideias hipotéticas do que realistas, números criados para demonstrarem situações que, por muitas vezes, nem sequer aconteceram. Assim os governos usavam desses conhecimentos criados para indicarem soluções econômicas ou até mesmo se guiar nas ações políticas e sociais.

Mais uma vez Hobsbawm chama a atenção dos economistas com o uso de metodologias de pesquisas que não levaram a uma análise da realidade com os dados criados e hipotéticos, o que os diferenciavam da pesquisa histórica, pois “o que interessa ao historiador é o que eles não têm em comum e por que, e até que ponto essas diferenças explicam os destinos muitos diferentes dos povos que permaneceram caçadores-coletores e dos que desenvolveram economias mais complexas” (HOBSBAWM, 2000, s.n).

AS PRODUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS BRASILEIRAS COM OS USOS DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Como se pode perceber o percurso percorrido pela História Econômica se deu cheio de conflitos quanto a sua própria significação e importância dentro do campo da história e da economia. Caminhos tortuosos não deixaram e, pelo que parece ainda irão continuar, pois a história econômica se dá a observar o que é social mesmo que tenha se desenvolvido para observar as relações econômicas do passado através de definições de campo.

Diante da perspectiva do estudo do passado social pelo viés econômico se delineou a produção de uma historiografia brasileira desde os anos de 1920, momento em que as questões ainda se davam dentro da economia e não tínhamos uma pressão e representação mais evidente pela Escolas dos Annales que vai fortalecer as produções e os debates com as percepções do que seriam História Social. Assim as disputas de poderes dentro do campo histórico para o surgimento de uma Nova História abriram caminhos para a Nova História Econômica.

No Brasil durantes os anos de 1920 foram publicadas algumas produções que se enquadram dentro da história econômica *Histórico da Formação Econômica do Brasil* de Victor Viana (1922) e *Pontos de partida para História Econômica do Brasil* de Lemos Brito (1923). Essas produções passaram a ter muita significação dentro da historiografia brasileira por serem marcos do início de uma produção de história econômica e certamente influenciaram novas produções. Além disso pode-se contar como contribuição para a história do Brasil a produção de João Lúcio de Azevedo (1928) com *Épocas de Portugal Econômico* que mesmo tratando da economia portuguesa também se dedicou a analisar a economia colonial brasileira e como mais uma contribuição estrangeira tem-se a produção de J.F. Normato (1935) com a *Evolução Econômica do Brasil.*

Nos anos de 1930 aconteceu a publicação do livro de Roberto C. Simonsen *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, publicado em 1936. Considera-se essa publicação como

um marco na historiografia brasileira pela pesquisa de fontes e pelo sistema interpretativo que apresenta, logo que ela tenta delinear os ciclos da economia colonial (pau-brasil, açúcar, ouro, pecuária, coleta etc) com o objetivo de mostrar que cada ciclo se esgotava através do uso de uma economia primária e que o Brasil precisava desenvolver-se no setor industrial, assim como os Estados Unidos.

> Não era essa, infelizmente, a política comercial que conviria a um país como o nosso, que apenas iniciava a sua economia independente. Tínhamos que abraçar, àquele tempo, política semelhante à que a nação norte-americana seguiu no período de sua formação econômica. Produtores de artigos coloniais, diante de um mundo fechado por "polícias coloniais", tornarmo-nos, no entanto, campeões de um liberalismo econômico na América. E os resultados de tal política estão registrados em nossa História Econômica. Parece-nos, porém, que até hoje ainda não soubemos aproveitar as lições desse passado (SIMONSEN, 1969, p.406/6 apud SAES, 2009, p. 185).

Dessa maneira é visível as ideias de Simonsen quanto ao desenvolvimento econômico brasileiro perante a sua história de explorações baseadas em uma economia primária que não trouxe grandes desenvolvimentos a nação, apenas momentos de desenvolvimentos que logo eram findados com o esgotamento dos recursos naturais ou o pouco investimento que requeriam, ou até mesmo o pouco olhar de investidor dos donos das propriedades rurais que não viam o país como um local de grandes investimentos, mas de exploração até o esgotamento dos recursos. No entanto, deve-se abordar que a produção de Simonsen não se desloca dos acontecimentos nacionais e internacionais ao abordar a industrialização como uma solução aos problemas brasileiros.

Saes (2009) destaca que Simonsen estava vivendo o momento de projeto político e econômico brasileiro em que se defendia um planejamento governamental para o desenvolvimento através da industrialização e que no contexto existia a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o qual ele era um grande entusiasta assim também como Celso Furtado que produziu a obra *Formação Econômica do Brasil* em 1959. Celso Furtado se utiliza da ideia da Grande Depressão dos anos de 1930 nas economias mais periféricas para mostrar os ganhos de uma economia mais industrializada.

Celso Furtado destina-se a mostrar que a transformação de um país de economia escravista deveria ser modificada com as mudanças do tempo e as evoluções econômicas vindas do exterior que no caso seria a transformação de uma economia de base industrial, pois isso era indicativo de melhorias nacionais. Assim fica claro que Celso Furtado tinha como uma das principais mudanças a transformação de uma mão de obra escrava para o trabalhador assalariado, o que garantiria o desenvolvimento de uma economia interna e posteriormente construiria uma industrialização.

> De certo modo, para Furtado, a experiência brasileira dos anos 30 (e a latinoamericana, para a CEPAL) sugeria a possibilidade de avanço do processo de industrialização por meio de políticas que reproduzissem ou mantivessem aquelas condições favoráveis. Daí as propostas de uma

> política industrial com algum protecionismo, de planejamento econômico, de financiamento governamental para investimentos industriais e de presença do Estado na infra-estrutura e em ramos estratégicos para a industrialização. A História Econômica constituiu um parâmetro fundamental para justificarem-se propostas de políticas de desenvolvimento que, efetivamente, tiveram ampla presença em vários países latino-americanos (SAES, 2009, p. 187).

Essa percepção de uma economia desenvolvida apenas se fosse de base industrial permeou o Brasil durante décadas, em especial até 50, ao ver o desenvolvimento de outras economias mundiais e pelos incentivos que os governos brasileiros tinham do exterior e dos empresários e economistas internos. No entanto, vale ressaltar que essas perspectivas estavam ligadas aos contextos de guerras mundiais onde ocorreram corridas aceleradas para o desenvolvimento industrial, bélico e tecnológico, o que fazia com que a população cada vez mais fosse retirada dos meios rurais e integradas aos meios urbanos como mão de obra necessário. Algo que não aconteceu no Brasil de forma tão acelerada, a vida ainda se manteve bastante ligada ao mundo rural para os brasileiros e os desenvolvimentos industriais se concentraram em apenas algumas cidades.

No entanto existia outra possibilidade de desenvolvimento de pesquisa na história econômica que não era a mesma vertente de pensamento de Celso Furtado, essa vertente desejava que o capitalismo fosse desenvolvido no Brasil. Essa perspectiva do capitalismo se desenvolver estava ligada a ideia de que isso geraria no futuro uma sociedade alicerceada no socialismo, onde o capitalismo em si levaria a um desenvolvimento econômico e social em que as desigualdades sociais iriam sumir. Essa desigualdade sumiria com o capitalismo que dominaria as áreas urbanas brasileiras onde estariam localizados as indústrias e o empresariado, geraria uma grande revolução onde se questionaria os grandes latifúndios e as concentrações econômica, além do imperialismo.

Outro contribuinte para a historiografia brasileira foi Caio Prado Jr que teve os livros publicados nos anos de 1930 a 1960 sendo esses *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *História Econômica do Brasil* (1945) e *A Revolução Brasileira* (1966). Esta última é entendida como um marco para o entendimento do capitalismo na história econômica brasileira, logo que Caio Prado Jr. coloca que a substituição da mão de obra escrava pela livre não significava uma mudança nas estruturas do capitalismo, pois o senhor do escravo já obtinha lucro assim como o empresário posteriormente.

Assim a sociedade brasileira já era capitalista desde o uso do escravo e da forma de exploração econômica no período colonial, se dedicava a manter uma estrutura econômica que se voltava ao mercado externo e as explorações internacionais, não conseguia suprir as necessidades da economia local e ainda estava ligada ao mundo rural. Saes (2009) coloca que a mudança brasileira só iriam desaparecer se também sumissem os traços coloniais existentes, desse jeito se chegaria a uma transição do capitalismo para o socialismo defendido por Caio Prado Jr. Outra obra desenvolvida sobre o período colonial no Brasil

foi a tese de Fernando Novais defendida em 1972 em que coloca "o sistema colonial como uma peça fundamental da acumulação primitiva da capital (ou seja, do próprio processo de constituição do capitalismo ao nível mundial)" (SAES, 2009, p. 189).

Ainda na década de 1940 conta-se com as contribuições de Alice Canabrava que se distinguiu das demais produções por seu caráter acadêmico e profissional na produção de História Econômica no Brasil. No ano de 1942 ela defendeu sua tese de doutorado na área de história *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, posteriormente defendeu outra tese *A Indústria do Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas (1697-1755)* e na década de 1950 defendeu outra tese *O Desenvolvimento da Cultura de Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. Deve-se dar destaque as numerosas produções de teses acadêmicas em nível de doutorado defendidas por Alice Canabrava por tratar de história do Brasil e de Portugal e por todo o emprenho em utilizar de pesquisa documental e bibliográfica, essas sendo fontes primárias impressas de origem espanhola e argentina (SZMRECSÁNYI, 2004, p.27).

> As conclusões gerais a que chegou foram de duas ordens. Na primeira, já esperável, Alice Canabrava apontou para a uniformidade do sistema colonial praticado pelas metrópoles exportadoras de açúcar, a qual se manifestava pela exploração do trabalho escravo na geração de um produto tropical de alto valor comercial. Mas, na segunda, destacou algumas importantes diferenças entre a situação vigente na época no Brasil e a que predominava na maior parte das Antilhas britânicas e francesas. Nestas prevaleceu, em geral, o absenteísmo dos proprietários, transformando os engenhos em meros instrumentos de exploração comercial e de especulação financeira. Já no Brasil formara-se desde o início uma classe local de senhores rurais ligados à posse das terras e à propriedade dos escravos, e que foi se aristocratizando por meio de ambas [...] (SZMRECSÁNYI, 2004, p.29-30).

Francisco Iglésias em 1959 produziu *Introdução à Historiografia Econômica e Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*, que foi publicada após sua morte. Dedicou-se tratar do que se chama de evolução da historiografia no Brasil em três momentos:

> I. de 1500 a 1854, compreendendo as crônicas e os textos históricos do período colonial e do começo do Brasil independente; II. de 1854 a 1931, desde a publicação do primeiro volume da História Geral do Brasil de F. A. Varnhagen (1816-1878) até a reforma do ensino de Francisco Campos (1891-1968), a qual criou no País Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; e III, de 1931 a nossos dias, quando foram criadas e tiveram grande impulso as Faculdades de Ciências Econômicas (SZMRECSÁNYI, 2004, p.14).

Além disso o Francisco Iglésias reclamava da falta de arquivos econômicos no Brasil o que dificultava para o desenvolvimento de pesquisas em História Econômica, pois para esse não teria como criar história sem que tivessem documentos e fontes preservados em arquivos públicos ou privados. Mesmo assim dedicou-se a produção sobre a história econômica brasileira com as possibilidades de fontes que lhes apareceram.

Diante das complexidades os historiadores econômicos passaram a questionar mais as transformações econômicas, voltaram-se para as transformações das temporalidades, o uso da cliometria e uma maior preocupação com as mudanças econômicas nos contextos sociais. Logo que o risco do anacronismo ainda se faz bastante presente com a importação indevida para uma determinada sociedade historicamente localizada um sistema ou uma racionalidade econômica que são os de nosso tempo. E a "ilusão da sicronicidade" que seria a noção de que todos os fatores progridem ou regridem juntos, como se tudo fosse integrado e não tivessem um ritmo próprio (Barros,2008).

Assim se dedicaram a uma nova maneira de perceber as transformações econômicas nas mesmas ou diferentes sociedades, pois as relações econômicas não aconteceriam de uma forma equilibrada e uniforme. Isso chamou cada vez mais a atenção dos historiadores e pesquisadores que perceberam que até mesmo um mesmo local pode ter diversas formas de se relacionar economicamente.

> de uma história econômica cujos objetos preferenciais relacionavam-se ao problema do equilíbrio geral de um mercado de bens de serviços, passa-se a problemas com relações entre os desenvolvimentos da economia monetária e o pleno emprego, o custo de vida, o empobrecimento populacional e outras questões mais (BARROS, 2008, p. 25)

A partir da segunda metade do século XX a tendência da historiografia econômica no Brasil se tornou mais complexa diante de uma série de fatores. Os fatores exógenos e endógenos foram tratados como importantes para as análises históricas, também as análises tendem a intercalar de uma forma equilibrada o uso das teorias e das fontes documentais, utilizaram-se as metodologias estatísticas e as análises qualitativas.

Com o desenvolvimento da História Econômica viu-se uma grande quantidade de pesquisas realizadas nos anos de 1970 e 1980, logo que são décadas de surgimento de universidades pelo Brasil e de grupos de pesquisas preocupados com as questões relacionadas ao social, econômico e político. Assim surgem numerosas produções que não se concentravam mais em ver apenas os locais mais desenvolvidos do país, se regionaliza e pluraliza o conhecimento.

Devem ser destacadas as obras de Kátia Matoso com *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX (1978)*, Douglas Libby com *Transformação e Trabalho em uma economia escravista – Minas no século XIX (1988)*, Wilson Cano com *Raízes da Concentração Industrial (1981)*, Geraldo Beauclair com *Raízes da Industria no Brasil (1992)* e João Fragoso com Homens na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Barros (2008) afirma que essas produções permitiram a nova historiografia econômica brasileira examinar ritmos internos da economia colonial, suas assincronias em relação ao mercado internacional, as diversidades e pluralidades da economia colonial como sistema exclusivamente escravista-agro-exportador, diretamente dependente dos centros europeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história passou por muitas mudanças desde os anos iniciais do século XX com as problemáticas levantadas pelos próprios historiadores e pelos centros Universitários que colocaram em questão a importância da história dentro das ciências humanas e o seu papel de ciência. Isso fez com que os historiadores procurassem estabelecer quais seriam sua importância dentro da ciência, metodologias de pesquisas e como deveriam ser escritas nesta área do conhecimento.

Ao trazer essas discussões para o meio acadêmico foi possível combater as outras formas de fazer história que já estavam consolidadas como era o caso do uso do positivismo onde a fonte documental ganhava uma extrema importância ao conhecimento histórico, pois via-se como uma forma de se dizer a "verdade dos fatos" e o afastamento os interesses dos historiadores no momento da escrita. No entanto, isso se faz questionável por assuntos que eram em grande maioria voltados para os governos, grandes heróis e guerras, pois consolidavam as personalidades e as histórias gloriosas onde os sujeitos comuns eram esquecidos.

A Escola dos Annales durantes os anos de 1920 provocou a disputa por espaço no campo da História ao travar uma verdadeira guerra as velhas formas de fazer pesquisa e produção historiográfica. As fontes documentais ganharam novas percepções, pois deveriam ser analisadas para além do que estava escrito, mas nas intenções do que pretendia dizer e houve uma ampliação do que seriam as fontes, já que onde existiria informações sobre o humano no passado deveria ser atraído pelo historiador a fim de ser analisado. E o historiador poderia naquele momento não ser apenas um reprodutor de informações, mas alguém que compreendia e através de suas análises produzir o conhecimento.

O humano no passado passou a ser a motivação das pesquisas, não mais aquele que seria o herói ou o governante, mas todo o humano que poderia ser analisado. Assim surge a Nova História que se dedicaria ao estudo do social, deu-se importância a todo tipo de manifestação humana que pudesse ser analisado através das ciências humanas no passado, e com isso trouxe a economia como uma possibilidade de pesquisa.

A história e a economia se uniram para analisar as sociedades através do uso das diferentes ciências sociais como a antropologia, psicanálise e outras. Ampliou-se ao que poderia ser entendido como história econômica seria o social e não mais o estudo de possibilidades e hipóteses numéricas sobre como os países deveriam se desenvolver economicamente, o que por diversas vezes não levava a nenhum lugar por serem pesquisas anacrônicas e sem fundamentação de pesquisa. Com isso, a História Econômica passou a contribuir de forma efetiva a historiografia ao tratar de assuntos econômicos que não fossem mais dedutivos, mas que tivessem base na realidade do passado e pudesse perceber que cada sociedade, em seu tempo e espaço pode produzir diversas respostas a diferentes perguntas e que os modelos de estudo da economia não são suficientes para dar conta do

passado de forma plural.

Dessa maneira, este artigo tenta mostrar como a História Econômica sofreu alterações ao longo do século XX ao se dedicar as análises baseadas em fontes e em realidades já existentes, sem focar nas projeções de futuros e passados que nunca existiram. Além disso, essa vertente de entendimento sobre o social contribuiu para se pensar o Brasil dentro do contexto econômico, como foi mostrado existiram alguns equívocos ao se pensar o país como parte integrante a uma grande unidade econômica mundial ou nacional que sofreria as mesmas mudanças políticas e sociais com o capitalismo. Mas que ao longo do tempo e com o aprofundamento de pesquisas em fontes documentais se construiu uma nova percepção sobre a história econômica que não deveria transportar para as análises nacionais os modelos de estudos de outros locais e dar uma maior visibilidade para as diversidades e pluralidades locais dentro dos seus próprios tempos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de Andrade. História Econômica e História Cultural: uma trajetória historiográfica. ***G&DR.*** V.4, n.3 (número especial), p. 6-26, ago/2008, Taubaté, SP, Brasil.

BARBOSA, W. **A História Econômica como Disciplina Independente**. DH-FFLCH-USP, 1988.

BARROS, José D'Assunção. História Econômica: Considerações sobre um campo disciplinar. **Revista de Economia** Política e História Econômica, n.11, jan 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Os Métodos da história**. Rio de Janeiro: Edições Grassl, 1987.

HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. A historiografia brasileira: dos pioneiros às tendencias recentes da pesquisa em história econômica do Brasil. **Revista Territórios e Fronteiras**. v.2, n.1, jan/jun 2009, p. 182-203.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. **Nova Economia**. Belo Horizonte, 14 (1), jan-abr 2004, p. 11-37.

CAPÍTULO 7

A MATERNIDADE REPRESENTADA NO FILME *MARIA ANTONIETA* (2006)

Data de submissão: 19/06/2023 *Data de aceite: 03/07/2023*

Thayline de Freitas Bernardelli
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Maringá – Paraná
http://lattes.cnpq.br/5711001595654863

RESUMO: O presente artigo buscou compreender como a maternidade é representada no filme *Maria Antonieta (2006)*, de Sofia Coppola. A pesquisa problematiza os valores que constroem as visões da sociedade sobre a maternidade, bem como o filme histórico como fonte aos historiadores. Além disso, este artigo pretendeu analisar como a cineasta Coppola, realiza através de uma interpretação pessoal, um paralelo entre um momento do passado no qual se pode identificar a presença da cultura do presente em uma narrativa fictícia sobre a personagem histórica Maria Antonieta.
PALAVRAS-CHAVE: Maria Antonieta; Maternidade; Filme.

THE MATERNITY REPRESENTED IN THE FILM MARIE ANTOINETTE (2006)

ABSTRACT: This article sought to understand how motherhood is represented in the film *Marie Antoinette* (2006), by Sofia Coppola. The research problematizes the values that build society's views on motherhood, as well as the historical film as a source for historians. In addition, this article intends to analyze how the filmmaker Coppola, through a personal interpretation, performs a parallel between a moment in the past in which one can identify the presence of present culture in a fictional narrative about the historical character Marie Antoinette.
KEYWORDS: Marie Antoinette; Maternity; Film.

INTRODUÇÃO

Conforme nos explica Robert A. Rosenstone, muitos que escrevem a respeito de biografia admitem que este gênero contém doses de ficção no sentido moderno de "uma criação imaginativa". Os biógrafos frequentemente partem de fatos ou os alteram para criar uma atmosfera particular, ou até mesmo uma imagem mais consistente de um personagem histórico. A ficção, o uso criativo dos fatos,

entre outros elementos que fazem parte da escrita biográfica tradicional, também integra o filme histórico, isso significa que:

> (...) Tanto o biógrafo quanto o cineasta se apropriam de alguns detalhes remanescentes de uma vida e os tramam para formar um enredo que tem um tema que infunde significado nos dias do biografado. Em última instância, a obra resultante baseia-se mais nos dados incorporados a uma visão criada pelas habilidades literárias (ou fílmicas) do biógrafo do que nos dados brutos (ROSENSTONE, 2010, p. 139-140).

No artigo em questão abordaremos o filme histórico *Maria Antonieta* (2006), de Sofia Coppola, cujo enredo é centrado na personagem Maria Antónia Josefa de Habsburgo-Lorena a qual viveu entre os anos de 1755 a 1793. Filha da imperatriz Maria Teresa de Áustria e do imperador Francisco I do Sacro Império Romano-Germânico, foi enviada aos quatorze anos à França com o objetivo de se casar com o herdeiro do trono francês, que viria a ser coroado Luís XVI, como parte de um acordo para reforçar as alianças entre os países. Devido a uma precária relação entre França e Áustria, o casamento era uma forma de minimizar as animosidades existentes entre ambos.

O longa, porém, não abrange toda a vida da personagem, apenas o período pertinente a ida da princesa do Império Austro-Húngaro para a França, terminando às vésperas da Revolução Francesa (1789). A cineasta Sofia Coppola não apresenta, por exemplo, a infância ou a morte de Maria Antonieta (interpretada por Kirsten Dunst), interessando-se apenas no período que Maria Antonieta viveu em Versalhes (de 1770 a 1789), período que engloba quase duas décadas. A obra possui como base o livro *Marie Antoinette: The Journey* (2001), de Antonia Fraser, parte considerável dos acontecimentos presentes no filme coincidem com a narrativa presente na obra da escritora.

De acordo com Rosenstone, o cinema ao longo do século XX constitui um dos principais meios de transmissão das histórias que a cultura moderna conta para si mesma, consequentemente, os filmes se tornam cada vez mais importantes para se compreender as relações com o passado. As mídias visuais são o principal transmissor de história pública na nossa cultura, milhões de pessoas provavelmente terão contato com o passado somente nas telas. Para o autor, em vez de tratar essas obras como mera ficção ou entretenimento, como muitos historiadores e jornalistas, precisamos admitir que vivemos em um mundo moldado, mesmo em sua consciência histórica, pelas mídias visuais e investigar como os filmes trabalham para criar um mundo histórico (ROSENSTONE, 2010).

Rosenstone explica-nos que os filmes históricos, mesmo que sejam representações fantasiosas ou ideológicas, afetam a forma como vemos o passado. O autor encara a invenção que constitui uma parte inevitável do filme histórico e a contribuição dessas obras no sentido abrangente do passado que elas transmitem, as ricas imagens e metáforas visuais que elas nos fornecem para que pensemos historicamente. Assim como é possível compreender o filme histórico como uma representação cujo objetivo não é fornecer verdades

concretas acerca do passado, mas verdades metafóricas que funcionam, em grande parte, como um desafio em relação ao discurso histórico tradicional (ROSENSTONE, 2010).

OS FILMES E OS FILMES HISTÓRICOS COMO FONTES AOS HISTORIADORES

Na atualidade, os mais diversos aspectos da vida humana são representados nos cinemas com elevado grau de realismo. Assim, registros de realidades passadas, tal qual as encenações de outros períodos históricos, por exemplo, buscam mediante registros técnicos das imagens e dos sons compartilhar com os telespectadores o máximo efeito de uma experiência real.

Porém, Miriam de Souza Rossini explica-nos que a representação do real pretendida pelo cinema, produz uma ilusão referencial chamada de efeito de real, levando a narrativa cinematográfica a não descrição da realidade, mas sim a busca em absorver e apresentá-la, intacta, perfeita. No cinematográfico, a sensação criada é de que aquilo que está sendo apresentado é o real devido à semelhança com o representado. É a partir da concepção de verossimilhança que esse efeito se estabelece no cinema, concebendo seus sentidos. Conforme o cinema se sofistica esse efeito de real é ampliado, pois a imagem cinematográfica reproduz a concretude da vida real, através de movimentos, sons e cores (ROSSINI, 1999).

Para Marcos Napolitano, os historiadores ao analisarem referida modalidade de filme, denominado de filmes históricos[1], muitas vezes também se deixam levar pela pretensão à realidade existente nos longas, produzindo estudos e críticas segundo o grau de realismo dos eventos propostos à encenação. Porém, segundo o autor, constitui mais significativo entender o motivo das adaptações, omissões e falsificações do que saber se o filme foi leal aos diálogos, à caracterização dos personagens ou a reprodução das vestimentas e costumes de determinada época. Dessa forma,

> (...) as armadilhas de um documento audiovisual ou musical podem ser da mesma natureza das de um texto escrito. Mas é inegável que a maior armadilha reside na ilusão de objetividade do documento audiovisual, tomando como registro mecânico da realidade (vivida ou encenada) ou da pretensa subjetividade impenetrável do documento artístico-cultural (NAPOLITANO, 2008, p. 239).

Portanto, devemos perceber os filmes históricos não como reflexos da realidade, mas na posição de construídos historicamente. Do mesmo modo, explica-nos Napolitano, ainda que em níveis diversos de densidade e profundidade, toda fonte audiovisual possui material histórico e social do seu meio de produção como substrato dos arranjos estéticos,

---

1 Miriam de Souza Rossini define filme histórico como aquele que: a) é localizado propositalmente no passado, ou seja, numa época anterior àquela em que o filme está sendo produzido; b) tenha por finalidade reconstituir um fato histórico, ou uma situação histórica, ou a biografia de alguém que teve existência real; c) seja apoiado em pesquisa histórica, a fim de se manter um mínimo de coerência com o já documentado (ROSSINI, 1999).

resultando no fato das encenações ficcionais sobre o passado apresentarem releituras da história, tendo como principal base a sociedade em que estão inseridos, expressando uma concepção, seja do seu tempo de produção, seja do tempo passado nele representado (NAPOLITANO, 2008).

De acordo com Roberto Abdala Junior, as imagens apresentadas nos filmes tendem a dialogar com outros discursos presentes na época de sua produção. “Todas as proposições dos realizadores criam uma tensão dialógica com outros discursos que compõem o contexto: o do próprio filme, o da época em que a trama do filme acontece; o da época da produção e o de exibição” (JUNIOR, 2006, p. 3).

Nessa direção, em um primeiro momento objetivamos analisar as características gerais do filme *Maria Antonieta* (*2006*), de Sofia Coppola, como a cineasta realiza através de uma interpretação pessoal, um paralelo entre um momento do passado no qual se pode identificar a presença da cultura do presente em uma narrativa fictícia sobre a personagem histórica Maria Antonieta. Posteriormente, pretendemos investigar como a maternidade é representada no longa-metragem em questão.

MARIA ANTONIETA DE SOFIA COPPOLA

Escrito e dirigido por Sofia Coppola, *Maria Antonieta* foi produzido e lançado nos Estados Unidos em 20 de outubro de 2006, pela *Columbia Pictures*. Filme franco-nipo-estadunidense, possui a maior parte do filme gravado no Palácio de Versalhes, algumas cenas também foram filmadas na Ópera Nacional de Paris, no Castelo de Vaux-le-Vicomte, no Castelo de Chantilly e no Palácio Belvedere em Viena. A fotografia foi de Lance Acord, a direção de arte de Anne Seibel e o figurino produzido por Milena Canonero, que foi vencedora do Oscar por seu trabalho.

O filme dirigido por Sofia Coppola, no entanto, durante as primeiras exibições da imprensa no Festival de Cinema de Cannes, recebeu diversas críticas por não seguir um rigor histórico. Alguns apontamentos consistiam no fato de que todos no filme falam inglês, ouvimos pouquíssimas palavras em francês no decorrer do longa. Ademais, Coppola restringe seus cenários aos ambientes palacianos, perfeitamente limpos, optando por omitir, segundo a crítica, o lado sujo de Versalhes. Igualmente, escolheu não retratar as camadas populares da França no período que antecedeu a Revolução Francesa. A diretora optou ainda por uma trilha sonora em que inclui canções de rock dos anos 80 e contemporâneo, e principalmente apresentou um lado “adolescente” da rainha, mesmo não existindo no século XVIII o conceito de adolescência, característica que pode ser percebida entre outras coisas, através da rápida aparição de um par de tênis All Star, na qual ela rompe com a linearidade temporal de maneira explícita, em que duas temporalidades deslizam uma sobre a outra. É essa mistura de referências que cria a relação entre o período histórico e sua leitura atual do filme.

De acordo com Fernando Américo da Silva, o primeiro filme de Sofia Coppola foi *As Virgens Suicidas*, de 1999, adaptação do livro homônimo de Jeffrey Eugenides, sobre a vida de cinco irmãs que vêm a se suicidar em meados dos anos 70 num subúrbio de Michigan, aborda sobre a adolescência e o sentimento de isolamento. Em 2003, Coppola escreve e dirige *Encontros e Desencontros*, obra que discorre sobre a incomunicabilidade e a solidão na vida de dois americanos, um ator de meia idade e uma jovem recém-casada, ambos se encontram e iniciam uma relação de amizade que os ajuda a preencher o vazio de seus dias em Tóquio, onde ambos se sentem perdidos. O isolamento, a adolescência e a alienação estão sempre presentes na vida de suas personagens. Além do foco da cineasta em personagens femininas e referências à cultura pop (SILVA, 2011). Tem-se, portanto, um claro esforço para consolidar uma unicidade em todas as obras, como pertencentes a um estilo pessoal.

Nesse sentido, a primeira cena do filme *Maria Antonieta* (2006) ocorre na Áustria, com a mãe da protagonista, Maria Teresa (interpretada por Marianne Faithfull), anunciando o casamento da princesa com Luís XVI, personagem interpretado por Jason Schwartzman. Na cena posterior, Maria Antonieta já se encontra na carruagem que a levaria à França. Sofia Coppola permite transparecer uma imensa simpatia à personagem histórica de Antonieta, presente em quase todas as cenas do longa, a narrativa faz com que o espectador se sinta empático em relação ao destino da protagonista, que nos primeiros momentos do filme assemelha-se a uma criança, a qual não possui direito de escolha sobre sua vida.

O longa evidencia o preciso momento em que Maria Antonieta efetua a travessia da fronteira entre a Áustria e a França, mostrando-se coagida a desapossar-se das suas vestes e desligar-se de todos os vínculos que pudessem ainda, de algum modo, ligá-la à Áustria, o seu país de origem. Tudo o que era representativo da sua identidade até à data, foi-lhe retirado e substituído por elementos franceses, a exemplo de vestes, pertences, seu cão e suas damas de honra.

Em seguida, conforme expõe André Antônio Barbosa, o filme demonstra as dificuldades enfrentadas por Maria Antonieta na corte, o protocolo da realeza, a falta de privacidade que a incomoda e a envolve em uma cobrança constante por um herdeiro. O formalismo e a etiqueta de Versalhes fazem com que Maria Antonieta busque constantemente um prazer adolescente, sua conduta consiste em esbanjar mais do que qualquer outro nobre e consumir demasiadamente artigos de luxo, para suprimir o vazio que carrega consigo. A interpretação pessoal de Sofia Coppola simboliza que Antonieta poderia ser uma adolescente contemporânea (BARBOSA, 2011).

As cenas em que Antonieta se preocupa em esbanjar luxo e riqueza são compostas por um universo leve, com muitos doces, perucas, joias, plumas e sofisticação. Tal universo surge no longa a partir de um sentimento generalizado de melancolia, com predominância das cores pastéis, esmaecidas. O que interessa à câmera são momentos banais, como dormir, comer, jogar cartas. O efeito dessa construção é uma sensação generalizada de

tédio diante a vida. Segundo Barbosa, “Maria Antonieta é o filme sobre uma adolescente para a qual as convenções e narrativas sociais nas quais precisa se inserir se tornaram obsoletas e vazias (...)” (BARBOSA, 2011, p. 185). Portanto, frente às dores impostas pela vida, a personagem é marcada por um sentimento de vazio que se desdobra em trivialidades.

Barbosa, explica-nos que Sofia Coppola fortalece no espectador a ideia da rotina de sua protagonista, do cotidiano de Versalhes, mostrando repetidamente alguns rituais, a exemplo de, ao acordar, a delfina precisar ser vestida pelas damas da alta corte, há também as refeições que ocorrem sob codificações extremamente formais, a necessidade de ir à missa, ação sempre seguida pela música o “Concerto in G”, de Antonio Vivaldi. Os personagens da cineasta tendem a possuir uma angústia melancólica essencialmente moderna, ao mesmo tempo em que desempenham os papéis que as narrativas sociais convencionais lhe reservaram (BARBOSA, 2011).

Ao longo do filme as cores das roupas de Maria Antonieta mudam conforme a personagem vai amadurecendo. No princípio demonstrando sua fase jovial os tons claros de rosa e azul compõem figurinos extravagantes, Antonieta encontra na moda uma forma de fuga das cobranças incessantes para que ela tenha um herdeiro. Depois de ser mãe, vem o branco dos dias isolada com sua filha em seu *Petit Trianon*, tecidos e tons leves em seu contraste com a luz, reforçam uma atmosfera de paz. A evolução do figurino termina em tons mais escuros de azul e preto, após a morte de sua filha, a princesa Sofia, igualmente para anunciar o fim da protagonista.

Segundo Jheison Holthausen, a diretora não constrói a narrativa de forma que a protagonista se mostra interessada na política, exceto quanto ao apoio de Luís XVI à Revolução Americana e quando faz referência aos seus gastos excessivos. Sobre isso, o autor aponta:

> Ressalva-se que uma das poucas referências ao contexto político que explicaria melhor a história da França em *Marie Antoinette* e ainda ajudariam o espectador a compreender o contexto político, se dá em uma cena próxima da metade do tempo de exibição do filme. Pouco se explica do que acontecia no cenário político francês, até que, mais próximo do desfecho, comenta-se sobre as gastanças da rainha, que serão exploradas sobre um dos quadros atribuídos a Vigée Le Brun, onde se vê um retrato da rainha vandalizando com frases que a chamam de “rainha das dívidas” “cujos gastos arruínam a França”. Assim, a Revolução Francesa vai começar a se delinear somente nos minutos finais (HOLTHAUSEN, 2012, p. 54).

Muito foi comentado, à época do lançamento, a respeito da abordagem anacrônica que Coppola empreendeu com Maria Antonieta. Mas a proposta do filme desde o início não era mostrar apenas o século XVIII, era vivenciar o tempo. O longa não narra algo que aconteceu apenas no passado; antes, perpassa o contexto da época da produção e o de exibição. Por fim, adentramos a partir desse momento na análise de como a maternidade é representada no filme *Maria Antonieta* (2006).

A MATERNIDADE

Distintas revisões históricas acerca da instituição familiar (Ariés, 1981; Badinter, 1985; Chodorow, 1990; Donzelot, 1986) propõem que a exaltação do amor materno é algo um tanto recente dentro da história da civilização ocidental, concebendo um vínculo tradicionalmente descrito como "instintivo" e "natural". Durante muito tempo, a maternagem foi considerada intimamente ligada à maternidade, própria à natureza da mulher (MOURA; ARAÚJO, 2004). A maternagem tal qual abordado por Winnicott (2000) é relativo à forma de uma mãe cuidar de maneira boa, protetora, com todo o investimento de desejo, de amor, de aconchego.

A autora Elizabeth Badinter explicita que após 1760, inúmeras publicações passaram a exaltar o "amor materno" como um valor ao mesmo tempo natural e social das mulheres. Surge a associação do "amor" como "materno", que institucionaliza a mulher como mãe, incentivando a mesma a assumir diretamente os cuidados com a prole. Os papeis sociais de mãe e de pai tampouco são naturais, estando subordinados a exigências e valores dominantes de cada sociedade (BADINTER, 1985).

De acordo com Silvia Regina Glitz a idealização da maternidade é cultural e começa antes mesmo da gestação, é difícil para a sociedade compreender o fato de uma mulher não ser mãe (GLITZ, 2018). No filme *Maria Antonieta* (2006) podemos perceber a cobrança excessiva em ter um herdeiro, mesmo que não fosse apenas de sua alçada a culpa recai sobre a mesma. Apesar das atribuições da maternidade se modificarem ao longo do tempo e se adaptarem ao contexto social e histórico de cada época, ainda hoje, parte das mulheres sofrem demasiadas cobranças para gerar uma criança. Segundo Rios e Gomes, quando uma mulher não opta pela maternidade passa a ser encarada pela sociedade com abjeção, pois compreende-se sua decisão como expressão de uma anormalidade, uma vez que não responde às expectativas sociais em relação ao papel social atribuído à mulher (*apud* CÉSAR; LOURES; ANDRADE, 2019).

Diante disso, pretendemos apresentar a partir desse momento como a maternidade é representada no filme *Maria Antonieta* (2006), de Sofia Coppola. Nos primeiros minutos do longa, assim que Maria Antonieta e Luís XVI se casam existe uma preocupação por parte do rei de que o casamento tenha sido consumado, fato que apenas ocorreu após o minuto 1:19:01. Posteriormente, a cobrança vem através da mãe da delfina, preocupada que o casamento seja anulado diante uma boda real não consumada. O conde de Mercy-Argenteau (interpretado por Steve Coogan), embaixador que a imperatriz enviou junto com a futura rainha, adverte que Antonieta não terá influência sobre o delfim sem um filho, acontecimento importante para a aliança entre a Áustria e a França. Durante o tempo que o casamento não foi consumado a culpa foi atribuída a Antonieta por sua aparente incapacidade de inspirar paixão sexual no seu marido. Sua mãe a lembra constantemente de que nada é certo quanto ao seu lugar no futuro até que o ato físico ocorra e um herdeiro

seja gerado. A pedido da mesma, seu irmão vem da Áustria para conversar com Antonieta e Luís XVI sobre a situação de seu casamento e a seguir o ato foi realizado. Até conceber a primeira filha, a situação de Maria Antonieta é delicada e incerta na corte, ela vive sobre o medo e a culpa por ainda não ter gerado um herdeiro para a França, sendo vista apenas como uma estrangeira pelos franceses. Após dar à luz a uma criança passa a ter importância entre estes e uma posição consolidada na corte.

De acordo com Gabriela Quintela Soares, no filme, o aspecto da castidade de Maria Antonieta é explorado exaustivamente. Dispomos de uma repetição de cenas que reproduzem o despertar da rainha em seu leito, sempre sozinha, observada pelos olhares curiosos das damas da corte que desejam saber se enfim se deu a consumação do casamento, a qual só ocorreu após a metade do longa. Possuímos ainda, uma sequência de cenas do casal no leito real, que demonstram várias tentativas de Antonieta em despertar o desejo sexual do marido, sempre frustradas por alguma desculpa do mesmo. Segundo Soares,

> (...) outra cena que se repete é a do parto: primeiramente, temos o parto da cunhada de Antonieta, seguido do parto da filha de Antonieta e, por fim, o festejado nascimento do delfim da França, sempre acompanhados por uma multidão de nobres, como era o costume em Versalhes (SOARES, 2007, p. 24).

Na obra em questão, a presença da mãe de Maria Antonieta foi constante até que se desse o nascimento do príncipe herdeiro do reino. Dispomos de quatro sequências que envolvem a cobrança da imperatriz Maria Teresa para que a filha dê à luz a um filho e garanta sua posição na corte francesa. Fernanda Torres Rosales, chama a atenção para essa presença contínua da imperatriz:

> Ela cuidou pessoalmente do casamento deles e quando Maria Antonieta encontrava-se em França, mesmo sem nunca mais poder ver a mãe novamente, sua presença manteve-se constante através de numerosas cartas, quase todas a aconselhar ou repreender seus atos que eram observados e transmitidos pelo fiel conde de Mercy-Argenteau, embaixador que a imperatriz enviou junto com a futura delfina e único membro da corte austríaca a instalar-se em Versalhes (ROSALES, 2015, p. 12).

No longa, a passagem em que a esposa de seu cunhado, a condessa D'Artois (interpretada por Sarah Adler), deu à luz um menino, fez com que Maria Antonieta recebesse provocações de vendedoras do mercado que haviam ido a Versalhes, estas lhe perguntam quando nasceria um herdeiro e se ela seria estéril. Assim que chega ao seu quarto, sentindo-se exaustivamente impelida por todos a sua volta, a rainha se dispõe a chorar. Enfim, chega o momento em que Luís XVI de uma forma não explícita, resolve o que lhe incomodava e o casamento é consumado.

O filme apresenta o nascimento da primogênita, Maria Teresa e mais tarde ocorre o nascimento do príncipe herdeiro, Luís José. A rainha ainda viria a ter mais uma filha durante

o longa. Maria Antonieta viveu até o momento do nascimento de sua primeira menina na tensão de ter o casamento anulado e ser deportada à Áustria, por não gerar herdeiros.

A maternidade representada na obra lhe proporciona um refúgio de todo o protocolo da nobreza. Segundo Rosales, sua liberdade e privacidade foram reencontrados no *Petit Trianon*, um presente de Luís XVI, o qual atendeu aos seus apelos. *Petit Trianon* era um simples palacete nos arredores de Versalhes, com jardins à volta, onde ela pôde se despir de todos os ornamentos, da vida social agitada e rodeada pela nobreza, como pode ser observado na figura 1. “Saía o vestido volumoso com espartilho, bordados e pedrarias para dar lugar à *gaulle*, vestido leve e fluido de musselina” (ROSALES, 2015, p. 20).

Figura 1 – A personagem Maria Antonieta com sua filha no Petit Trianon

Fonte: Sofia COPPOLA (2006).

Conforme mencionado anteriormente, as cores dos figurinos marcam as fases da vida de Maria Antonieta durante a obra cinematográfica, primeiramente os tons pastéis predominam em grande parte da história, posteriormente o branco acompanhado de tecidos leves e por fim, tons de azul-escuro e preto. No início do longa as cores que compõem as cenas iniciais são cores frias que representam uma atmosfera austera concernente à Áustria. Em contrapartida, ao chegar à fronteira com a França a tonalidade da cena se torna mais clara, principalmente após o despojamento de tudo que é austríaco. A paleta de cores pastéis, em especial o azul, como mostra a figura 2, simboliza harmonia, frio e sonho, assim como a cor rosa representando a infância, mas também simbolizando notável romance, estão constantemente presentes.

Figura 2 – Cerimonial de chegada à França

Fonte: Sofia COPPOLA (2006).

Após o nascimento da primeira filha no longa tem-se um predomínio de vestimentas brancas, fluidas e leves, o branco que simboliza paz e pureza passa a ser usado pela rainha imediatamente após o parto. Quando Luís XVI lhe entrega a chave do *Petit Trianon*, Maria Antonieta está usando vestes brancas, porém ainda ornamentadas, no decorrer do tempo em que ficou no palacete as roupas se tornam mais modestas, inclusive seus penteados, ela opta por um cabelo mais natural e menos adornado, conforme demonstrado na figura 1. Na corte prezavam trajes impecáveis que demonstravam o poder e o luxo da nobreza. Eram feitos penteados gigantescos, que possuíam uma alegoria temática, acompanhado de armações de arame, tecido, penas, como pode ser observado na imagem a seguir.

Figura 3 – Maria Antonieta com monsieur Léonard - cabelereiro

Fonte: Sofia COPPOLA (2006).

Podemos observar que não apenas as cores de suas roupas marcam suas mudanças

de fase, como também os arranjos em seu cabelo. No começo do longa o mesmo está sempre impecavelmente arrumado, mas sem exageros. Posteriormente ao nascimento do seu sobrinho, a pressão que sofria para ter um herdeiro se torna ainda mais intensa e o sentimento de melancolia se desdobra em futilidades. Consequentemente, os penteados de Maria Antonieta se tornam mais exagerados e enfeitados (figura 3). Quando se torna mãe se abstém desses adornos, conforme a imagem abaixo.

Figura 4 – Maria Antonieta em momentos de tranquilidade no Petit Trianon

Fonte: Sofia COPPOLA (2006).

No filme, após o nascimento de Maria Teresa, Antonieta expressa: "Coitadinha". Você não é o que desejava, mas não é menos querida para mim. Um menino seria filho da França, mas você, Maria Teresa, será minha" (Poor little girl. You are not what was desired, but you are no less dear to me. A boy would be the son of France, but you, Marie Thérèse, shall be mine). Seu desejo era de alimentá-la e dispensar a ama de leite, costume pouco comum em Versalhes, mas não lhe é permitido.

Podemos pensar ainda em outra abordagem ao refletir sobre a maternidade no longa partindo de Elizabeth Badinter, a qual explica-nos que em 1780, das 21 mil crianças que nascem em Paris, apenas mil são amamentadas pela mãe. Outras mil, privilegiadas, são amamentadas por amas de leite. As outras são levadas para serem criadas em um domicílio distante por uma ama mercenária. A autora, então, indaga por que motivos as mães do século XVIII se transformam em mães corujas no século XIX e XX, uma vez que, a ideia do amor materno como um instinto feminino se contradiz a frieza e o abandono na França do século XVII e se generalizam no próximo século (BADINTER, 1985).

No mesmo sentido, Badinter ressalta que para as mulheres das classes abastadas não havia o peso do fator econômico ou das convenções sociais. Essas mulheres possuíam todos os meios para criar os filhos juntos de si, mas não o faziam, pois julgavam essa ocupação indigna e deixavam de realizá-la sem provocar a menor indignação (BADINTER,

1985).

No que diz respeito ao abandono da amamentação, os argumentos citados com mais frequência são de que amamentar é fisicamente ruim para a mãe e pouco conveniente. Além disso, o choro da criança também provocaria uma excessiva sensibilidade nervosa na mulher. Outro argumento está pautado na estética de que amamentando elas perderiam seu bem essencial, a beleza. Por fim, as damas da nobreza consideravam pouco digno amamentarem elas mesmas seus filhos, esse ato equivalia a confessar que não se pertencia a melhor sociedade. Em nome do bom senso, a amamentação foi declarada ridícula e repugnante, não ficando bem tirar o seio para alimentar o bebê. Além de dar à mulher uma imagem de "vaca leiteira", conforme expressado por Badinter (1985).

Nesse sentido, podemos relacionar o pedido de Maria Antonieta de amamentar sua filha no longa, resultando em um desconforto e estarrecimento nas damas da corte da França. Quando, por exemplo, a Condessa de Noailles (interpretada por Judy Davis), chefe da governança da residência, vai ao quarto da rainha buscar a bebê para ser amamentada pela ama, Maria Antonieta expressa seu desejo de o fazê-lo, a Condessa então responde sem compreender: "o que? Mas, madame temos a ama para isso. E você sabe, não é uma boa ideia na sua frágil condição" (But, madame, we have the nurse for that. And you know, it's not a good idea in your fragile condition). Ela se despede e leva a criança consigo.

Maria Antonieta, de igual modo, provocou incomodidade no filme quando se retirou para o *Petit Trianon* para se dedicar aos cuidados da filha, se afastando da corte de Versalhes e da vida social agitada em que vivia a nobreza francesa. Ao fazer isso foi vista como libertina e anti-francesa, alguém que não vivia conforme os costumes em Versalhes. Fato expresso, por exemplo, quando a Duquesa de Char (interpretada por Aurore Clément) pede para conversar com o conde de Mercy-Argenteau, e diz: "nós não recebemos nenhum convite da rainha, o que é comum em nosso nível" (We have not received any invitation by the queen, which is customary to our rank), demonstrando uma clara estranheza frente a retirada de Maria Antonieta da corte.

De acordo com Badinter os prazeres da mulher elegante residiam em receber e fazer visitas, mostrar um vestido novo, frequentar a ópera e o teatro. A vida social da mulher constitui entre outras coisas jogar até tarde e dormir um sono tranquilo sem ser interrompida depois. Até os médicos reconhecem que possuir certa posição necessita dispor de uma vida mundana e é uma desculpa válida para não amamentar (BADINTER, 1985).

Em vias de conclusão, podemos perceber que Maria Antonieta ao se tornar mãe vai na contramão dos costumes comuns em Versalhes. As festas se tornam menos frequentes e a personagem mais adulta. Além do mais, a maternidade no longa está relacionada a certa pureza e paz, como demonstra as mudanças nos figurinos. Caminhando para o final, a obra assume um tom de melancolia, Antonieta já não dispõe de prestígio na corte devido às críticas que recebe por seus gastos exorbitantes.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, André Antônio. Maria Antonieta: melancolia, política, tempo. **DEVIRES-Cinema e Humanidades**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 178-197, 2011. Disponível em: <https://bib44.fafich.ufmg.br/devires/index.php/Devires/article/view/228>. Acesso em: 27.05.2023.

CÉSAR, Ruane Cristine Bernardes; LOURES, Amanda Freitas; ANDRADE, Barbara Batista Silveira. A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2Sup, p. 68-75, 2019. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1956>. Acesso em: 03.06.2023.

GLITZ, Silvia Regina. **A maternidade e a mulher na contemporaneidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/5577>. Acesso em: 29.05.2023.

HOLTHAUSEN, Jheison. **Marie Antoinette:** a metaficção historiográfica de Sofia Coppola. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Linguagens) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1914>. Acesso em: 25.05.2023.

JUNIOR, Roberto Abdala. O cinema: outra forma de “ver” a história. **Revista Iberoamericana de Educación**, Belo Horizonte, v. 25, p. 1-12, 2006. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2603>. Acesso em: 05.05.2023.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia: ciência e profissão**, São Paulo, v. 24, p. 44-55, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/3sCV35wjck8XzbyhMWnhrzG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28.05.2023.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. Fontes históricas. Tradução. São Paulo: **Contexto**, 2008. Disponível em: <https://biblio.fflch.usp.br/Napolitano_M_2_1457648_AHistoriaDepoisDoPapel.pdf. Acesso em: 12.05.2023.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história.** Tradução: Marcello Lino. Paz e Terra: São Paulo, 2010.

ROSALES, Fernanda Torres. **Maria Antonieta e o cinema-uma abordagem feminista.** 2015. Tese (Mestrado), Universidade de Coimbra. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/30051. Acesso em: 15.05.2023.

ROSSINI, Miriam de Souza. As marcas da história no cinema, as marcas do cinema na história. **Anos 90.** Porto Alegre, v. 7, n. 12, p. 118-128, 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6596>. Acesso em: 02.05.2023.

SILVA, Fernando Américo da. PEREIRA, Kira. A influência da trilha musical na construção narrativa dos filmes de Sofia Coppola. **XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudoeste.** São Paulo, 2011. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0376-1.pdf>. Acesso em: 10.05.2023.

SOARES, Gabriela Quintela. **Cinema e história uma investigação do filme Maria Antonieta de Sofia Coppola.** 2007. Monografia, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30202/1/TCC%20Cinema%20e%20Hist%c3%b3ria%20-%20Maria%20Antonieta.pdf. Acesso em: 17.05.2023.

WINNICOTT, Donald W. **O Ambiente e os Processos de Maturação: Estudos Sobre a Teoria do Desenvolvimento Emocional.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

REVISTA CULTURANDO NO ENSINO MODULAR "MEMÓRIAS E PERTENÇA": CULTURANDO DE LITERATURAS AOS SABERES E OS FAZERES LOCAIS.

Data de aceite: 03/07/2023

José Clébson de Sousa
Universidade Federal do Pará-UFPA
Tracuateua-Pá
Currículo: https://lattes.cnpq.br/7036947976911272

José Alex Correia Alves
Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA
Tracuateua-Pá

Luana Ferreira Amorim Cruz
Universidade Federal do Pará-UFPA
Tracuateua-Pá

Suziane Macedo Pacheco
Universidade Estadual Vale do Acaraú
Tracuateua-Pá

RESUMO: A revista "Culturando no Ensino Modular' "MEMÓRIAS E PERTENÇA" tem como objetivo mostrar os entrelaces dos saberes e fazeres locais, numa perspectiva de construção e constituição dos sujeitos, traçando as literaturas por meio de atividades pedagógicas no intuído de sanar as dificuldades dos alunos do 6º ao 9º ano em relação a leitura e escrita deixada como marcas da pandemia da COVID 2019 (Coronavírus) de forma interdisciplinar. Para isso, intensificou-se as dinâmicas, por meio de filmes, relatos, fotografias e performances, o projeto aconteceu no ano de 2021, e foi desenvolvido por uma equipe de professores do Ensino Modular atuantes na Escola Rosilda Ramos na praia do Quatipuru-Mirim, Tracuateua- PA. Cada professor trouxe como referências para mediação, textos literários contemporâneos que tivessem de alguma forma a aproximação com os alunos. A exemplo: Conceição Evaristo com o conto "Olhos d'água", Jean-Pierre com tradução de Jean-Yves com a crônica: "Muito obrigado, Napoleão", dizem os brasileiros, Walcyr Monteiro "Visagens e Assombrações de Belém' e entre outros textos complementares.

PALAVRAS-CHAVES: Memória, saberes, cultura, atividades pedagógicas.

MAGAZINE CULTURE, MEMOIRS AND PERTAIN IN MODULAR TEACHING - THE CULTURE FROM LITERATURE TO AWARENESS AND LOCAL ACTING

ABSTRACT: The magazine"Culturando no Ensino Modular' "MEMÓRIAS E PERTENÇA" aims to show the interweaving of local knowledge and doings, in a

perspective of construction and constitution of subjects, tracing the literatures through pedagogical activities in the intent to remedy the difficulties of students from 6th to 9th grade in relation to reading and writing left as marks of the 2019 COVID pandemics (Coronavirus) in an interdisciplinary way. For this, we intensified the dynamics, by means of films, reports, photographs and performances, the project took place in the year of 2021, and was developed by a Modular Education team of teachers acting in Rosilda Ramos School at Quatipuru-Mirim beach, Tracuateua- PA. Each teacher brought as references for mediation, contemporary literary texts that were somehow close to the students. For example: Conceição Evaristo with the short story "Olhos d'água", Jean-Pierre with the translation of Jean-Yves with the chronicle: "Muito obrigado, Napoleão", Walcyr Monteiro "Visagens e Assombrações de Belém" and other complementary texts.
KEYWORDS: Memory, knowledge, culture, pedagogical activities.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte da revista "Culturando no Ensino Modular" "MEMÓRIAS E PERTENÇA" que traz um ajuntamento de atividades pedagógicas, entre entrevistas, pesquisas, produções fotográficas e performáticas, relatos visagentos e assombrosos, além de uma seleção de filmes exibidos como parte do processo (O cinema de Quinta), todas essas realizadas dentro do projeto "Culturando de literatura aos saberes e fazeres locais" no ano de 2021, por uma equipe de professores do Ensino Modular atuantes na Escola Rosilda Ramos na praia do Quatipuru-Mirim, Tracuateua-PA.

Esses professores trabalharam com as literaturas de Conceição Evaristo com o conto "Olhos d'água", Jean-Pierre com tradução de Jean-Yves com a crônica: "Muito obrigado, Napoleão", dizem os brasileiros, e as literaturas Visagentas e assombrosas de Walcyr Monteiro "Visagens e Assombrações de Belém", o conto "Gato preto" de Edgar Allan Poe, e com o livro "Singular e Plural, leitura, produção e estudos de linguagem" das autoras Marisa Balthasar e Shirley Goulart, e outros textos complementares, todas essas levando em consideração as vivências dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Modular, no contexto dos saberes e fazeres locais dos mesmos, na tentativa de amenizar os efeitos causados pela pandemia da covid-19 (CORONAVÍRUS) com relação a leitura e a escrita.

Alguns saberes e práticas explicam muito da história de uma comunidade, esses estão presentes em muitos lugares, mas se desenvolvem de maneiras diferentes em cada um, como as formas de cultivo e utilização da mandioca ou as formas de pescar. O projeto "Culturando de literatura envolvendo os saberes e os fazeres locais" demostra por meio dessas literaturas, o imaginário e os instrumentos de interação e reflexão, tão importantes para formação de nossos alunos, além de mostrar ainda uma relevância extraordinária ao agregar valores, vivências e reflexões comuns a diversas disciplinas do currículo. Como parte da revista existe um documentário.

RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

O Município de Tracuateua, nordeste paraense é rico de uma natureza única. Dentre essa imensidão, iremos destacar a **ILHA DE QUATIPURU-MIRIM**, banhada pelo oceano Atlântico. Seus moradores utilizam como fonte de sobrevivência o pescado. A praia tem seus encantos culturais que permeiam pelo religioso e popular, como a tradicional Festividade de São Pedro; a famosa Festa do Xote; as prosas e versos singular do povo praiano e o imaginário e não imaginário mundo das lendas e assombrações. Uma praia caracterizada pesqueira, de areia fina, de povo agregador que em meio as dificuldades de água potável conseguem se adaptar às adversidades. Para ter acesso a ilha é necessário um trajeto de 1h30min. via terrestre, saindo do centro da cidade de Tracuateua até o Porto da Alemanha e de 40min. a 1h via fluvial.

Figura 1- A família Ferreira

Fonte: Sousa, 2021.

De acordo com a professora e moradora da praia, dona Maria Antônia F. A. Ramos " o nome Quatipuru-mirim surgiu devido ter na região muitos macacos chamados quatipuru* e árvores de Mirinzeiros que dava o fruto de mirim, assim fizeram as junções dos nomes e originou Quatipuru-mirim". Relatos estes, que observamos na fala de demais moradores. Atualmente vivem 95 famílias, segundo dona Marinete, agente de saúde da praia, que utilizam a pesca como fonte principal de sobrevivência, no entanto, observamos um comércio local bastante diversificado.

A praia passou e passa por inúmeras transformações de ação natural e humana. Conversando com alguns moradores, houve relatos, que seria necessária uma coleta de resíduos domésticos, por quinzena dos materiais descartável que agridem a natureza.

Durante nosso estudo do meio com os alunos do 8° e 9° ano do ensino modular, dialogamos com o professor e morador da praia, Raimundo Lourival Pereira, que nos informou sobre a formação ocupacional da ilha. De acordo com o professor Lourival “a ocupação originou com a vinda de uma família de sobrenome **FERREIRA**, vinda do estado do Maranhão/ MA, por embarcação pelo oceano Atlântico, aportou na praia e constituíram suas famílias”. O professor ainda relata que a praia tem a idade do Município de Bragança (407 anos) e passou a ser de Tracuateua, com a emancipação do município datada de 29 de setembro de 1994.

DIVERSIDADE CULTURAL, RELIGIOSA E ECONÔMICA

As culturas são importantes para uma comunidade assim como os costumes que passam de geração em geração. Com o passar do tempo, alguns elementos podem sofrer modificações, assim como podem ter vários elementos que envolvem as pessoas ou grupos. Esse envolvimento possui significados diferentes para cada pessoa ou grupo que participa. Chamada também de celebração as diversidades culturais podem ter vários significados: religioso, como as festas dos santos padroeiros das cidades ou as festividades de religiões de matrizes africanas, como candomblé, a umbanda e jurema; podem ser de caráter cívico, como as comemorações das datas importantes da nação ou da cidade; ou relacionadas aos ciclos produtivos, como as festas “do milho”, “da uva”, “do peixe”, e a festa do xote, marcando momentos especiais da vida de uma pessoa na comunidade – como acontece nos rituais de passagem para a vida adulta de alguns povos indígenas ou nas festas de casamento.

Entre as diversidades culturais existentes na ilha especifica-se o **FESTIVAL DO XOTE** da Praia do Quatipuru-Mirim que fica localizada no município de Tracuateua. O festival é um evento de tradição que acontece todos os anos no mês de julho, são três dias de festa. A organização inicia aproximadamente três meses antes. Nessa celebração acontece o desfile, o concurso do xote com o casal.

Figura 2- A dança do xote

Fonte: Sousa, 2021

O festival surgiu no ano de 1994, de início era organizado por algumas pessoas, entre elas o senhor Manoel Orlando, conhecido como Seu Café, que ficou à frente por 7 anos, em seguida a organização passou para o professor Lourival juntamente com o senhor João Aviz e Nato. Anos depois o evento ficou por conta do seu Pedro, conhecido como Seu Carneiro.

Desde 2019 a organização está sob o comando de Edilson Monteiro mais conhecido como Gago, aos 34 anos ele assumi a direção do festival com a ajuda de sua família. O festival do xote tornou-se uma referência no município de Tracuateua.

Com relação ao concurso do xote existem algumas regras para quem deseja participar. Primeiro, abre-se o processo de inscrição (no dia do evento), depois, para que o concurso aconteça é preciso que existam no mínimo sete casais inscritos. Vale lembrar, que o concurso só acontece na última noite (domingo), entre as regras especifica-se também que quem errar os passos ou negar a dama para outro cavalheiro é eliminado do concurso.

O festival do xote antes acontecia na residência do Seu Carneiro, depois a maré veio avançando, passou a acontecer na sede do Milan. Seguindo o festival por já ser uma referência, criou-se o “Festival do Coco” entre os dias 29 e 30 de agosto de 2009. Onde existiam algumas atrações como: futebol, dança do carimbó e concurso das rainhas.

Figura 3- time MILAN ATLÉTICO CLUBE. praia do Quatipuru-Mirim

Fonte: Lourival. 1999

Entre celebrações culturais e de lazer o esporte ganha passagem na ilha, o time Milan A.C. também conhecido como “Gavião praiano”, é um time composto por jovens e adultos. Por ser a única forma de lazer o esporte também serve como uma forma de inclusão. Um dos objetivos do futebol na ilha é de incluir a juventude através do lazer esportivo. O time Milan por ser a referência no futebol sempre marca presença nos campeonatos da 1° divisão na cidade de Tracuateua. Alguns momentos no decorrer da história marcaram o time. No ano de 1992 o Milan foi vice-campeão. Em 1993 foi campeão da 1° copa da cidade de Tracuateua.

As transformações foram acontecendo, segundo o professor Lourival:

> “Anos atrás havia 2 times. Alguns jovens ficaram triste, porque quando os mesmos chegavam da pesca, não tinham chance de praticar o futebol que eles mais gostavam. Um dos times estava indo a falência, foi quando me procuraram aí tomei conta do time e incluir os jovens e transformamos no Milan A.C e até hoje continuamos juntos.” (LOURIVAL, 2021).

O time Milan, organiza suas festas, como: o forrozão do Milan no mês de junho e o festival do coco no mês de agosto. A organização desses eventos fica por conta dos membros da diretoria do time que na maioria são pescadores. Estes, se organizam e prepararam alimentos para a delegação dos times convidados no dia de cada evento. As vestimentas e acessórios são específicos, embora só existem os da diretoria, como relata o professor: “Estamos planejando mudar e criar uma vestimenta digna com as cores do time e a identificação”. Os recursos necessários para se manter viva essa paixão pelo futebol é contar com a participação dos estudantes, tanto quanto com a ajuda de custo dos diretores e jogadores, pois algumas vezes o time é convidado para participar de eventos culturais e religiosos, e precisa-se pensar nos gastos.

Como sugestão sobre a referência do time na ilha o professor comenta que:

> “Para que o Milan continue sendo uma referência esportivo e cultural, precisamos do apoio da comunidade e principalmente das autoridades do município, sem o apoio dos citados, podem interferir para o seu desaparecimento total. Será muito triste se acontecer...A união é força, precisamos ser unidos” (LOURIVAL, 2021).

As celebrações religiosas da praia de Quatipuru-Mirim são um marco primordial para o seu povo. O que resulta uma fé incondicional com características particulares do lugar. Dentre as diversidades religiosas que permeiam a praia, destaca-se as celebrações das denominações religiosas, evangélicas e católica.

Figura 4- Procissão fluvial de São Pedro

Fonte: Luziomar, Ano, 2021

Na praia do Quatipuru-Mirim existem 8 estabelecimentos de vendas comerciais que variam entre gêneros alimentícios; e alguns que trabalham com compras e vendas de peixes, mariscos, entre outros... Entre as diversidades econômicas, outro destaque de subsistência são os “barcos de horário”. Durante a semana as pessoas se deslocam para outros lugares, assim como também recebem visitantes na ilha. Para quem deseja visitar a Praia, esses barcos também fazem fretes. Só entrar em contado com seus donos.

Figura 5- Sr. “Galinha” e seu barco

Fonte: Profa. Maria Antônia, 2021

CULTURANDO ENTRE SABERES E FAZERES LOCAIS “PESCA DE CURRAL”

Na vila existem várias formas de pescar, entre elas a mais comum é a pesca do curral, que pode ser chamada também como: curral de caixinha, rabo de puçá e o curral de coração. Os currais possuem características específicas como: Morão, cintado, varejão, pregos, pau de boca, pau de caixinha, travessão, espelho, rede de boca e rede de caixinha. Algumas referências permitem a localização do saber especificando ser da praia do Quatipurú-Mirim, por exemplo: beira da pancada, beira da ilha da Otelina, beira do mangue banhada pelo oceano atlântico. Alguns períodos precisam ser levados em consideração na construção dos currais como: o mês de junho com a safra da gó e de outros peixes, o mês de setembro com a safra da corvina e da pescada e o mês de novembro com a safra da arraia.

Figura 6- O curral

Fonte: Sousa, 2021

Assim como todos os saberes os currais também sofrem transformações ao longo do tempo, como explicita os alunos Flavio Júnior e Henrique, 2021.

> "De primeiro a pesca era feita dentro d'água, e atualmente deixa a maré secar. Antigamente era muita fartura e hoje encontra muito peixe morto devida à poluição, e encontram peixes amarrados em linhas de pesca e plásticos."

Para entender a pesca de curral é preciso ficar atento as etapas e as ferramentas: 1º Esperar a maré vazar, em seguida é preciso levar as ferramentas: carro de mão, paneiro, faca, tábua, calão, pedra esmeril, lanterna, chapéu de palha entre outros... 2º Abrir a caixinha e colocar o rodo e puxar o peixe para o paneiro... 3º Aviar os peixes para tirar o grude. 4º Salgar e arrumar no rancho.

Figura 7- Peixes para a venda

Fonte: Amorim, 2021

Para a retirada dos peixes dos currais algumas vestimentas e acessórios precisam ser específicos, por exemplo: a calça comprida, camisa de manga comprida, chapéu, entre outros... Ao sair para pescar precisa-se atentar-se aos rituais como: rezar e pedir proteção a São Pedro. Na maioria das vezes os pescadores fazem suas orações de formas individuais. É importante registrar que alguns saberes na ilha se aprendem e se ensinam passando de pai para filho, por meio da observação e convivência.

Portanto, o curral torna-se uma referência de pesca na praia mesmo que por curto período (período de safra), embora existam alguns pescadores que ficam o ano inteiro com seus currais montados mesmo com poucos peixes. Por ser uma prática de "safra" e uma "referência" dificilmente ocorrerá o desaparecimento dos currais; mas que para isso deve-se atentar-se aos cuidados para diminuir a poluição.

CULTURANDO: "CINEMA DE QUINTA"

Com o objetivo de reconquistar os alunos. Apresento-lhes o nosso:" CINEMA DE QUINTA" uma ação desenvolvida, pensando na aproximação e na busca dos alunos que evadiram!! O cinema acontecia todas as quintas feiras, com filmes escolhidos por cada professor, que faziam atividades direcionadas. Segue alguns dos filmes exibidos no "CINEMA DE QUINTA" e alguns comentários dos alunos sobre eles.

Figura 8- Exibição do filme "O auto da Compadecida"

Fonte: Amorim, 2021

Comentário sobre o filme o auto da compadecida

"O enterro da cachorra foi muito triste para a Dorinha. Ela queria que o padre enterrasse em latim. Um dos problemas centrais do filme é a briga por dinheiro, que tudo o que eles fazem é por ele. João Grilo que é um menino pobre sofredor que lutou para sobreviver desde criança, usando a mentira como uma das maneiras para ganhar dinheiro de todos.

A vida das pessoas no sertão é muito triste e a fome é uma das causas maiores, as pessoas, tem que se acostumar com a ela, não só a fome, a seca e o calor e muitas outras coisas. Eu achei o filme bom, porque ele traz um pouco da realidade de muitas pessoas do mundo".

-Por Thayuane Ferreira (9 º ano)

CULTURANDO COM LITERATURAS MEMÓRIAS E PERTENÇA"

Contextualizar o global para o local é uma forma de interagir com os alunos o meio em que vivem, e pensar na história relacionada não somente no passado, mas também no contemporâneo, é fundamental para uma absorção da aprendizagem do que se ministra em sala e fora dela. Com a Crônica: "Muito obrigado, Napoleão", dizem os brasileiros Jean-Pierre Langellier. A respeito da vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil em 1808. Foi dialogada com os alunos do 8° e 9° ano toda a transformação social e cultural que a sociedade da época vivenciou e para uma relação com o mundo atual, foi pontuado temas que são primordiais as vivências dos alunos, como: a saúde mental: a pandemia do

covid-19 e a realidade em sala de aula; a questão alimentar: o peixe como fonte alimentar e o físico: o cotidiano da pesca e do "caçar água" influência na musculatura. Temas estes ministrados pela equipe do NASF do Programa Saúde na Escola.

Outros contextos existentes da literatura foi a partir do conto "OLHOS D'ÁGUA" de Conceição Evaristo, as desigualdades sociais passam ser o ponto central, com situações do nosso cotidiano como: um assalto, como morar na rua, como alguém que se perde da família, como entrar numa loja e ser observado como se você fosse roubar algo, como numa situação de fome, de desespero, de angústia, como ser morto por bala perdida (sem ser perdida).

As lembranças que carregamos refletem em nossos corpos as nossas memórias. Conceição Evaristo carrega na sua escrevivência, o retrato da natureza dura do mundo que reflete nas desigualdades, das violências a partir de grupos sociais historicamente violados, as pessoas negras, as mulheres "personagens reais" que não são apenas vítimas, mas sobretudo, protagonistas das suas próprias histórias. Em nossas aulas foram discutidos temas como: desigualdades sociais no Brasil, a fome que assola o mundo contemporâneo, e sobretudo, os sentimentos e as sensações dos nossos corpos.

Uma pergunta que gerou discursos e descobertas de memórias em nossas aulas, nos causou angústias e sensações vivenciadas que só nós deciframos.

O mais recente caso de "Olhos d'água" em minha vida foi o meu pai ter ficado doente, eu chorava muito, pois eu tinha a sensação de que iria perdê-la para sempre. Eu me preocupava muito com ele. O medo era constante, uma sensação estranha. Durante o dia eu pensava muito na possiblidade de perder o meu pai. Se ele morresse eu não saberia o que fazer com a minha vida, durante a noite para o auge de tudo isso foi a internação dele, eu estava confiante que ele ia ficar bem ainda estou!!

-Por Tayssa Ramos (8º ano)

Entre contextos literários a literatura utilizada foi: "Quero meu cabelo assim" de Marcelo Franco e Souza. As aulas aconteceram contextualizadas com os conteúdos: verbo To Be, adjetivos, uso do apóstrofo, com objetivos de vivenciar experiências de comunicação humana através da língua inglesa, no que se refere as maneiras de se expressar e de ver o mundo e respeitando as diversidades. As produções perpassaram por textos escritos em língua inglesa (cartazes, fotolegendas, entre outros), sobre si mesmo, sua família, seus amigos, gostos, preferências e rotinas, da comunidade e do contexto escolar.

Figura 9- oficina da boneca Abyomi

Fonte: Amorim, 2021

“Não somos descendentes de pessoas escravizadas, somos descendentes de reis e rainhas.” Professora Cristiana Amorim, 2021.

Figura 10- Aluna Ester Ramos (6º Ano)

Fonte: Amorim, 2021
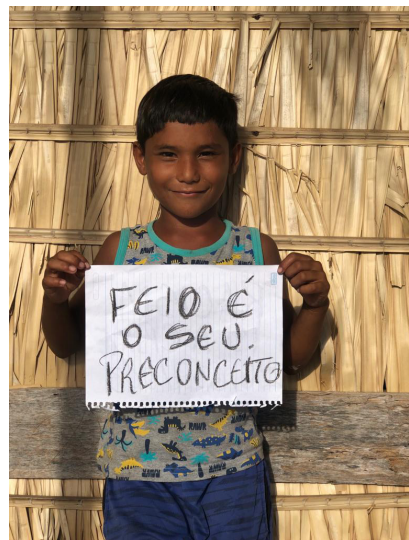
Figura 11- Aluno Ezequiel (3º Ano)

Fonte: Amorim, 2021

Assim como em outros lugares a comunidade da praia de Quatipuru- Mirim possuem suas lendas e seus mitos, assim também como as aparições visagentas. Entre os afazeres e outros nos deparamos com o misterioso mundo dos encantados. As histórias

de assombrações fazem parte do imaginário popular. Por terem inúmeros histórias na ilha, selecionamos três para assustar vocês. **Os três pretinhos do córrego, o garoto encantado da praia e o menino das dunas**. Algumas mudanças e transformações acontecem no modo de contação, mas nada que altere o sentido ou a forma de assombrar.

Iniciando com uma pesquisa na ilha, com base nos conteúdos sobre verbo To Be (forma afirmativa e negativa) vocabulário sobre halloween e adjetivos, assim também como as literaturas "Visagens e assombrações de Belém" de Walcyr Monteiro e o conto "Gato preto" de Edgar Allan Poe referenciamos nossas aulas. Nas pesquisas encontramos alguns idosos que relataram algumas histórias de assombrações, os alunos selecionaram algumas e compartilharam com todos. Para que as lendas, os mitos e as aparições permaneçam no imaginário do povo da praia, a tradição de contação de histórias entre diferentes gerações não pode acabar.

Figura 12- Dinâmica da múmia

Fonte: Amorim, 2021

O MENINO ENCANTADO

3 meninos decidiram ir para a beira da praia brincar, quando se aproximou uma canoa com muitos brinquedos. Um homem apareceu e começou a mostrar os brinquedos para os meninos, chamando o nome de Pedrinho - o garoto mais “levado”. Então, Pedrinho foi até a canoa ver os brinquedos, tinha violão, bola, cavaquinho etc. Quando Pedrinho embarcou na canoa para pegar uma bola, ele simplesmente sumiu, os outros garotos que estavam com ele correram para avisar o pai de Pedrinho. Quando voltaram não havia mais canoa nenhuma, e a criança havia desaparecido. Com o passar do tempo, um “experiente” veio até a praia e disse que viu Pedrinho. Falou que o garoto havia sido encantado e que foi até o fundo do mar, comeu a comida que ofereceram para ele e lá ficou. Pedrinho disse, ainda, que nesse tempo ele já tinha família e que enquanto ele for o rei da praia, essa praia não irá ter fim, porque, como vemos, a praia “destrói” e “constrói” ao mesmo tempo.

VERSOS E POESIAS

A literatura de cordel também conhecido no Brasil como folhetos, tendo sua maior força na região Nordeste, Literatura popular em versos, ou simplesmente cordel, é um gênero literário popular escrito frequentemente na forma rimada, originado de relatos orais. As poesias foram construídas com as turmas de 6^0 ao 9^0 ano, onde os alunos se apropriaram de relatos, suas vivências e conhecimentos de familiares, vizinhos e comunidade em geral. Dessa forma a participação de todos colaborou na aprendizagem e o desenvolvimento das atividades.

Figura 14- Atividades sobre Literatura de cordel

Fonte: Correia, 2021

Amor por Quatipuru Mirim

Daqui eu vou falar
Das belezas do lugar
Amo a vida que tenho
Quatipuru praia de banho
Um paraíso bom de se morar

Temos várias delícias pra mostrar
Entre pescado e marisco
Que já dizia seu Francisco
Quem visita sempre quer voltar

Praia limpa chegou pra ficar
Aqui na nossa escola
Com a ideia de reciclar
Mudando o comportamento do lugar

Se você é inteligente
Não jogue lixo no chão
Preserve a nossa praia
Seja um bom cidadão
Escute amigo conscientizar é a solução....
- Por Joabe Ferreira (aluno do 7º ano)

EPÍLOGO

A revista “Culturando no Ensino Modular” “Memórias e Pertença” trouxe em sua 1ª edição as literaturas, perpassando pelo imaginário e por saberes e fazeres locais. Na tentativa de sanar as lacunas com relação a leitura e escrita, existentes diante do cenário pandêmico que infelizmente, ainda assola o mundo. O que trouxemos até aqui é pouco perto da grandiosidade que é a Ilha do Quatipuru-Mirim.

No cotidiano da ilha, observamos os grandiosos momentos da história local, vivenciada demasiadamente por seus moradores e por quem visita. É perceptível os detalhes no olhar, nos contos, nos causos e do leque cultural no âmbito popular e religioso. A ilha do Quatipuru-Mirim com características próprias, deixa nas entrelinhas um gosto de novos mistérios em seu contexto local, mistérios este que perpassam pela força de vontade de seus moradores. Da compreensão deles de perceber que os saberes e fazeres locais permeiam também pelo processo educacional de sala de aula. Como cita José Pacheco – “As pessoas precisam entender que não é só a escola, mas o espaço de aprendizagem”

partindo dessa perceptiva, é notório que o processo de aprendizagem é contínuo na ilha.

REFERÊNCIA

BALTHASAR, Marisa e PAVAN, Alexandre. **Livro dialítico, singular e plural...leitura, produção e estudos de linguagem**. Editora Moderna...Shirley Goulart Texto. Em versos singelos ...d autor. E As proezas de João Grilo..d autor João Ferreira de Lima, 3º edição São Paulo.,2018

Ceará. Secretaria da Educação. **Quero meu cabelo assim/ Marcelo Franco e Souza; ilustrações de Cris Soares**. – Fortaleza: SEDUC, 2012. (Coleção PAIC Prosa Poesia)24p.; il.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água / Conceição Evaristo**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação, Biblioteca Nacional, 2016., 116 p. : il. ; 21 cm., ISBN 978-85-347-0597-4 (Pallas Editora), 1. Ficção brasileira. I. Fundação, Biblioteca Nacional. II. Título., 14-17384 CDD: 869.93, CDU: 821.134.3(81)-3.

Educação Patrimonial: inventários participativos: **manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016. 134 p.: il. color.; 21 cm

POE, Edgar Allan. **1809-1849 Contos de imaginação e mistério**/ Edgar Allan Poe; ilustrações de Harry Clarke; tradução de Cássio de Arantes Leite. - São Paulo: Tordesilhas, 2015

PIERRE, Jean: Crônica: **"Muito obrigado, Napoleão", dizem os brasileiros. Tradução de Jean-Yves**: 2008. www.decero.com.br/doc/x080xsc1 Acesso dia 26 de agosto de 2021.

MA. SILVÉRIA DA APARECIDA FERREIRA: Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO, 2021-2025). Atua como representante discente do Doutorado. Atualmente é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Atuou como professora de História e Sociologia na Educação Básica da Rede pública e privada na cidade de Palmeira, Paraná. **É mestra pelo Programa de Pós**-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste (2018), do qual foi representante discente junto ao Colegiado. Especialista em: "História, Arte e Cultura" (UEPG, 2018), "Educação Infantil" (UP, 2019), "Alfabetização e letramento" (UNINA, 2020) e "Educação do campo" (UNINA, 2020). Graduada em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2014), *campus* de Irati – PR e em Pedagogia pelo Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR (2020). Atualmente faz parte do grupo de pesquisa Educação Histórica: Consciência Histórica e Cultura, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Pesquisadora na área da Educação com ênfase em ensino de História, atuando em temáticas dentro do campo investigativo da Educação Histórica. Suas pesquisas mais recentes destacam: ensino de História; Didática da História; Aprendizagem Histórica; Consciência histórica; Sentido histórico; Narrativa históricae história das mulheres.

ME. NIKOLAS CORRENT: Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho; Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho; e Currículo e prática docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Trabalho social com famílias e comunidades pela Faculdade Ibra de Brasília; Assistência Social e Saúde Pública, Ética e Serviço Social e Serviço Social e Políticas Públicas pela Faculdade Intervale; Docência do Ensino Superior e Educação a Distância com Ênfase na Formação de Tutores pela Faculdade São Braz/UNINA; Gestão da Educação do Campo pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras; Educação Especial e Inclusiva, Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia e Ensino Religioso pela Faculdade de Educação São Luís. Bacharel em Serviço Social. Licenciado em Ciências Sociais, Filosofia História e Pedagogia. Professor Colaborador do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e da Educação Básica (rede estadual e particular). Pesquisador na área de História, atuando nos seguintes temas: Cultura, História Oral, Identidade, Imigração, Memória e Museus; e na área de Serviço Social, atuando nos seguintes temas: História do Serviço Social, Políticas Sociais e Questão Social.

ME. EDUARDO ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA: Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO, 2021-2025). Atualmente é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. É professor da Faculdade São Vicente de Irati. Atuou como professor de Filosofia e Sociologia na Educação Básica da Rede privada na cidade de Guarapuava, Paraná. É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2013). Especialista em: "Formação de professores para docência no Ensino Superior" (UNICENTRO, 2011). Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2009), *campus* Santa Cruz. Pesquisador na área de Filosofia da Educação com ênfase na temática de Infância. Suas pesquisas mais recentes destacam infância e violência em âmbito foucaultiano e corazziano.

ÍNDICE REMISSIVO

A

B

C

E

F

H

I

M

N

P

R

S

T

U

V

HISTÓRIA:

relações de poder, cultura e representações

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2023

HISTÓRIA:

relações de poder, cultura e representações

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2023